

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO**

LETÍCIA COGO

**Empreendedorismo social:
Uma análise do impacto em jovens em situação de vulnerabilidade social da
cidade de Ribeirão Preto (SP)**

**Ribeirão Preto
2015**

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Profa. Dra. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira
Chefe de Departamento de Administração / FEA-RP

LETÍCIA COGO

**Empreendedorismo social:
Uma análise do impacto em jovens em situação de vulnerabilidade social da
cidade de Ribeirão Preto (SP)**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Valquíria Padilha

Ribeirão Preto

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

--

RESUMO

COGO, Letícia. **Empreendedorismo social: uma análise do impacto em jovens em situação de vulnerabilidade social da cidade de Ribeirão Preto (SP)**. 2015. 114 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (SP), 2015.

Este estudo se propõe a mostrar como o empreendedorismo social pode ser uma ferramenta de intervenção social junto a jovens em situação de vulnerabilidade social no município de Ribeirão Preto (SP). O fortalecimento político desta parcela da população é essencial para a concretização de mudanças sociais diante do cenário lastimável de desigualdade social. Diante deste contexto, o empreendedorismo social surge como um novo paradigma de intervenção social, que revela um novo olhar e leitura das relações e interações entre vários atores e segmentos da sociedade, além de um processo de gestão social. A experiência de empreender socialmente fundamentou a intervenção realizada, norteadas pelo método de Pesquisa-ação, que permitiu uma participação ativa dos envolvidos de modo cooperado. O objetivo específico do estudo foi identificar se o empreendedorismo social contribuiu para o empoderamento dos jovens através do processo de tomada de conscientização de responsabilidade social comunitária e individual. O foco foi impulsionar o processo de reconhecimento dos jovens como protagonistas de mudanças sociais. O processo de empoderamento envolve três níveis de relações, a pessoal, a grupal e a estrutural e a intervenção proposta conseguiu apenas atuar nos dois primeiros níveis, porém no nível estrutural encontrou diversas dificuldades. O sentimento de responsabilidade no âmbito comunitário e uma identificação com o papel do empreendedor social que ligeiramente se confunde com o de um cidadão de direitos foram alguns dos resultados do estudo.

Palavras-chave: Empreendedorismo social; jovens; vulnerabilidade social.

FIGURAS

Figura 1 – Panorama internacional do conceito empreendedorismo social.....	31
Figura 2 – Panorama nacional conceito empreendedorismo social.....	32
Figura 3 – Comparativo entre Empreendedorismo, Responsabilidade Social Empresarial e Empreendedorismo Social.....	33
Figura 4 – Predomínio da Atividade de Empreendedorismo Social (SEA) e Atividade de Empreendedora Total (TEA) e nível de sobreposição entre ambas, por região.....	35
Figura 5 – Atividade de Empreendedorismo Social (SEA) por região: Participação por idade.....	36
Figura 6 – Atividade de Empreendedorismo Social (SEA) por região: Participação por educação.....	37
Figura 7 – Situação educacional dos jovens (2007).....	48
Figura 8 - Proporção de pessoas por faixa etária e condição de estudo/trabalho – Brasil, 2007.....	53
Figura 9 – Proporção de pessoas por faixa etária, condição de estudo/trabalho e faixas de renda – Brasil, 2007.....	55
Figura 10 – Imagem dos cartões com adjetivos utilizados na dinâmica.....	69
Figura 11 – Imagem dos itens elaborados com as garrafas.....	70
Figura 12 – Propostas desenvolvidas com apoio da ferramenta <i>Brain writing</i>	71
Figura 13 – Respostas do projeto desenvolvido - Guia de Projetos.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Problema de Pesquisa	11
Objetivos.....	13
<i>Objetivo específico</i>	13
Justificativa.....	13
Método.....	14
Estrutura do Trabalho	14
CAPÍTULO I - COMPREENDENDO O CAMPO CONCEITUAL	15
1.1 Terceiro Setor e ONGs	15
1.2 Economia Solidária	18
1.3 Negócios Sociais	20
1.4 Empreendedorismo	22
1.4.1 <i>O perfil do empreendedorismo no mundo</i>	23
1.4.2 <i>O perfil do empreendedorismo no Brasil</i>	25
1.4.3 <i>O perfil do empreendedorismo no Estado de São Paulo</i>	27
1.4.4 <i>O perfil do empreendedorismo no município de Ribeirão Preto (SP)</i>	27
1.5 Empreendedorismo Social.....	29
CAPÍTULO II - JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	39
2.1 Vulnerabilidade social ou exclusão social?	41
2.2 Algumas Políticas Públicas para a Juventude.....	44
2.3 Juventude, Educação e Trabalho	47
2.3.1 <i>Juventude e Educação</i>	48
2.3.2 <i>Juventude e Trabalho</i>	52
2.4 Juventude e Participação Política	57
CAPÍTULO III - CAMINHOS PERCORRIDOS E ANÁLISE DOS “ACHADOS”	62
3.1 A Organização estudada	64
3.2 Etapas da pesquisa	64
3.2.1. <i>Primeiro dia</i>	68
3.2.2. <i>Segundo dia</i>	74
APÊNDICES	87
ANEXOS	109
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Esse TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) refere-se a uma pesquisa que se propõe a mostrar como o empreendedorismo social pode ser uma ferramenta de intervenção social junto à jovens em situação de vulnerabilidade social no município de Ribeirão Preto (SP). Parto da premissa de que a experiência de empreender socialmente pode vir a gerar empoderamento através da tomada de consciência do papel do jovem como protagonista de mudanças sociais.

Para justificar o interesse pela temática de empreendedorismo social com ênfase no público jovem, irei expor algumas vivências que impulsionaram meu envolvimento com este campo.

Durante o primeiro semestre do ano de 2014, fui contemplada com uma bolsa de intercâmbio, modalidade “Bolsa Empreendedorismo”, que compõe o Programa de Bolsas de Intercambio Internacional para Alunos de Graduação da Universidade de São Paulo (USP), divulgado através da Portaria GR-6.087, em 08 de março de 2013. O Programa se fundamentava na importância do intercâmbio internacional como instrumento complementar para a formação do aluno; na necessidade de fortalecer e internacionalizar o ensino de Graduação e na pluralidade do ensino e dos objetivos dos Cursos de Graduação da USP.

No decorrer deste intervalo de tempo, tive a oportunidade de realizar um estágio na organização denominada juridicamente UNIAUDAX¹ – Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e Empresas Familiares do ISCTE-IUL (ISCTE - denominado anteriormente como Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e hoje apenas uma sigla e IUL - Instituto Universitário de Lisboa), localizada em Lisboa, Portugal. Trata-se de uma organização privada sem fins lucrativos que tem como principal objetivo potenciar o ensino no que tange as temáticas de empreendedorismo e de gestão das empresas familiares, abarcando as atividades de suporte à elaboração de planos de negócio, planejamento estratégico e acesso a fontes de financiamento.

A organização é composta por mais de 100 associados advindos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa², do ISCTE-IUL³, ou agentes externos, proporcionando este conjunto de instituições, profissionais com competências diversas. As áreas de atuação podem ser divididas em três principais campos: o de formação/capacitação, área em que

¹Disponível em: <<http://audax.iscte.pt/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

²Disponível em: <<http://www.fc.ul.pt/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

³Disponível em: <<http://iscte-iul.pt/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

desenvolvi uma série de atividades, de consultoria e de financiamento. Minha atuação foi como gestora de projetos na área de empreendedorismo social da organização, e tal me possibilitou acompanhar diversos programas de formação/capacitação nas áreas de gestão, voltadas para organizações do terceiro setor, microempreendedores e também, jovens.

Participei ativamente, através do apoio na organização e acompanhamento e orientação dos projetos elaborados pelos participantes, de duas edições do programa *YA Entrepreneurship School*, que é fruto de uma parceria entre o Audax-IUL (denominação comercial para o UNIAUDAX já devidamente apresentado) e a UPAJE (União para a Acção Cultural e Juvenil Educativa), que pretende fomentar o empreendedorismo nas camadas mais jovens. Esta metodologia desenvolvida tem como objetivos proporcionar aos jovens férias divertidas, educativas e vivenciais; desenvolver competências nos âmbitos do trabalho em equipe, companheirismo e disciplina; sensibilizar os jovens para a importância do empreendedorismo na sociedade e dotar os jovens com as competências necessárias à elaboração de uma proposta de valor. As edições citadas foram: 5ª edição do *YA First Step* - iniciativa inserida na *YA Entrepreneurship School* e que ocorreu no período de 09 a 11 de abril de 2014, com a participação de 28 jovens, filhos de funcionários do grupo bancário empresarial Montepio; e 6ª edição do mesmo, que ocorreu no período de 30 de junho a 04 de julho de 2014, e contou com a participação de 26 jovens.

Estas experiências fez-me refletir que: se tal programa conseguia o envolvimento de jovens para a elaboração de produtos e ou serviços inovadores, voltados para o mercado, de modo tão intenso, por que não utilizar de toda esta criatividade e potencialidade para contribuir com a conscientização do papel destes mesmos jovens na sociedade e impulsionar a colaboração destes com a redução das mazelas sociais que permeiam a realidade atual?

Esta indagação resultou na busca por tentar verificar, através deste estudo, de que modo o contato com o empreendedorismo social pode impactar positivamente no comportamento de jovens em situação de vulnerabilidade social, pois no âmbito do empreendedorismo social, processos de conscientização e capacitação são essenciais para a promoção de mudanças, já que os indivíduos destinatários das iniciativas devem assumir um papel ativo na mudança pretendida e a promoção da autonomia e responsabilidade individual e comunitária são fatores chave para isto.

Portanto, o tema central deste trabalho é o empreendedorismo social. Segundo Oliveira (2004, p. 16),

empreendedorismo social pode ser considerado como: 1- é um novo paradigma de intervenção social, pois mostra um novo olhar e leitura da

relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade; 2 - é um processo de gestão social, pois apresenta, uma cadeia sucessiva e ordenada de ações, que podem ser resumido três fases: a) Concepção da ideia; b) Institucionalização e maturação da ideia e c) multiplicação da ideia; 3 - é uma arte e uma ciência, uma arte pois permite que cada empreendedor aplique as suas habilidades e aptidões e por que não seus dons e talentos, sua intuição e sensibilidade na elaboração do processo do empreendedorismo social, é uma ciência, pois utiliza meios técnicos e científicos, para ler, elaborar/planejar e agir sobre e na realidade humana e social; 4 - é uma nova tecnologia social, pois sua capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação, fazem com que sua dinâmica gere outras ações que afetam profundamente o processo de gestão social, já não mais assistencialista e mantenedora, mas empreendedora e emancipadora e transformadora; 5 - é um indutor de auto-organização social, pois não é uma ação isolada, mas ao contrário, necessita da articulação e participação da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que atendam as reais necessidades da população sendo douradoras e de auto impacto social, e não são privativas, pois a principal característica e a possível multiplicação da ideia/ação, parte de ações locais, mas sua expansão é para o impacto global, desta forma, é um sistema dentro do sistema maior que é a sociedade e que gera mudanças significativas a partir do processo de interação, cooperação e estoque elevado de capital social.

O conceito de empreendedorismo social será melhor explorado no capítulo I, haja vista sua importância para a pesquisa. Contudo, a perspectiva de que este pode ser uma alternativa para contribuir com o engajamento dos jovens nas problemáticas sociais e contribuir para a tomada de consciência da responsabilidade e compromisso que têm com as mudanças sociais futuras, será adotada desde já.

A categoria jovem será considerada a partir do que rege o Estatuto da Juventude, em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014, que determina jovem a pessoa com idade entre quinze e vinte e nove anos. Segundo o IBGE, em 2010 a população jovem correspondia a 26,9% da população brasileira.

A respeito do conceito de vulnerabilidade social, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em um documento intitulado “Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas.” publicado em 2002, define o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não acesso a insumos estratégicos. Apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam.

Para contextualizar o estado da crise social contemporânea, exponho adiante alguns dados calamitosos. O PNUD anunciou, em janeiro de 2014, que a humanidade continua

extremamente desigual⁴, pois de acordo com o programa, cerca de 40% da riqueza do mundo estão concentrados nas mãos de uma fatia de apenas 1% da população mundial mais rica, enquanto a metade mais pobre da população mundial possui 1% de toda essa riqueza. Já em julho de 2014, denunciou que “a vulnerabilidade persistente ameaça o desenvolvimento humano e se não for combatida sistematicamente por políticas e normas sociais, o progresso não será nem equitativo nem sustentável⁵.” Esta é a premissa central do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. De acordo com as medidas de pobreza com base na renda, 1,2 bilhão de pessoas vivem com 1,25 dólares ou menos por dia. No entanto, as estimativas mais recentes do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do PNUD revelam que quase 1,5 bilhão de pessoas em 91 países em desenvolvimento estão vivendo na pobreza, com a sobreposição de privações em saúde, educação e padrão de vida.

No Brasil, a pobreza é fruto direto da desigualdade social, que exclui grande parcela da população de uma vida digna, nos sentidos plenos do que chamamos de cidadania. As melhores escolas, hospitais, postos de saúde, parques e clubes não estão nas periferias onde os pobres moram. Conforme afirma Comim (2014, p.8), “via de regra, nos países mais desiguais do mundo, os 10% mais ricos se apropriam de metade da renda gerada anualmente. Modelos de crescimento que concentram renda não geram desenvolvimento.”

Desde outubro de 2003, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi implantada uma política de transferência de renda direta do governo aos que vivem em situação de extrema pobreza (recebendo menos de R\$70,00 por mês): a chamada Bolsa Família. Esse programa contempla quase 4 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de brasileiros). Benvenuti (2013, p.5), afirma que, segundo o MEC (Ministério da Educação), 14 milhões de crianças e jovens entre 6 e 17 anos, cadastrados no Bolsa Família, cumpriram a meta mínima de frequência escolar (96% dos beneficiários). Benvenuti (2013) cita ainda que pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) revelaram que houve uma redução de 17% na mortalidade infantil entre 2004 e 2009, além de vários registros de casos de “empoderamento” das mulheres beneficiadas.

Nóbrega e Daflon (2013, p.7), apresentam dados da FAO (Organismo da ONU para Alimentação e Agricultura) sobre a fome no Brasil: “o número de 22,8 milhões de pessoas em 1992 com fome caiu para 13,6 milhões em 2012. A mudança foi significativa, pois em 1990, 15% dos brasileiros passavam fome. Hoje são 6,9%.”

⁴ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3799>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

⁵ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/mundo-tem-22-bilhoes-de-pessoas-pobres-ou-quase-pobres-alerta-relatorio-do-pnud/>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

Apesar das conquistas do programa de transferência de renda adotado no Brasil desde 2003, o Brasil ainda não pode se orgulhar de suas estatísticas, as quais revelam desigualdade social, vulnerabilidade, pobreza e fome. Apenas para citar um exemplo: “Em 2012, 54,5% das vítimas de homicídio tinham entre 15 e 29 anos” (Américo e Neto, 2014, p.4). Vale ressaltar ainda que, nesse período, houve um aumento de 38,7% dos homicídios de negros no Brasil, mostrando que a vulnerabilidade social também tem uma face étnico-racial.

A concatenação das informações expostas até aqui revela um cenário complexo, assimétrico e contraditório, no mundo e no Brasil. A realização de um estudo que busca encontrar soluções ou caminhos que contribuam para gerar impactos sociais positivos neste panorama lamentável já justifica por si só o desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como de outros trabalhos acadêmicos. Compreendo que as universidades públicas têm o dever moral de incentivar alunos de graduação e pós-graduação a desenvolverem pesquisas de diagnósticos e programas de intervenção social que visem soluções para a desigualdade social em nosso país.

A população jovem brasileira, quase um terço da população atual, vive em um estado de incongruências, onde é possível observar demandas básicas e símbolos de ostentação convivendo em um mesmo ambiente. A desigualdade prejudica o desenvolvimento, ameaça à coesão social e enfraquece a democracia. O fortalecimento desta parcela da população é essencial para a concretização de mudanças sociais.

Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa se inicia com o sentimento de obrigação, como discente de bacharelado em administração de uma universidade pública, com o desenvolvimento da sociedade, tendo em conta que é com base em recursos públicos que somos preparados durante todo o percurso acadêmico para buscar soluções de problemas e tomar as melhores decisões. Todo o conhecimento na esfera da academia, por princípio, deve ser para trazer contribuição à população e estando a mesma em uma situação de precariedade, é nosso dever moral, enquanto grupo privilegiado no que se refere ao acesso à educação superior pública, enfrentar os problemas e propor medidas de resolução.

Dou partida à reflexão analisando a realidade que nos cerca. Vivemos em uma era de contradições, onde o luxo habita as fissuras da miséria. Segundo Yazbek (2012), a pobreza pode ser abordada como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como

expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Ainda segundo a autora, os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. A pobreza é uma categoria histórica e socialmente construída, um fenômeno que não pode ser tomado como natural.

A pobreza, portanto, é um conceito multifacetado, que não se restringe apenas as limitações financeiras, como também a carência de direitos e oportunidades. Como é de conhecimento de todos, apesar da omissão da maioria, “a pobreza decorre em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (SILVA, 2010, p. 156). Temos, deste modo, um contingente de pessoas, incluindo os jovens, futuros líderes da nação, sobrevivendo em meio a um caos, com valores deturpados, com pouca ou nenhuma noção de como contribuir para melhorar o próprio futuro, sem perspectivas para o mesmo.

De acordo com Ribeiro e Neder (2009), o conceito moderno de juventude estabelece que essa fase corresponde a uma etapa da vida marcada pela transição entre a infância e a vida adulta, sendo esta última caracterizada pela independência e responsabilidade dos indivíduos. No entanto, como alcançar independência sem autonomia? Como se conscientizar de suas responsabilidades sem conseguir identificar qual seu papel na sociedade? Como cobrar, questionar ou propor ações ao poder público sem a noção clara dos direitos e deveres? Como desfrutar da democracia? São estas questões que desenharam o problema de pesquisa. É com base nestas reflexões que o fenômeno do empreendedorismo social surge como proposta para tentar dinamizar a participação cívica desta parcela tão importante e influente da sociedade, fornecendo instrumentos para que estes assumam seus papéis de protagonistas de mudanças sociais, para que criem valor social.

Objetivos

O objetivo central da pesquisa é verificar quais impactos o empreendedorismo social pode gerar em jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social na cidade de Ribeirão Preto (SP). A pesquisa foi aplicada em uma organização do terceiro setor que atende jovens pobres. A Associação São Francisco de Assis Gewo-Haus⁶, uma instituição social de atendimento à criança, adolescente e família de baixa renda do Bairro Vila Virgínia, Ribeirão Preto (SP).

Trata-se de uma instituição dirigida por Irmãs Franciscanas da Penitência que desenvolvem um trabalho preventivo, socioeducativo, sociofamiliar e profissionalizante. Elencam como prioridades a educação dos atendidos, a participação no ensino formal e o desenvolvimento de potencialidades latentes. São atendidas crianças, adolescentes e famílias privados de seus direitos fundamentais. A estrutura tem capacidade máxima de 140 crianças, 60 jovens e 120 famílias. A organização oferece também espaços de conscientização das crianças, adolescentes e jovens, onde o diálogo e a participação na conquista dos seus direitos são utilizados como ferramentas para alcançar a cidadania. É em função destes fatores que a organização foi escolhida.

Objetivo específico

O objetivo específico do estudo é identificar se o empreendedorismo social contribui para o empoderamento dos jovens através do processo de tomada de conscientização de responsabilidade social comunitária e individual. O foco é impulsionar o processo de reconhecimento dos jovens como protagonistas de mudanças sociais.

Justificativa

Além do envolvimento pessoal com a temática, já apresentado acima, é importante verificar o impacto do empreendedorismo social tendo em vista que este campo é recente no âmbito teórico. Já em relação às ações práticas, encontrar uma alternativa para desenvolver autonomia e responsabilidade nos jovens é um valor de extrema relevância, e somado a isto, as instituições de ensino superior nas áreas de gestão poderão, eventualmente, utilizar da

⁶ Disponível em: < <http://www.asfarp.org.br/> > . Acesso em: 12 nov. 2014.

metodologia aplicada para ampliar a dimensão geográfica de impactados e com isso contribuir para a construção de uma esfera de mudanças.

Método

Essa pesquisa qualitativa utilizou a técnica de Pesquisa-Ação. Segundo Thiollent (1986), um dos principais objetivos desta técnica é proporcionar a pesquisadores e grupos de estudo da pesquisa, maneiras de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas das situações que vivenciam sob a forma de ação transformadora. Sendo assim, a pesquisa-ação pode ser definida como:

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p.14)

A pesquisa-ação permite estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação. Sendo assim, esta estratégia de pesquisa foi adotada para a aplicação da intervenção. Os jovens tiveram papel ativo no desenvolvimento das atividades propostas, haja vista que um dos objetivos foi sensibilizá-los da importância de se envolverem com ações, se capacitarem e emanciparem.

Estrutura do Trabalho

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta um desenho do corpo de conhecimentos que envolvem o conceito de empreendedorismo social. No segundo capítulo, são apresentados dados e análises que apontam a complexidade social vivenciada pelos jovens brasileiros e o comportamento destes perante os conflitos atuais. Na sequência são apresentados os caminhos percorridos do estudo e seus achados e para encerrar, as considerações finais.

CAPÍTULO I - COMPREENDENDO O CAMPO CONCEITUAL

Nesse capítulo, serão abordados os principais conceitos utilizados como referencial teórico da pesquisa que gerou esse TCC. No entanto, antes de explorar as definições de empreendedorismo social, alguns conceitos transversais a este fenômeno serão apresentados com o objetivo de esclarecer as tênues diferenças entre o mesmo e outros, assim como contextualizar a sua emergência.

1.1 Terceiro Setor e ONGs

A sociedade é dividida, fundamentalmente, em três setores. O Primeiro Setor é representado pelo Estado, sendo definido como o “setor público” e seus recursos devem ser destinados a ações para a sociedade. O Segundo Setor é representado pelo mercado, constituído pelo tecido empresarial que exerce atividades privadas, ou seja, atuam em benefício próprio e particular, tendo o lucro como instrumento. Já o Terceiro Setor, se desenrola em uma área ampla de entidades e concepções, de significativa complexidade de definição. Segundo Gutierrez (2006), o mesmo é resultado da diferenciação entre os dois primeiros setores, pois é constituído por organizações privadas, o que exclui a possibilidade de pertencer ao Primeiro Setor, porém suas atividades não objetivam o lucro, fator este que exclui a possibilidade de pertencer ao Segundo Setor. Deste modo, temos um setor “privado, com fins públicos”.

De acordo com a Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas (REBRAF)⁷, instituída em julho de 1999, constituída como uma rede estudos e planejamento no que tange as limitações ou omissão do Estado no campo social, o Terceiro Setor é um âmbito que “corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado etc.”. Face aos recursos financeiros, é caracterizado pela utilização de dinheiro privado para fins públicos, porém, sem excluir a possibilidade de destinação de recursos públicos para este setor.

⁷ Disponível em: <<http://www.terceirosetor.org.br/quemsomos/index.cfm?page=terceiro>>. Acesso em: 10 set. 2014.

A construção da expressão Terceiro Setor, de acordo com uma Cartilha desenvolvida pela Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados Brasileiros de São Paulo (OAB-SP) em dezembro de 2011, tem origem no termo inglês *Third Sector* e são empregadas também outras denominações como *Voluntary, Independent* ou *Non-profit Sector* e *Public Charities*. Apesar do reconhecimento da falta de unanimidade entre diversos autores, o documento adota a definição de Terceiro Setor como sendo o espaço ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares as públicas, visando contribuir com a sociedade na solução de problemas sociais em prol do bem comum.

Partindo da amplitude do conceito de Terceiro Setor, serão apontadas algumas organizações que o compõe. O conjunto vulgarmente difundido ONG (Organização Não Governamental) é apenas um nome genérico dado a entidades e ou instituições, que se dedicam a atividades de interesse social e coletivo, pois o termo ONG não é uma categoria de pessoa jurídica. O Artigo 44 do Código Civil Brasileiro estabelece que são pessoas jurídicas de Direito Privado “as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos”. As ONGs, devidamente registradas, podem ser Associações (agrupamento de pessoas, que visam ao benefício de uma coletividade e/ou benefício mútuo, mas não tem interesse econômico, ou fim lucrativo para os associados ou administradores) ou Fundações (caracterizada por origem em um patrimônio que alguém separa do que lhe pertence para beneficiar outras pessoas que não o instituidor ou os administradores da entidade e que só pode perseguir fim lícito e não lucrativo, com fins religiosos, morais, culturais ou de assistência); ambas são pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos.

As Associações ou Fundações podem pleitear alguns títulos, certificados e qualificações ao Poder Público, se cumpridos alguns requisitos exigidos em lei. Como benefícios e consequências destes, têm-se: 1 – diferenciar as entidades que possuem, inserindo-as num regime jurídico específico; 2 – demonstrar a sociedade que a entidade possui credibilidade; 3 – facilitar a captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos; 4 – facilitar acesso a benefícios fiscais; 5 – possibilitar o acesso a recursos públicos, assim como a celebração de convênios e parcerias com o Poder Público e, possibilitar a utilização de incentivos fiscais pelos doadores. Os títulos, certificados e/ou qualificações podem ser obtidos nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, as entidades podem obter os seguintes: 1 - Título de Utilidade Pública Federal (TUPF); 2 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS); 3- Qualificação como

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); 4 - Qualificação como Organização Social (OS).

É neste contexto, portanto, que surgem as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)⁸, criadas pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentadas pelo Decreto n. 3.100, de 30 de julho de 1999. Esta qualificação pode ser solicitada desde que cumpram todas as especificações definidas pela Lei supracitada e tenham como objetivos sociais pelo menos uma das seguintes finalidades mencionadas no Artigo 3º:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; e
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Neste primeiro esboço conceitual, podemos observar que, apesar das responsabilidades atribuídas ao Estado, estão emergindo organizações para defesa de direitos da sociedade. É de conhecimento geral que a promoção de uma vida digna a todos é dever do Estado e para tanto, o mesmo deve assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Estes

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

preceitos são garantidos por dispositivos previstos na Constituição e estão vinculados diretamente com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que constitui o fundamento do Estado Democrático.

O Estado deve se dedicar à prestação de serviços essenciais para a coletividade, no entanto, o mesmo deixa de atuar em determinados segmentos ou atua de modo deficiente por incapacidade financeira ou administrativa, ou omissão, em função do modelo neoliberal. É no processo de terceirização de seus deveres que surgem lacunas e são nestas que o Terceiro Setor, representado pela parcela da sociedade civil inconformada que se organiza, passa a representar parcelas da população com demandas e reivindicações diversas, revelando novos atores e agendas. O empreendedorismo social se relaciona diretamente com o Terceiro Setor, haja vista que possui, em sua essência, preocupações sociais desvinculadas da intenção de obter lucros.

1.2 Economia Solidária

A Economia Solidária - que pode, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁹, ter títulos diversos como economia social, socioeconômica solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, entre outros - possui em seu âmago a execução de práticas de relações econômicas e sociais que, buscam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida das pessoas. De acordo com o mesmo, o termo pode ser definido como “o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida”.

O Fórum aponta que os princípios gerais que regem este fundamento são:

1 - O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;

2 - A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular;

⁹ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 12 set. 2014.

3 - A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios;

4 - A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial;

5 - Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema e,

6 - A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Segundo Paul Singer (2002), ao analisar a evolução histórica do conceito, é possível mencionar que a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como uma maneira de resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão desregulamentada dos maquinários e do motor a vapor, no início do século XIX. Neste contexto, o autor afirma que as cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal.

Deste modo, o autor reforça que o alicerce da empresa solidária é a negação da separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é à base do modelo capitalista. O capital da empresa solidária é de posse dos trabalhadores da mesma e pautado nesta premissa é que o trabalho e capital estão fundidos, afinal todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. Outra característica apontada pelo autor é que o excedente anual - chamado “sobras” nas cooperativas - tem a sua destinação definida pelos trabalhadores, podendo esta ser destinada ao reinvestimento ou a fundos indivisíveis, que não pertencem aos sócios individualmente, mas ao coletivo deles.

A economia solidária é composta, portanto, das organizações que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão e são estas que fazem parte da

economia cooperativa ou social, pois não se deve confundir com as cooperativas que empregam assalariados. Existem graus muito variados de autogestão, não apenas de cooperativa para cooperativa, mas para a mesma cooperativa em diferentes momentos.

Além destas características, o autor categoriza as cooperativas em quatro tipos:

1 - Cooperativa de produção: propriedade dos meios de produção é dos trabalhadores, todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa;

2 - Cooperativa de comercialização: composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também é e as sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa;

3 - Cooperativa de consumo: possuída pelos que consomem seus produtos ou serviços. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperadores e,

4 - Cooperativas de crédito: organizações de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. Para que sejam solidárias, é preciso que os trabalhadores que as operam profissionalmente sejam sócios delas.

Diante do exposto, podemos concluir *a priori* que o fenômeno do empreendedorismo social conflui com algumas características da economia solidária. Ambos possuem como diretriz o desenvolvimento humano e social. Buscam gerar impacto, seja na melhora da qualidade de vida, seja na valorização do trabalho. No entanto, as cooperativas tem caráter econômico, pois visam a partilha dos resultados aos cooperados, aspecto este que se difere aos empreendimentos sociais.

1.3 Negócios Sociais

Os negócios sociais, de acordo com o SEBRAE¹⁰ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) têm como objetivo causar impacto positivo em uma comunidade, ampliando as perspectivas de pessoas marginalizadas pela sociedade, aliada a possibilidade de gerar renda compartilhada e autonomia financeira para indivíduos de classe baixa. Esta solução é desenvolvida considerando a viabilidade econômica da intervenção, com

¹⁰ Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/O-que-s%C3%A3o-neg%C3%B3cios-sociais>>. Acesso em: 12 set. 2014.

base em estratégias e modelos de negócios. Sendo assim, são soluções de negócios para problemas sócio ambientais. O impacto positivo é gerado através do próprio *core business* (atividade principal) do empreendimento, portanto, viabilidade econômica e preocupação social e ambiental possuem a mesma importância e fazem parte do mesmo plano de negócios.

Em linhas gerais, existem duas correntes que divergem em relação à distribuição de lucros gerados pelas operações nos negócios sociais. A primeira, direcionada por Muhammad Yunus, economista fundador do *Grameen Bank*, em Bangladesh, defende que os investidores podem apenas recuperar o capital que investiram, sem direito a lucro e dividendos. De acordo com o mesmo, os lucros devem ser totalmente reinvestidos na empresa e destinados à ampliação dos benefícios sócio ambientais. Outra corrente, representada por Michael Chu e Stuart Hart, professores das Universidades de Cornell e Harvard, nos Estados Unidos, defende a distribuição de lucro por entender que isso possibilita atrair mais investidores e permite a criação de novos negócios na velocidade necessária para superar os desafios sociais existentes no mundo.

Como características, o SEBRAE resume que o negócio social considera o trabalho em rede, buscando parcerias de forma a fortalecer e ampliar o impacto da atuação do negócio; o combate ao trabalho forçado, escravo, ou infantil; o cuidado com a cadeia produtiva (seleção e avaliação dos fornecedores); o gerenciamento do impacto ambiental; e a articulação com as políticas públicas. Além destes aspectos, um negócio social em seu exercício vende um produto ou serviço que contribui para melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda; esse produto ou serviço principal é capaz de sustentar financeiramente a empresa, de forma que ela não dependa de doações ou captação de recursos para as suas operações; apresenta inovação no modelo de negócio; tem potencial de alcançar escala e opera de maneira eficiente; e há comprometimento do empreendedor e de sua equipe em melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda.

As organizações que realizam negócios sociais, portanto, assumem um modelo de negócio baseado não apenas na busca em gerar lucro, mas também em gerar impactos positivos na sociedade. Segundo Osterwalder (2010), no livro “*Business Model Generation*”, onde desenvolve o conhecido Modelo de Canvas, o modelo de negócios de uma organização é definido como a forma como uma empresa cria, entrega e captura valor. Para construir um raciocínio, de acordo com Hall (2004), uma organização é uma coletividade com fronteiras possíveis de serem identificadas, com regras, hierarquia, sistemas de comunicação e procedimentos. Essa coletividade está inserida em um ambiente e envolve atividades que se relacionam a um conjunto de metas. As atividades, por sua vez, acarretam consequências para

os membros da organização, para a organização e para a sociedade. Conjugando os dois conceitos, temos que os negócios sociais, representados por organizações que na sua essência geram impactos na sociedade, possuem um modelo de negócio específico, apenas focado para o impacto social, porém não deixam de ser, até mesmo em sua nomenclatura, mais um negócio. Pertencem ao segundo setor da sociedade e juridicamente são empresas privadas.

1.4 Empreendedorismo

A palavra “empreendedor” (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo. Dornelas (2001) realiza uma análise histórica do desenvolvimento do conceito. O autor revela que um primeiro esboço de definição de empreendedorismo pode ser atribuído a Marco Polo, que tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente. No papel de empreendedor o personagem assinou um contrato com um senhor que possuía recursos financeiros (capitalista atual) para vender suas mercadorias. O capitalista era alguém que assumia riscos de forma passiva, enquanto o aventureiro empreendedor assumia o papel ativo, correndo todos os riscos.

Continuando a análise, durante a Idade Média o termo empreendedor foi utilizado para definir aquele que gerenciava grandes projetos de produção. Este indivíduo não era reconhecido por alguém que assumia grandes riscos, no entanto, tinha o dever de administrar os recursos disponíveis. Segundo Dornelas (2001), já no século XVII, perceberam-se os primeiros indícios de relação entre assumir riscos e empreendedorismo. Em 1725, Richard Cantillon define que o indivíduo que assume riscos é diferente do que detém o capital. Em 1816, Jean Baptiste Say entende o empreendedorismo como uma ferramenta de criação de valor. Por fim, no século XX, Joseph Schumpeter (1949) define que o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente, causando uma ruptura radical através da introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novos modelos de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais, acrescenta também que o empreendedor é quem realiza coisas novas e não, necessariamente, aquele que as inventa. Esta definição é amplamente difundida e adotada por diversos pesquisadores por representar a visão economicista do termo empreendedorismo. Em 1961, David McClelland diz que o empreendedor é alguém dinâmico que corre riscos moderados. Já em 1964, Peter Drucker revela que o empreendedor é aquele quem maximiza oportunidades. Em 1975, Albert Shapiro aponta que o empreendedor toma iniciativa, organiza alguns mecanismos sociais e

econômicos e aceita riscos de fracasso. Tendo em consideração este processo de construção conceitual, Dornelas (2001, p.19) conclui que “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”.

Para Fillion (1999, p.19) o empreendedor é considerado uma pessoa criativa, reconhecida pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos, uma pessoa que possui alto nível de consciência no ambiente em que pertence, fazendo uso desta para detectar oportunidades de negócios e a inovação constante. Para o autor “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”. Já para Hisrich (2009, p.51), o empreendedor é alguém que pensa de modo diferente em relação às outras pessoas em função do ambiente de tomada de decisão no qual interage.

No campo emocional, Farrel (1993, p. 39) faz destaque a outros padrões de sentimentos dos quais podemos citar o comportamento de encarar o empreendimento como uma missão a cumprir e também a paixão com que o empreendedor fala do seu projeto, levando-o a tentar conhecer seu mercado e identificar o que é necessário para estar à frente dos concorrentes. Dornelas (2001, p. 37) destaca que, para qualquer definição de empreendedorismo é possível encontrar os seguintes aspectos referentes ao empreendedor: “1. iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; 2. utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social econômico onde vive; 3. aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar”.

Sendo assim, o processo empreendedor envolve, em primeiro lugar, o aspecto da criação, além de comprometimento e envolvimento e por fim, capacidade de lidar com situações complexas e com as frustrações. Para concluir, Hisrich (2009, p.30) diz que o empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e os esforços necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal.

1.4.1 O perfil do empreendedorismo no mundo

Considerando o crescimento da importância do estudo do empreendedorismo no mundo em função de seu impacto econômico, o Consórcio *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) realiza uma pesquisa anual desde 2002 sobre o perfil da atividade empreendedora no mundo. O GEM é considerado a maior iniciativa internacional para analisar a propensão a empreender e também as condições que aumentam iniciativas de empreendedorismo. A

pesquisa realizada em 2013 se baseou em dados de amostra de 197 mil adultos (entre 18 a 64 anos) e mais de 3 mil especialistas de 70 economias, incluindo o Brasil, o que representa 75% da população. As entrevistas buscaram captar indicadores, por país, relacionados a atitudes sobre empreendedorismo; nível de atividade empreendedora; expectativas de crescimento dos empreendimentos e empreendedorismo e bem-estar. No Brasil foi identificada na população de 18 a 64 anos – cerca de 123 milhões de indivíduos em 2013 – uma taxa total de empreendedores estimada em 32,3%, representando cerca de 40 milhões de pessoas, o que indica o expressivo contingente de indivíduos de 18 a 64 anos envolvidos na criação ou administração de algum tipo de negócio e, portanto, a relevância do empreendedorismo no Brasil (21 milhões de empreendedores iniciais e 19 milhões de empreendedores estabelecidos).

Em relação às atitudes sobre o empreendedorismo, indicador que mensura a propensão das pessoas a se engajarem em atividades empreendedoras, levando em conta percepções individuais sobre (a) oportunidades, (b) as capacidades percebidas, (c) o medo de fracassar e (d) a intenção de abrir um negócio, os níveis mais expressivos, são encontrados em países da África Subsaariana 69%, 74%, 25% e 47% respectivamente, enquanto que na União Europeia são identificados 29%; 42%, 40% e 14% respectivamente. A pesquisa revela que a proatividade para empreender tende a diminuir com o desenvolvimento econômico. No Brasil os indicadores são 51%, 53%, 39% e 27% respectivamente.

Já em relação ao nível de atividade empreendedora, um dos principais indicadores do GEM, a Atividade Empreendedora Total (*Total Entrepreneurial Activity – TEA*) mede a participação econômica de adultos que possuem empreendimentos com até três anos e meio de idade. O indicador, que é uma porcentagem da população adulta, tende a diminuir conforme o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), pois essa prosperidade econômica leva a melhores oportunidades de emprego no país. As maiores taxas de empreendedorismo são encontradas novamente na África Subsaariana, principalmente na Zâmbia e na Nigéria (39%). No Brasil o indicador TEA para 2013 foi de 17,3%. Quanto às expectativas de crescimento dos empreendimentos, indicador que representa a qualidade da atividade empreendedora, englobando a projeção de crescimento em termos de número de empregados de um pequeno negócio. No Brasil a projeção de crescimento foi de 12,7% para de criação de 0 a 5 empregos.

No âmbito do empreendedorismo e bem-estar, novo indicador do GEM que relaciona diferentes aspectos do bem-estar dos indivíduos com as dinâmicas do empreendedorismo, o estudo evidenciou que empreendedores tendem a possuir uma maior satisfação com o seu emprego do que pessoas que não estão envolvidas em atividades empreendedoras, pois há

valorização à independência e flexibilidade ao administrar seu próprio negócio. Os níveis dos indicadores são menores nos países da África Subsaariana, ao passo que a América do Norte e Latina possuem as taxas mais altas.

1.4.2 O perfil do empreendedorismo no Brasil

Com foco nos resultados apresentados pelo Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil da GEM 2013, serão apresentadas algumas taxas específicas de empreendedores segundo variáveis sociodemográficas. As taxas se referem ao percentual de indivíduos considerados empreendedores, em relação à população de cada uma das classes. Na análise das taxas específicas de empreendedorismo inicial, podemos destacar que:

1 - A taxa de empreendedores iniciais no país é similar dentre homens e mulheres, mas nas regiões Norte, Centro-oeste e Sul elas são mais altas no gênero feminino;

2 - A faixa etária mais relevante quanto ao percentual de empreendedores é a de 25 a 34 anos (21,9%), seguida de perto pela faixa de 35 a 44 anos (19,9%). Esse fato se repete nas várias regiões brasileiras;

3 - No que se refere a classes de escolaridade, a maior taxa de empreendedorismo inicial ocorre entre pessoas com segundo grau completo (18,5%) e,

4 - Com relação à renda, a maior taxa específica de empreendedorismo inicial se verifica nas famílias com faixa de renda entre 6 e 9 salários mínimos (22,6%), o que também pode ser observado nas regiões Norte (29,7%), Nordeste (22,5%), Sudeste (24,5%) e Sul (15,6%). Na região Centro-Oeste, há uma clara prevalência do empreendedorismo em famílias com renda acima de nove salários mínimos (27%).

Dando sequência, em relação aos empreendedores já estabelecidos tem-se que:

1 - A taxa mais elevada se refere ao gênero masculino tanto no país (18,6% contra 12,6%) quanto nas suas diversas regiões;

2 - A faixa etária mais ativa em empreendedorismo estabelecido é a de 45 a 54 anos, exceto na região Centro-Oeste, onde a maior taxa encontra-se na faixa etária de 55 a 64 anos;

3 - Há maior prevalência de empreendedores entre as pessoas com escolaridade menor do que o segundo grau e,

4 - A maior taxa específica de empreendedorismo é observada na faixa de renda acima de nove salários mínimos, com exceção das regiões Nordeste e Sul, onde a prevalência de empreendedores ocorre na faixa entre 6 e 9 salários mínimos. Como destaques temos as taxas

específicas de empreendedorismo estabelecido ocorre em faixas etárias mais elevadas e de menor escolaridade que as observadas para o empreendedorismo inicial.

Neste próximo trecho, com o intuito de traçar o perfil dos empreendedores brasileiros, serão apresentados alguns dados da distribuição do total dos indivíduos considerados como empreendedores dentre as diversas classes de uma determinada característica sociodemográfica. Sendo assim temos:

- 1 - As mulheres representam uma pequena maioria (52,2%);
- 2 - No Brasil e em todas as suas regiões, a faixa etária onde se observa a maior frequência desses empreendedores é a de 25 a 34 anos (33,1%);
- 3 - A maior parte dos empreendedores iniciais brasileiros (50,9%) apresenta níveis de escolaridade menor que segundo grau completo. Merece destaque a região Nordeste, onde 42,1% dos empreendedores iniciais possuem segundo grau completo;
- 4 - A faixa de renda predominante é de menos de 3 salários mínimos (61,6%). Nas regiões Norte e Nordeste, esse percentual alcança 73,4 e 66,0%, respectivamente. Para concluir, em relação aos empreendedores estabelecidos, tanto no Brasil quanto em suas regiões, predominam as seguintes características: gênero masculino, aqueles com escolaridade inferior ao segundo grau completo e com faixa de renda inferior a três salários mínimos. A faixa etária predominante é a de 45 a 54 anos, embora nas regiões Norte e Centro-Oeste essa faixa é a de 35 a 44 anos.

A proporção de empreendedores por oportunidade é elevada independente do gênero, pois foram verificados 76,8% dos homens e 66,2% das mulheres nesta categoria. Este fato se observa em todas as regiões, com destaque para região Sul onde essas proporções são relativamente mais elevadas (83,4% e 74,3%). No Nordeste, chama a atenção a maior proporção de mulheres empreendendo por necessidade (42,9%). No Brasil, a proporção de empreendedores por oportunidade diminui quanto maior é a faixa etária. No entanto, a proporção desses empreendedores na faixa etária de 55 a 64 anos é significativamente elevada (74,3%). As regiões Nordeste e Sudeste acompanham esse padrão. Mesmo não representando o maior número de empreendedores, tanto no conjunto do Brasil como em cada região, aqueles com grau de escolaridade mais alto são os que apresentam as maiores proporções de empreendimentos por oportunidade. É importante também destacar que embora, um maior número de empreendedores encontre-se nas faixas de renda mais baixas, observa-se que nas faixas de renda mais elevadas é significativamente maior a proporção de empreendedores por oportunidade. Esse fato se observa em todas as regiões, destacando-se a região Norte, em que

a totalidade dos empreendedores na faixa de mais de 9 salários se declaram motivados pela oportunidade.

1.4.3 O perfil do empreendedorismo no Estado de São Paulo

De acordo com um estudo realizado pelo SEBRAE a respeito das Características dos empreendedores formais e informais do Estado de São Paulo¹¹, em 2003 existiam 2,6 milhões de empreendedores informais (conta-própria ou empregador sem registro na prefeitura e sem CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e 1,3 milhões de empreendedores formais (conta-própria ou empregador com registro na prefeitura e/ou com CNPJ) no estado de São Paulo. O estudo apontou que a Proporção de Empreendedores e Candidatos a Empreendedores na população adulta (com 18 anos ou mais) do Estado de São Paulo em 2002 era de 15,9% (empreendedores modalidade empregadores e conta própria), 2,4% de candidatos a empreendedores o que resultou em um grau de empreendedorismo de 18,3%, ou seja, 1 em cada 5 paulistas, com 18 anos ou mais, possuía um pequeno negócio ou pretendia iniciar um nos próximos 12 meses.

1.4.4 O perfil do empreendedorismo no município de Ribeirão Preto (SP)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos lançaram junto com o Boletim Radar nº 25, o Ranking Municipal do Empreendedorismo no Brasil¹². Por meio deste, é possível observar a taxa de empreendedorismo nos municípios brasileiros, o tempo médio de estudo do empreendedor, seu lucro médio (por mês) e as horas trabalhadas.

É com base neste banco de dados que apresentarei os índices referentes à cidade de Ribeirão Preto. O Ranking foi realizado com base na análise de 645 cidades do estado de São Paulo. No que tange a “taxa de empreendedorismo”, Ribeirão Preto ocupou a posição 120, com índice de 23,26%, sendo a maior identificada em Ilha Comprida (40,16%) e a menor em Borá (3,66%). Em relação a variável “anos de estudos médio” do empreendedor, Ribeirão Preto ficou na posição 17, com média de 9,65 anos de estudo, tendo em primeiro lugar São Caetano do Sul (11,55 anos) e em último Quadra (4,89 anos). Referente ao “lucro médio” do

¹¹ Disponível em:

<http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mpes_numeros/empreendedores.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

¹² Disponível em: <<http://www.compaso.com.br/emp.rank/mapa.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

empreendimento, Ribeirão Preto se posicionou em 41, com lucro médio de R\$ 5.034,42, com a primeira posição para Santa Cruz da Conceição (R\$12.338,88), e em último no estado, Marabá Paulista (R\$ 1.321,33). Como último dado do levantamento, temos a “média das horas semanais trabalhadas”, com Ribeirão Preto ocupando a posição 509 com média de 41,60 horas e em primeiro lugar Espírito Santo do Turvo (55,03 horas) e Torre de Pedra (29,95 horas).

Em Ribeirão Preto nota-se uma situação favorável para o empreendedorismo, considerando a taxa de empreendedorismo encontrada, assim como a elevada posição de anos de estudo médio e lucro médio obtidos. A cidade conta com o suporte de algumas organizações que tem como um dos objetivos dinamizar as atividades empreendedoras, sendo elas um Escritório Regional do SEBRAE; o Posto de Atendimento ao Empreendedor (PAE) da ACIRP¹³ (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto) que tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento e crescimento das micro e pequenas empresas em qualquer estágio e futuros empreendedores de Ribeirão Preto. Há também iniciativas advindas de instituições de ensino superior, tais como o Núcleo de Empreendedores (NE)¹⁴, uma organização formada por alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP) voltada para orientação de elaboração de planos de negócios e também iniciativas isoladas como o INOVA¹⁵ – Clube de empreendedorismo de Ribeirão Preto, que busca conectar pessoas através da promoção e realização de atividades empreendedoras.

Diante das informações que revelam um cenário atrativo para empreender, valem algumas reflexões. O estímulo para empreender, criar novos negócios, correr riscos, enxergar oportunidades, inovar e conquistar um espaço na economia, para assumir um papel de importância na sociedade capitalista é percebido em diversos canais, seja oriundo de políticas públicas que apoiam o crescimento deste fenômeno em prol de uma economia dinâmica e competitiva, seja através das mídias que enaltecem a posição gloriosa do empreendedor e defende que todos podem empreender e alcançar o glorioso sucesso. Estes discursos precisam ser analisados com cautela, afinal nem todos nascem com perfil empreendedor e com oportunidades e preparo para empreender. O empreendedorismo não pode ser visto como a solução para os atuais problemas da economia e da sociedade. Devemos nos atentar para as

¹³ Disponível em: < <http://www.acirp.com.br/beneficios/empreender/pae.php>>. Acesso em: 15 set. 2014.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/nucleo/conteudo/quem%20somos.html>> . Acesso em: 15 set. 2014.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Inova-Clube-de-Empreendedorismo-de-Ribeir%C3%A3o-Preto/203841696464402?sk=info>>. Acesso em: 15 set. 2014.

expectativas geradas em torno dessa promessa de sucesso, pois este, quando não atingido, gera frustrações e uma sociedade frustrada, não é o caminho.

1.5 Empreendedorismo Social

Anterior à construção do conceito do empreendedorismo social, é importante salientar alguns fatores que contribuíram para o aumento da relevância deste fenômeno na contemporaneidade. A primeira questão a mencionar é o fenômeno da globalização, que é um dos termos mais difundidos e discutidos para explicar as transformações sociais e devido a sua complexidade, exige um olhar holístico para se analisar. Segundo Ramalho (2012), no que tange a dimensão econômica, assiste-se a uma transformação da realidade do mercado financeiro que é capaz de realizar transações e investimentos comerciais de forma desvinculada a um espaço territorial, ligando mercados e economias do mundo através de estratégias econômicas coordenadas supraterritorialmente. Já quanto à dimensão política, o autor ressalta que os discursos estão embebidos por falácias, tendem fazer a crer que a globalização é um fenômeno inequívoco, espontâneo e inelutável, omitindo que tal fenômeno é resultado de um conjunto de decisões políticas.

Este panorama acarreta em uma relação desigual de poder e no âmbito da distribuição de riquezas. Ainda segundo o autor, as “novas desigualdades” tem sua origem na “nova divisão da estrutura de classes” e consequente da “nova divisão de trabalho”. A emergência de uma classe elitista de burgueses executivos e políticos influentes vêm contrastar com o surgimento dos “novos pobres” que se encontram numa estreita relação com a funcionalidade dos mercados, o desemprego e a precarização do trabalho. A globalização também trouxe benefícios à sociedade, no entanto a criação de uma ideologia dominante consolidada nas crenças do progresso prometido da globalização gera uma espécie de cegueira sobre as suas consequências, minimizando a importância de resposta aos problemas dela emergentes que se traduziram em disparidades na riqueza e no bem-estar, no desemprego estrutural, na insegurança humana, na degradação da natureza e no enfraquecimento dos Estados.

Com a globalização, intensificou-se o processo de transformação dos cidadãos portadores de direitos em consumidores que demandam produtos e serviços. De acordo com Dupas (2005), durante a modernidade, tanto os dominados como os dominantes haviam sido considerados cidadãos diante da legislação do Estado, porém, na pós-modernidade, o conceito de sociedade civil foi absorvido pelo mercado. O autor defende que na pós-modernidade a

ordem social implicou a superação de uma dinâmica de oposição de classes mediante a criação de uma nova estrutura de castas, os incluídos e os excluídos e que o início do século XXI colocou-nos diante de enormes tensões, em um mal-estar geral e uma corrosiva desesperança existencial que se espalham pelo mundo global e impõem a necessidade de repensar e renegociar as bases fundamentais do tipo de sociedade que queremos.

Segundo Graciolli e Toitio (2009), frente à reorganização do capital e da contrarreforma do Estado, o terceiro setor acaba se fortalecendo e torna-se funcional ao projeto neoliberal de retirada paulatina do Estado no que tange as ações e políticas sociais, levando a refilantropização da questão social. Além disso, o discurso envolvido neste setor contribui para a desorganização e desmobilização dos trabalhadores e para a despolitização do debate sobre as causas e reprodução das desigualdades, sendo engendrada a cultura do possibilismo.

A mobilização da sociedade civil perante às lacunas deixadas pelo Estado e crescentes emergências sociais, torna-se um caminho alternativo, mas perigoso, haja vista que as ações advindas deste setor não devem estar alinhadas aos interesses da iniciativa privada. Não podem apenas suprir as necessidades de nichos específicos de maneira imediatista, devem ser complementadas com políticas de empoderamento, de orientação e estímulo à participação cívica. Deve contribuir para a recuperação dos consumidores, principalmente os excluídos do sistema, em cidadãos de direitos. Não se pode deixar permear o discurso que apenas com o apoio da iniciativa privada é que as mazelas serão sanadas, é necessário contestar a origem da exclusão socioeconômica.

O empreendedorismo social, contudo, surge neste contexto como um fator que busca estabelecer um equilíbrio econômico e social. Segundo Costa e Carvalho (2012), o empreendedorismo social viabiliza a renovação da intervenção social; um aumento nas oportunidades do mercado de trabalho; a criação de formas alternativas de produção econômica e maior participação social. Deste modo intenciona contribuir para a promoção de ações que proporcionem o desenvolvimento sustentável da sua população contribuindo para condições mais igualitárias para todos.

Algumas ideias apresentadas no subtítulo direcionado para o empreendedorismo ainda permanecem no empreendedorismo social, como o conceito de “criação de valor” definido por Say; a existência de “agentes de inovação e mudança” apontada por Schumpeter e a “busca por oportunidade” indicada por Drucker. Para Costa e Carvalho (2012), alguns autores que contribuíram para a construção do termo empreendedorismo social foram:

1. Dees (1998) que referia o empreendedorismo social como novos empreendimentos sem fins lucrativos, assim como, empreendimentos de negócios de propósitos sociais, nomeadamente, bancos de desenvolvimento comunitário com fins lucrativos e organizações híbridas;

2. Fowler (2000) mencionando que o empreendedorismo social é a criação de estruturas, relações, instituições, organizações e práticas socioeconomicamente viáveis, que viabilizam benefícios sociais;

3. Hilbert e Hogg (2002), que entendem que o empreendedorismo social atende a comportamentos empreendedores para fins sociais, em vez de fins económicos, ou alternativamente, o uso dos lucros gerados para beneficiar um determinado grupo de favorecido;

4. Seelos e Mair (2005b), para os quais o empreendedorismo social é um conceito que se aplica a um número de organizações que criaram modelos para satisfazer eficientemente necessidades humanas onde os mercados existentes falharam nesse compromisso.

Oliveira (2004) apresenta um levantamento sobre o conceito do empreendedorismo social diante da visão internacional e nacional. Segue na Figura 1 o panorama desenhado pelo autor para a primeira visão e na Figura 2 o panorama nacional:

Figura 1 – Panorama internacional do conceito empreendedorismo social

Organização/Autor	Entendimento
Foud Schwab, Suíça	São agentes de intercambiação da sociedade por meio de: proposta de criação de ideias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de auto-sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas; utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. [...] características comuns aos empreendedores sociais: apontam ideias inovadoras e veem oportunidades onde outros não veem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social.
The Institute Social Entrepreneurs - ISE, EUA	"Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (o empreendedorismo social é base nas competências de uma organização), tornando-as menos dependentes do governo e da caridade."

Ashoka, Estados Unidos	"Os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história."
------------------------	--

Fonte: Oliveira (2004)¹⁶

Figura 2 – Panorama nacional conceito empreendedorismo social

Organização/Autor	Entendimento
Leite (2002)	"O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita."
Ashoka Empreendedores Sociais e Mackisey e Cia. INC (2001)	"Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o imprevisto."
Melo Neto e Froes (2001)	"Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia."
Rao (2002)	"Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro."
Rouere e Pádua (2001)	"Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas."

Fonte: Oliveira (2004)¹⁷

Como é possível verificar, o conceito do empreendedorismo social ainda está em construção. É notável em alguns entendimentos a presença dos interesses da iniciativa privada na justificativa de existência do fenômeno, haja vista a crescente preocupação das empresas em contemplar em seu planejamento estratégico ações de responsabilidade social, já que esta última tem tido um importante papel no processo de valorização dos grupos empresariais e com isso, impacto nos resultados financeiros. De acordo com Oliveira (2004), para melhor

¹⁶ O autor não mencionou o número das páginas das citações.

¹⁷ Idem nota 16.

compreender o empreendedorismo social é importante esclarecer algumas características que não o compõe, como o fato de não ser uma profissão, pois não há regulamentação constituída, nem mesmo formação universitária ou técnica e também conselho regulador e código de ética profissional legalizado; outro aspecto é que não é uma organização social que produz e gera receitas oriundas da venda de produtos e serviços; e não deve ser confundido com empresários que investem no campo social e por filantrópicos empresariais. Para melhor elucidar sobre as particularidades do empreendedorismo social, o mesmo autor propõe o quadro comparativo representado pela Figura 3.

Figura 3 – Comparativo entre Empreendedorismo, Responsabilidade Social Empresarial e Empreendedorismo Social

Empreendedorismo	Responsabilidade Social Empresarial	Empreendedorismo Social
É individual	É individual com possíveis parcerias	É coletivo e integrado
Produz bens e serviços para o mercado	Produz bens e serviços para si e para a comunidade	Produz bens e serviços para a comunidade, local e global.
Tem o foco no mercado	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo <i>stakeholders</i> .	Sua medida de desempenho são o impacto e a transformação social
Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio.	Visa a agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social.

Fonte: Oliveira (2004)

É fundamental pontuar algumas diferenças entre os conceitos. Em primeiro lugar, vale se atentar a distinção dos objetivos, pois os dois primeiros (Empreendedorismo e Responsabilidade Social Empresarial) pautam suas missões em função do plano estratégico da organização, desenhado a partir das demandas e oportunidades de mercado, e com isso buscam a valorização da mesma para obtenção de melhores resultados financeiros e em consequência, maior lucro. Já o terceiro (Empreendedorismo Social) visa à criação de valor social e suas ações são orientadas em função de problemas e ou necessidades sociais, o que não implica, até mesmo para garantir a sustentabilidade de suas atividades, na busca por resultados financeiros positivos. Outra componente relevante é a métrica de desempenho adotada, pois os primeiros utilizam parâmetros majoritariamente financeiros enquanto que o

empreendedorismo social busca medir seus resultados através do impacto social gerado, levando em consideração as particularidades de cada agente. Para concluir, temos que os negócios sociais possuem uma estreita relação com as empresas que realizam responsabilidade social empresarial, afinal ambos almejam por meio de atividades voltadas para a comunidade, agregar valor estratégico aos negócios. Agora relacionando a discussão conceitual, observamos que o empreendedorismo tradicional está presente no segundo setor, pois até mesmo sua métrica principal é a criação de novos negócios e por fim, podemos inferir que o empreendedorismo social atua no terceiro setor, já que este último é composto por organizações que não estão orientadas pelo lucro e sim para as demandas sociais.

Já evidenciadas as diferenças conceituais que cercam o empreendedorismo social, é importante apontar de que modo ocorre o processo de empreender socialmente. Oliveira (2004) revela que este se inicia com a observação de uma determinada situação-problema local, e partir deste ponto surge um processo de elaboração de uma alternativa para conseguir encontrar a solução, tendo esta como características ser inovadora, exequível, sustentável e que proporcione envolvimento da comunidade, crie impacto social e seja possível de avaliar os resultados. Depois inicia a fase de operacionalização da ideia, sua institucionalização e maturação. Na sequência há necessidade de multiplicar a ideia e sua aplicação noutras regiões e países e como fase final a transformação em política pública. Enfatizo que a etapa final do processo é retomar a responsabilidade pelas demandas sociais ao Estado, sendo o empreendedorismo social apenas uma ferramenta de intermediação.

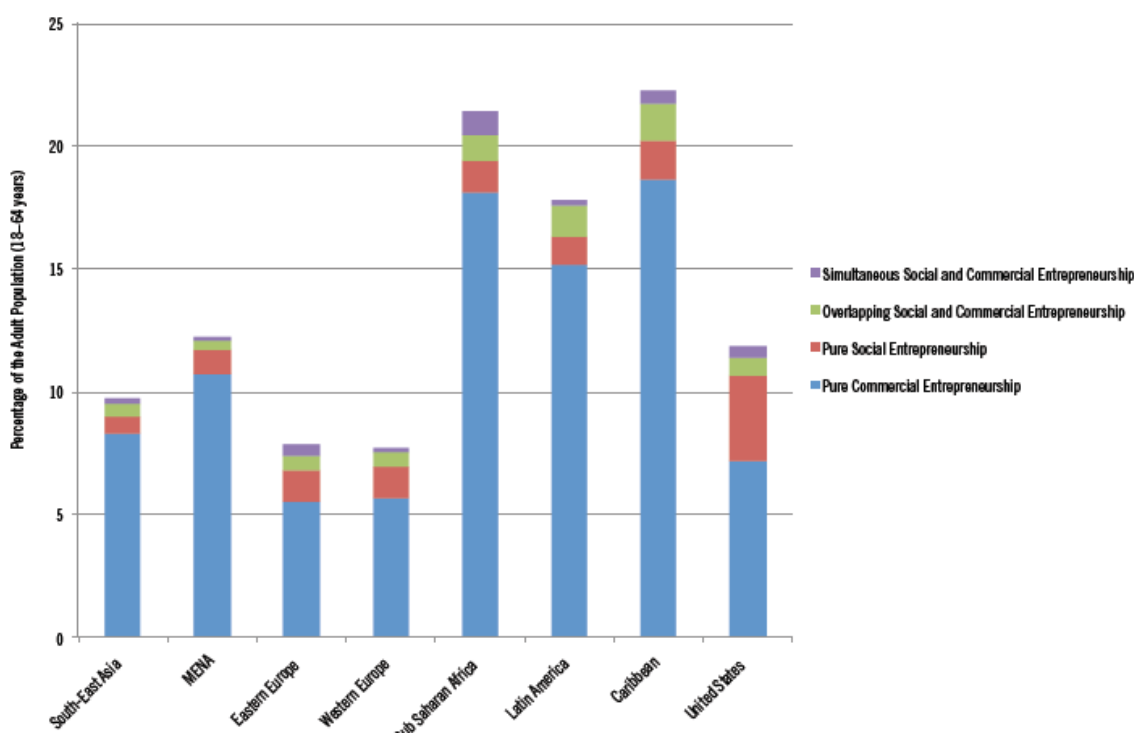
Para a construção de um cenário das atividades de empreendedorismo social no mundo, serão apresentados alguns dados levantados pelo GEM condensados no *Report on Social Entrepreneurship 2009* (Relatório de Empreendedorismo Social de 2009). A pesquisa foi realizada com cerca de 150 mil adultos em 49 países durante o ano de 2009. A metodologia utilizada se pautou na análise de identificação de empreendedores sociais em função da menção explícita ou implícita de uma missão social. Quatro categorias foram analisadas:

- 1 – Atividade Empreendedora Social Pura, onde o indivíduo lança ou dirige uma organização social sem atividades comerciais;
- 2 – Atividade Empreendedora Comercial Pura, onde o indivíduo lança ou dirige uma organização comercial que não tem metas sociais específicas;
- 3 – Atividades sobrepostas (sociais e comerciais), onde o indivíduo se dirige a organizações tanto sociais quanto comerciais e,

4 – Atividade empreendedora social e comercial simultânea, onde o indivíduo se envolve com duas organizações, sendo uma social e outra comercial.

Foi observado que o empreendedorismo comercial representa entre 2 e 13 vezes maior do que o empreendedorismo social nas macrorregiões. Embora a pesquisa não tenha afirmado nenhuma relação concreta entre os dois tipos de atividade empreendedora, as regiões com maior Atividade Empreendedora Comercial Pura (como o Caribe, África e América Latina) também apresentaram comparativamente maiores taxas de Atividade Empreendedora Social Pura o que apoia a noção de que as economias empreendedoras tendem a oferecer um ambiente mais favorável para empreendimentos sociais, com iniciativas inovadoras.

Figura 4 – Predomínio da Atividade de Empreendedorismo Social (SEA) e Atividade de Empreendedora Total (TEA) e nível de sobreposição entre ambas, por região.



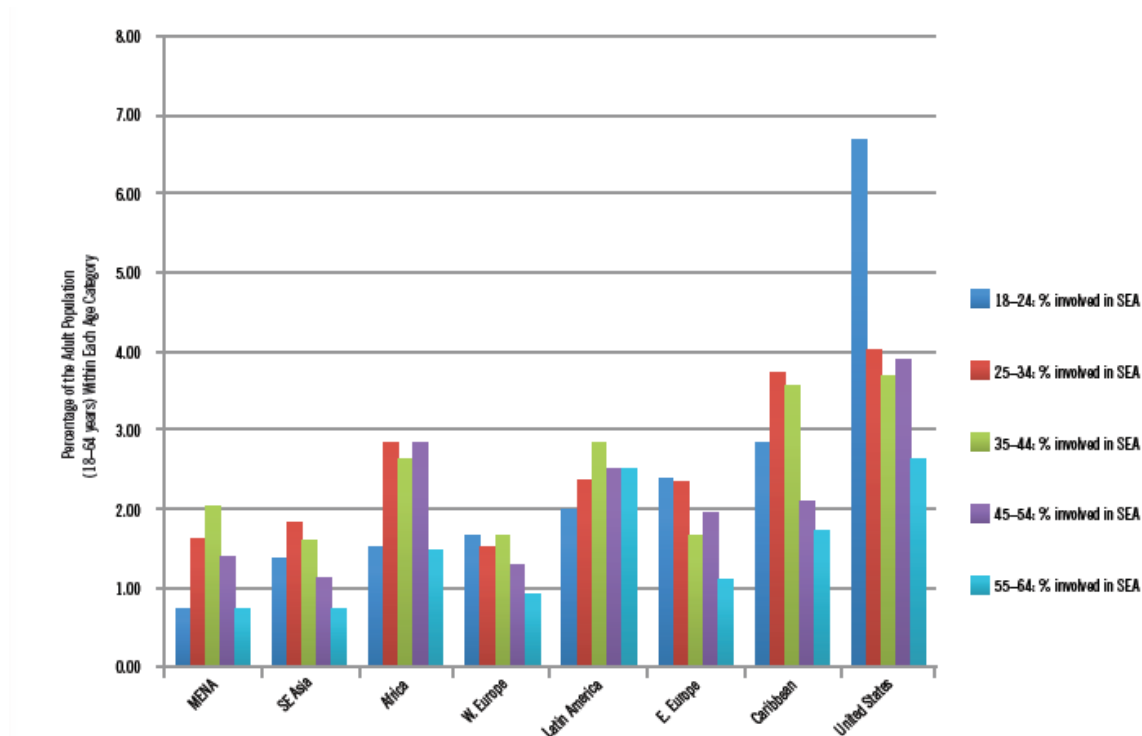
Fonte: GEM 2009.

Relacionada à prevalência da atividade empreendedora social o estudo apontou que a porcentagem dos adultos em idade ativa na população que tem envolvimento explícito com atividades sociais (Atividade Empreendedora Social Total) varia consideravelmente em todo o mundo, de 0,2% na Malásia para 7,6% na Argentina, com uma média de 2,8%. A taxa média de atividade de empreendedorismo social (SEA) em fase inicial em todos os 49 países GEM é ainda inferior a Atividade Empreendedora Social Total, com média de 1,94%,

variando de 0,2% na Malásia e Arábia Saudita para 4,9% nos Estados Árabes Emiratos. No Brasil, a taxa de atividade empreendedora social total em 2009 foi de 0,4%, composta com 0,37% de empreendedores sociais iniciais e 0,03% de empreendedores sociais estabelecidos. Apesar da variação, estes níveis baixos de prevalência mostram que o empreendedorismo social é um fenômeno pouco expressivo de modo geral quando comparado às atividades empreendedoras tradicionais.

Referente à variável idade, os resultados sugerem que entre os países, indivíduos que se estabeleceram, mas ainda são muito jovens (com idade de 25 a 34 e 35 a 44) são mais propensos a iniciar um empreendimento social em relação a um indivíduo em idade de “aposentadoria” (idade 55 a 64), o que reforça a importância do papel do jovem nestas iniciativas. Os dados também sugerem diferenças entre os tipos econômicos e regiões. Em países menos desenvolvidos, os jovens com idades entre 18 e 24 anos são os menos propensos a se envolver em empreendedorismo social, dado este que reforça a ideia de falta de consciência do papel do jovem na sociedade; enquanto em economias de inovação, este grupo mais jovem é o mais propenso a se envolver com empreendimentos sociais.

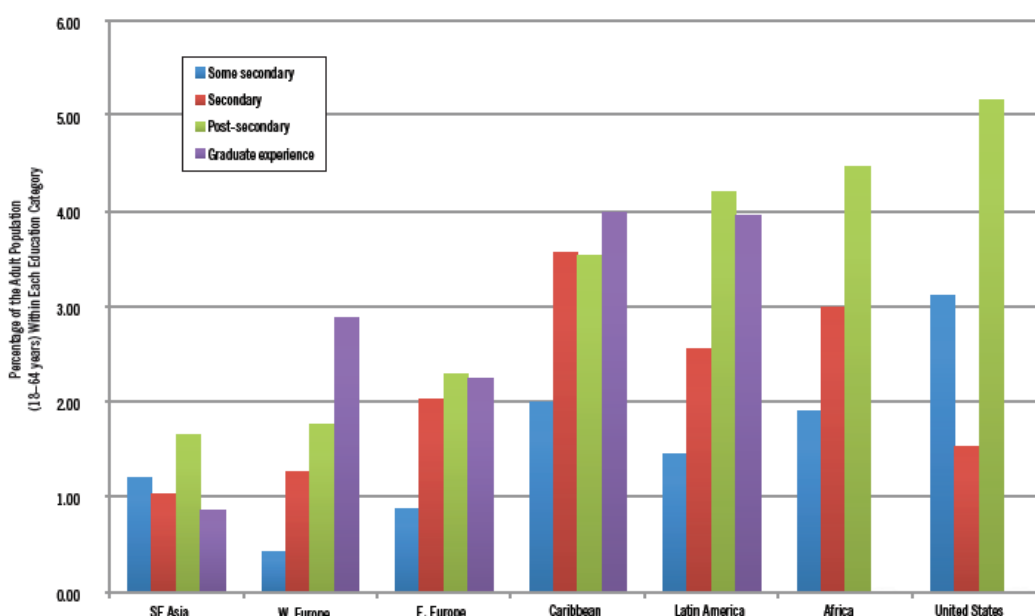
Figura 5 – Atividade de Empreendedorismo Social (SEA) por região: Participação por idade



Fonte: GEM 2009.

Quanto ao nível de escolaridade, o estudo apontou que indivíduos com níveis mais elevados de educação são mais propensos a se envolverem em atividades empreendedoras sociais. Apesar do fato de uma minoria da população de qualquer país ter concluído educação pós-secundário e pós-graduação, estes indivíduos são os mais propensos a estar envolvido na SEA. Isto é especialmente verdadeiro para os menores níveis de desenvolvimento econômico. Este apontamento sobre nível de escolaridade reforça a importância de capacitação para o processo de conscientização dos problemas sociais e com isso, o desenvolvimento de iniciativas que tenham como intuito encontrar soluções.

Figura 6 – Atividade de Empreendedorismo Social (SEA) por região: Participação por educação



Fonte: GEM 2009

Apesar de crescente destaque do fenômeno, não foram encontrados estudos a nível estadual e regional que apontassem o nível da atividade empreendedora social e com isso permitisse uma análise mais pormenorizada do grupo a ser estudado na pesquisa.

Uma caracterização do empreendedorismo social importante ainda a se relatar é que algumas organizações operam como sustentadoras, capacitadoras e divulgadoras, segundo Oliveira (2004), se encaixando neste perfil, por exemplo, a Ashoka¹⁸, que participa da elaboração estratégica e tática dos projetos dando até mesmo apoio no que se refere a

¹⁸ Disponível em: <<http://brasil.ashoka.org/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

contribuir com o sustento das equipes em fases iniciais. Outro grupo de atuação são as instituições que operam através da intervenção local, em um nível mais operacional.

Posterior a este mergulho teórico e apresentação do cenário de atividades empreendedoras sociais, vale destacar alguns pontos.

O empreendedorismo social tem como desafio romper com a cultura individualista com a qual estamos imersos, pois ressalta em sua base a importância da integração e ação comunitária e participativa. A construção de ações que desenvolvam autonomia e capacitação dos envolvidos através de sua participação ativa, com o objetivo de gerar empoderamento, devem se sobrepôr as ações assistencialistas que geram essencialmente sentimentos de gratidão, porém não contribuem para uma mudança estrutural necessária.

Empoderar os que sofrem com a falta de equidade deve ser um dos objetivos dos empreendedores sociais como agentes de mudanças, quando se reflete no âmbito da criação de valor social. Segundo Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento é um termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutais, onde o processo de empoderamento é observado a partir de dimensões da vida social em três níveis: pessoal, que possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade; grupal que desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade; e estrutural que favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania. Os três níveis são separações didáticas para fins de análise e avaliação, pois os componentes são interdependentes. É pautado nesta ótica que os projetos de criação de valor social devem ser construídos, para que se gere engajamento cívico e este permita que as ações sociais com fins de suprirem as demandas da sociedade de obrigação do Estado, se tornem em políticas públicas.

CAPÍTULO II - JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL

Nesse capítulo, será analisada a juventude como categoria etária principal do escopo dessa pesquisa em consonância com o ambiente de vulnerabilidade social. Consideraremos membros desse grupo aqueles jovens entre 15 e 29 anos de idade, conforme determina a Lei Nº 12.852¹⁹, de 5 de Agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014. No Capítulo I - Dos Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas de Juventude é definido que:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, **são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.** (Grifos meus)

Na Seção I, dos Princípios, temos que:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

I - **promoção da autonomia e emancipação dos jovens;** (Grifos meus)

II - **valorização e promoção da participação social e política,** de forma direta e por meio de suas representações; (Grifos meus)

III - **promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;** (Grifos meus)

IV - **reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais,** geracionais e singulares; (Grifos meus)

V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;

VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;

VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e

VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Como é possível perceber, o próprio Estado reconhece a importância da atuação do jovem na sociedade. É com o objetivo de empoderar os jovens, no que se refere à sua participação na vida em sociedade, em sua trajetória de inclusão e alcance da liberdade e autonomia que esta pesquisa propõe a utilização do fenômeno do empreendedorismo social como meio de promover a criatividade e participação no desenvolvimento do país, assim como a valorização e promoção da participação social e política, previstas como princípios da Lei. De acordo com o documento “Sinopse dos Resultados do Censo 2010”, elaborado pelo

¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

IBGE, em 2010 a população brasileira era de aproximadamente 190 milhões de pessoas, enquanto que a população jovem correspondia neste mesmo ano a um grupo de 51.340.473 pessoas, ou seja, 26,9% da população brasileira.

Considerando a significativa quantidade de jovens inseridos em uma estrutura de desigualdades marcantes que vivenciamos no país, entender esta juventude exige compreender diferentes olhares e abordagens. Segundo Raitz e Petters (2008), se formos considerar a corrente geracional, concebe-se o termo juventude através da demarcação social, compreendendo a juventude como uma etapa na vida do sujeito que se inicia com o término da infância e se encerra com o início da idade adulta, ou seja, como um período de transição. Nesta perspectiva de incompletude, esta corrente concebe o jovem como um sujeito incompleto, que depende do futuro, do seu ingresso na vida adulta para ser reconhecido socialmente.

O momento transitório da juventude, de acordo com Gonçalves *et. al.* (2008), se processa em um cenário onde o jovem passa a sair do espaço protegido da família. Nesta etapa, surge questionamento de valores, inserção em novos círculos de convivência e a adoção de novos empreendimentos, frequentemente múltiplos e às vezes díspares. As tensões da juventude se expressam na equação que opõe os obstáculos ao crescimento aos anseios de liberdade. Pautando-se na premissa que o sujeito se constitui no social, essas tensões não são definidas com base na experiência isolada. Às dificuldades características desse estágio de vida somam-se aos obstáculos culturais e econômicos, permitindo que os problemas enfrentados pela juventude e suas respectivas soluções conduzam a formas diversas e específicas de representá-los.

Além da complexa fase da transição da juventude para a vida adulta, quando os jovens estão inseridos em um ambiente de vulnerabilidade social, forma-se um campo de incertezas e dificuldades, onde possuem menor capacidade de controlar as variáveis que o cercam. Deste modo, as perspectivas de futuro tornam-se uma nuvem obscura dificultando o processo de inserção social deste grupo e conscientização de seu papel na sociedade.

A seguir, alguns aspectos que caracterizam o estado de vulnerabilidade social serão expostos com o objetivo de compreendermos a complexidade da privação de direitos e falta de reconhecimento do papel e poder na sociedade.

2.1 Vulnerabilidade social ou exclusão social?

Segundo o documento intitulado “Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social – 2007”, desenvolvido por um convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o termo exclusão social pode ser entendido como uma construção teórica que antecedeu a formulação do conceito de vulnerabilidade social, sendo em um primeiro momento, referência para a caracterização de situações sociais limites, de pobreza ou marginalidade. Nesse sentido, é pertinente recuperarmos a diferenciação entre os dois conceitos.

De acordo com o estudo, o estado de exclusão caracterizaria um conjunto de situações marcadas pela falta de acesso aos meios de vida, como a falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso ao crédito, à terra, à educação, à cidadania, à bens e à serviços públicos básicos. Somados a estes, um conjunto de aspectos relacionados à identidade cultural, gênero, raça e posição na família também são elementos utilizados nas diversas caracterizações de exclusão social.

Segundo Sawaia (2001), para compreender a exclusão social, é importante entender a abordagem psicossociológica para analisá-la como um processo complexo, que não é em si, subjetivo nem objetivo, individual nem coletivo, racional nem emocional. A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito produtivo das atividades econômicas, sendo que a grande maioria da humanidade está inserida através da insuficiência das privações, que se desdobram para fora do econômico. A exclusão, contudo, pode ser entendida como um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionadas e subjetivas. O processo é sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não tem uma única forma e também não é uma falha do sistema para ser combatida como um fator que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Jodelet (2001) analisa a exclusão social no nível das interações entre pessoas e entre grupos. Esta análise é importante considerando que o empreendedorismo social se pauta em um movimento conjunto, de integração. Para ela, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma maneira material ou simbólica, através da qual ela se traduz: referente à segregação, através de um afastamento, da

manutenção de uma distância topológica; no que compreende a marginalização, por meio da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no âmbito da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos ou status, ou por meio de um fechamento diferencial ou negativo. A exclusão decorre de um estado estrutural ou conjuntural da organização social, inaugurando um tipo específico de relação social e será o resultado dos procedimentos de tratamento social, que categorizarão uma interação entre pessoas ou entre grupos.

Segundo a autora, a força da necessidade do pertencimento social é intensa, tendo em conta que todo sujeito se constitui no social. O engajamento e a implicação emocional com relação ao grupo ao qual pertencemos conduzem a nele investir nossa própria identidade, principalmente se estamos em uma fase transitória, de fragilidades e incertezas, como a juventude. A imagem que temos de nós próprios encontra-se desse modo, ligada àquela que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos os valores construídos no mesmo. A proteção do “nós” incitaria, dessa forma, a diferenciar e, em seguida, a excluir aqueles que não estão nele, pois tendemos a maximizar a diferença entre o endo-grupo e o exo-grupo.

Já os estereótipos de deslegitimação buscam excluir moralmente um grupo do campo de normas e de valores aceitáveis, através de uma desumanização que acaba por autorizar a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhe infligimos. Um exemplo de manifestação resultado da falta de sentimento de pertencimento, ou seja, da consciência do estado de exclusão, por parte de jovens pobres, foram os chamados “rolezinhos”, nos quais jovens que habitavam as periferias da cidade, ocuparam shoppings em zonas nobres da cidade de São Paulo. Segundo Lopes (2014), os jovens não questionavam apenas a dinâmica do espaço público e privado, buscavam maneira de ser afirmar como sujeitos que também pertenciam à cidade. Tentavam transmitir a mensagem de “nós existimos”, apesar da lógica mercadológica considerar cidadãos apenas os consumidores.

No que tange a pobreza contemporânea, segundo Wanderley (2001), esta tem sido percebida como um fenômeno multidimensional, não sendo resultante apenas da ausência de renda, pois se incluem fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, em especial, a ausência de poder, e é nesta direção que o novo conceito de pobreza se conjuga ao de exclusão, articulando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação. Nesse sentido, a exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia. Vale destacar que na perspectiva de que o vínculo dominante de inserção na sociedade moderna continua a ser a integração pelo trabalho, temos que a transformação produtiva adquire preponderância nas trajetórias de exclusão social.

De acordo com o estudo “Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social – 2007”, tendo em vista a complexidade das relações, seja na análise no âmbito do sujeito, levando em consideração a forma como este se reconhece e interage com os outros, seja no âmbito social, tendo em vista que todos os excluídos estão legitimamente incluídos no sistema, passa a não bastar mais analisar a dialética inclusão/exclusão, mas também situações intermediárias, que seriam contempladas pelo conceito de vulnerabilidade social. Este conceito, além de tratar de situações intermediárias, teria o mérito de analisar a dinâmica das condições de desigualdade e a mobilidade (ascendente ou descendente) a que determinados grupos sociais estariam sujeitos.

Deste modo, é a partir das críticas aos limites do conceito de exclusão social, que alguns autores começam a indicar a existência de uma “zona de vulnerabilidade”, formada seja por setores pobres que buscam alternativas para estar incluídos ou por setores médios empobrecidos que tem perdido canais de inclusão.

O documento aponta ainda que a vulnerabilidade social de um indivíduo, família ou grupo social refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. A análise do estado de vulnerabilidade social traz à tona as assimetrias sociais. Vale perguntar: como jovens em situação de fragilidade, privados do poder, desprovidos muitas vezes de necessidades básicas, imersos em uma sociedade do consumo onde a felicidade plena será alcançada com a compra de supérfluos, atingirão a plenitude da cidadania? Como conseguirão se empoderar, conquistar autonomia para cobrar do Estado o que a própria Lei 12.852/2013 garante? Como estes mesmos jovens conseguirão reconhecer que são protagonistas de mudanças, tanto no âmbito individual, como no coletivo?

Adiante serão apresentadas algumas políticas públicas, voltadas para a juventude, com o objetivo de tomarmos conhecimento das ações já institucionalizadas. Na sequência, serão expostos alguns aspectos que revelam a relação do jovem com o âmbito da educação formal, lembrando que o processo de capacitação e desenvolvimento de autonomia é essencial para o empoderamento deste grupo em estágio de formação, e, posteriormente, informações a respeito da relação do jovem com o mercado de trabalho, destacando que em nossa sociedade, o vínculo dominante da inserção social, é o trabalho.

2.2 Algumas Políticas Públicas para a Juventude

Segundo a Secretária Nacional da Juventude²⁰, no Brasil, as demandas juvenis entraram apenas recentemente na agenda das políticas públicas. Ganharam força a partir de 2005, com a implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ), com a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem). A SNJ surgiu com a tarefa de articular e supervisionar os programas e ações voltados à população jovem enquanto que o Conjuve possui caráter consultivo como espaço de diálogo com a sociedade civil e membros governamentais, sendo responsável por estabelecer diretrizes à Política Nacional de Juventude. Já o Pró-Jovem é um programa emergencial voltado para jovens que estão fora do ambiente escolar e do mercado de trabalho.

Nesse mesmo período, a juventude foi inserida na Constituição Federal, por meio da Emenda 65/2010, e se institucionalizou a PNJ com a criação de órgãos e conselhos específicos nos Estados e municípios, além de colocar na pauta do Congresso Nacional os marcos legais, com a discussão do Estatuto e do Plano Nacional de Juventude. Em relação aos programas e ações, citamos:

1. o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, denominado Juventude Viva, que visa prevenir a violência e combater sua banalização através de políticas de inclusão e ampliação de oportunidades para os jovens negros;

2. o Programa Estação Juventude, que tem por objetivo informar sobre as Políticas Públicas de Juventude, construir percursos para a inclusão dos jovens e assegurar a integração territorial das políticas, programas e ações, com novas tecnologias e redes sociais;

3. o Observatório Participativo da Juventude (Participatório) que, inspirado nas redes sociais, se caracteriza como um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude e,

4. o Programa Juventude Rural, de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda para os jovens rurais, em especial, ribeirinhos, indígenas e quilombolas; além do apoio ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores estaduais e municipais de juventude.

As políticas públicas federais expostas, assim como o Estatuto da Juventude já mencionado, apresentam uma intencionalidade de promoção do jovem e diminuição das desigualdades de oportunidades que devem ser reconhecidas como positivas, pois respeitam

²⁰ Disponível em: < <http://www.juventude.gov.br/guia>>. Acesso em: 19 out. 2014.

os direitos universais. No entanto, temos ciência que não basta apenas a existência das políticas, estas precisam ser executadas com eficiência e abrangência, para que os problemas sociais sejam minimizados e conquistemos a equidade. Para contextualizar o cenário de assimetrias que vivemos no país, serão apresentados dois indicadores que apontam incongruências entre os direitos garantidos por lei e a realidade.

No Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verifiquei o coeficiente de Gini, indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos, no qual seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). A série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), atualizado em 21/05/2014, apresentou um valor de 0,530 no Brasil para o ano de 2012. Este dado indica um estado de elevada desigualdade social, de ineficiência ou ausência de políticas públicas sociais, e em consequência uma série de dificuldades e arbitrariedades vividas pela população brasileira.

Temos que de acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde e que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) – a princípio quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país - considerando o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, foi mensurado no Brasil o valor de 0,744 em 2013, refletindo a posição mundial 79º, num total de quase 200 países. Este indicador reforça a concentração de renda existente, além de revelar que demandas sociais não estão sendo atendidas e que há lacunas na realidade da sociedade. Há certamente uma distância entre a existência de regulamentações e políticas públicas e a efetividade das mesmas.

Para averiguar o que está sendo realizado no âmbito estadual, temos que o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, por meio do Programa Ação Jovem²¹, está buscando contribuir com aqueles que ainda não concluíram a escolaridade básica. O objetivo do programa é promover a inclusão social de jovens, mediante a transferência de renda como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica e a oferta de atividades complementares, com foco na preparação para o

²¹ Disponível em: < <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem>>. Acesso em: 19 out. 2014.

mercado de trabalho. O valor do benefício é de R\$ 80,00 por mês e atende jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, de ambos os sexos, com ensino fundamental e/ou médio incompleto e que se encontram em situação de vulnerabilidade social. De acordo com o Painel Social da Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, publicado em setembro de 2014, 107.094 jovens, segundo a faixa etária apresentada, são beneficiados pelo programa, aproximadamente 5% do total de pessoas cadastrados no Sistema Pró-Social, um sistema de cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade social do estado. A pesquisa também revela que, segundo o IBGE 2010, a população do Estado de São Paulo é 41.262.199, portanto apenas 0,25% da população é atendida por este programa. Estes dados apontam para a restrição da atuação do programa.

No âmbito municipal, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto desenvolve o Programa Ribeirão Jovem²², que é uma rede de serviços destinada principalmente aos jovens entre 16 e 28 anos, residentes no município de Ribeirão Preto. Segundo o *website* da prefeitura, o programa é dirigido à juventude, com o objetivo principal de ampliar as estratégias de combate ao desemprego, oferecendo oportunidades de acesso e promovendo a inclusão social e digital dos jovens munícipes, proporcionando sua iniciação ao mercado de trabalho através do Programa Estágio Cidadão, ou capacitando-os para isso, através dos programas Dança Comigo, Casa da Juventude; além das atividades desenvolvidas nos Centros de Inclusão Digital da cidade. O programa se restringe em tentar inserir os jovens no mercado de trabalho o que acaba gerando um conflito de prioridades no que tange a sobreposição das atividades trabalhar e estudar. É necessário avaliar a importância de se retardar a inserção do jovem no mercado de trabalho enquanto se aumenta a quantidade de anos de estudo. O IBGE apontou que a população total de Ribeirão Preto era de 604.682 em 2010, enquanto que 26,93% (162.841 em números absolutos) eram de jovens, uma quantidade expressiva para se negligenciar. Já segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil²³, na categoria vulnerabilidade social, nos itens trabalho e renda é encontrado o índice de 9,46%, ou seja, mais de 57 mil pessoas estão em situação de vulnerabilidade social, um dado alarmante que revela a concentração de renda no município, haja vista seu índice de riqueza é elevado, PIB²⁴ per capita a preços correntes, em 2011 segundo IBGE de 30.209,01 reais e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010 segundo o IBGE, de 0,800.

²² Disponível em: < <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/rbjovem/i99dados.php>>. Acesso em: 19 out. 2014.

²³ Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/ribeirao-preto_sp>. Acesso em: 27 out. 2014.

²⁴ Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354340&idtema=16&search=sao-paulo|ribeirao-preto|síntese-das-informacoes>> . Acesso em: 05 nov. 2014.

Segundo o documento “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, desenvolvido pelo IPEA (2009), apesar da relevância política desse aparato institucional que está sendo construído, no que se refere à inserção da temática juvenil na agenda pública, em especial para os jovens socialmente mais vulneráveis, o desafio atual é o de ampliar consideravelmente o escopo da Política Nacional de Juventude, de modo que consiga beneficiar com efetividade todas as juventudes brasileiras, considerando o estado atual de catastrófica desigualdade. Além do que, é fundamental aprimorar a gestão das iniciativas existentes, para resolver problemas como as superposições ou a ausência de coordenação e integração entre estas e garantir chances de maior efetividade, inclusive com a integração e reforço das ações desenvolvidas por outras competências (estadual e municipal).

De acordo com o estudo, apesar do reconhecimento do jovem como sujeito de direitos e a criação de diversos programas, como os elencados anteriormente, é preocupante a situação atual da juventude, estado este evidenciado por fenômenos como as altas taxas de evasão escolar, as dificuldades no mundo do trabalho, assim como as privações de direitos que reproduzem as desigualdades centenárias. Estes fatores apontam para a falta de investimento ou ineficiência destes programas. Esta falha, além de não atender um contingente da população em relação à privação de bens e direitos, impossibilita o país de aproveitar de seu bônus demográfico (aproximadamente de 27% da população em 2010, segundo o IBGE) para extrair suas potencialidades em prol de toda a sociedade.

Há de se levar em consideração que a trajetória do Brasil no campo de políticas públicas voltadas especificamente para a juventude é curta. Além disso, precisa-se reconhecer que existe uma dificuldade de se implantar políticas integradas que não se restringem apenas à ampliação de investimentos. Precisaria também haver um desenvolvimento articulado de processos de coordenação e gestão eficientes que monitorem e redesenhem as propostas continuamente. Esta estrutura é necessária para se garantir a construção de políticas a partir de uma agenda que permita incluir efetivamente as temáticas e os problemas da juventude, tendo os jovens como participantes ativos deste processo.

2.3 Juventude, Educação e Trabalho

Na tentativa de esboçar um cenário composto pelas variáveis educação e trabalho, que afetam a juventude atual e são resultados de políticas públicas, é necessário de antemão levar em consideração que as arbitrariedades sofridas em função das desigualdades sociais, afetam

intensamente a forma de socialização dos jovens, na relação que estabelecem com estes campos. Muitas vezes, a noção de que têm responsabilidades e possibilidades de intervenção na construção de seu destino é massacrada pela falta de perspectivas para o futuro.

2.3.1 Juventude e Educação

Serão apresentados alguns aspectos que configuram a situação educacional do jovem brasileiro, através da exposição de resultados levantados por um estudo elaborado pelo IPEA em 2009, reunidos no documento “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”.

O estudo elaborou um quadro-síntese da situação educacional dos jovens brasileiros em 2007, segmentando em três grupos etários: 15 a 17 anos; 18 a 24 anos e 24 a 29 anos.

Figura 7 – Situação educacional dos jovens (2007)

(Em %)	Faixa etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos	1,6	2,4	4,4
Frequentam o ensino fundamental ¹	32,5	4,3	1,8
Frequentam o ensino médio ²	48,5	13,0	2,8
Frequentam o ensino superior ³	0,6	13,2	7,5
Frequentam a alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,1	0,2
Estão fora da escola	16,6	65,7	82,5
Ensino fundamental incompleto	10,2	17,7	24,2
Ensino fundamental completo	2,2	6,4	7,8
Ensino médio incompleto	1,5	7,0	5,7
Ensino médio completo	1,6	29,5	31,7
Ensino superior incompleto	–	1,1	1,7
Ensino superior completo ³	–	2,3	9,4
População jovem – valor absoluto	10.262.468	23.845.483	16.158.113

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

Notas: ¹ Ensino regular ou EJA.

² Ensino regular, EJA ou pré-vestibular.

³ Inclusive mestrado ou doutorado.

Fonte: Juventude e Políticas Sociais no Brasil – IPEA 2009.

É possível verificar que há uma elevada distorção entre idade e série, considerando que 32% dos jovens de 15 a 17 anos ainda cursam o ensino fundamental (a faixa etária do ensino fundamental - 1º ao 9º ano – corresponde às idades de 6 a 14 anos). Este dado infere que existe uma falha no modelo de educação adotado e políticas para reparar esta problemática, são essenciais para fortalecer esta etapa fundamental na construção do conhecimento. É destaque também que apenas 13% da população de 18 a 24 anos frequentam a educação superior, que corresponde ao nível de ensino adequado à faixa etária. Esta restrição irá impactar no quadro de escassez de mão de obra qualificada.

O quadro revela também que o primeiro grupo de jovens apresenta menor incidência de analfabetos, o que não deixa de ser uma conquista desta nova geração, tanto em relação aos outros dois subgrupos de jovens quanto, principalmente, em relação a gerações anteriores (aproximadamente 28% para a faixa etária acima de 60 anos). Apesar desta melhoria, embora o número de jovens analfabetos não represente um contingente, não se pode desprezar que este grupo vive em situação calamitosa de exclusão. Temos ainda um passivo educacional a ser saldado. Além do que, estes dados se referem a aspectos quantitativos, pois não estamos levando em consideração a qualidade do ensino e esta última é fundamental quando falamos em desenvolvimento de capacidades e habilidades para a geração de empoderamento.

O estudo apresenta que de acordo com os dados da PNAD, do IBGE, realizada em 2005, 38,7% das pessoas analfabetas, com 15 anos de idade ou mais, já haviam frequentado a escola. Esta proporção elevou-se para 44,8% em 2007, o que corresponde a 6,3 milhões de pessoas. Por sua vez, o ingresso anual de jovens com 15 anos de idade no contingente de analfabetos é outra decorrência do fracasso do ensino fundamental, portanto, das políticas adotadas neste âmbito. Em 2007, a taxa de analfabetismo entre os jovens desta idade era de 1,7%, totalizando o ingresso de 58,3 mil novos analfabetos. Saliento que conduzir políticas públicas com objetivo de melhorar a qualidade do ensino, em especial o fundamental, é crucial para a redução das taxas de analfabetismo.

O aumento das taxas de frequência escolar é um fator a destacar. Cerca de 82% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam, em 2007, algum nível ou modalidade de ensino, porém apenas 48% deles cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado à faixa etária, uma distorção do percurso escolar já abordada. Embora haja problemas nesta situação, se comparado o índice apurado em 2007 em relação ao ano de 1996 (24,1%), temos quase o dobro de frequência escolar. Esta melhora pode ser atribuída em parte à implementação do Programa Bolsa Família que exige a frequência escolar dos jovens dos núcleos familiares beneficiados. Vale destacar as diferenças existentes a partir da variável raça/cor, na medida

em que, em 2007, a taxa de frequência entre os brancos era de aproximadamente 59%, contra quase 38% entre os negros (pretos e pardos). Podemos mais uma vez perceber que a questão étnico-racial é uma problemática a ser enfrentada pelo Poder Público e Sociedade Civil.

No que tange ao acesso à educação superior, em relação aos jovens de 18 a 24 anos, verificam-se avanços ao fazer uma análise comparativa, pois a taxa de frequência mais que dobrou no período de 1996 (5,8%) e 2007 (13%). Este avanço pode ser atribuído em parte ao programa federal implantado durante o Governo Lula: ProUni (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda, financiado a partir de isenção fiscal de quatro tributos. Apesar da evolução, o patamar atingido se encontra distante do buscado, já que a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2011 era de 30%, sendo este mais um sinal de que as políticas públicas desenhadas ainda apresentam falhas.

Ao considerar as desigualdades na frequência à educação superior entre jovens de 18 a 24 anos, tem-se alguns dados reveladores. Quando se leva em conta a variável renda, verifica-se que a taxa de frequência oscila de 5,6%, para os que têm rendimentos mensais per capita de meio a um salário mínimo (SM), até 55,6%, para os jovens que se encontram na faixa de cinco SMs ou mais. Outro fator diferencial é observado a partir da localização do domicílio. Nesta situação, 17,5% dos jovens residentes em áreas metropolitanas frequentavam a educação superior, em 2007, enquanto o índice era de apenas 3,2% entre moradores de áreas rurais, um indicador da assimetria de realidades vivenciadas por este grupo em função da posição geográfica. Mais uma vez, as desigualdades observadas partindo da condição de raça/cor mantêm-se significativamente acentuadas, na medida em que negros apresentam taxa de apenas 35% da registrada entre brancos.

A situação educacional dos jovens brasileiros, contudo, é resultado da baixa efetividade no ensino fundamental, observada pela distorção encontrada nos dados referentes à idade e série e pelos índices elevados de evasão escolar deste último nível de ensino, verificadas nos índices de jovens com ensino fundamental e/ou médio incompletos. A defasagem educacional se dá em dois âmbitos, no quantitativo, referente aos anos de estudo e qualitativo, no âmbito do desenvolvimento de capacidades e habilidades. Evidencio que para construção de um sujeito com plenitude da cidadania, um ensino formal que respeite as particularidades do sujeito, valorize suas intervenções e o conscientize do papel ativo que deve ter na sociedade, são fundamentais para empoderar e tornar os indivíduos em cidadãos agentes de mudança. As condições socioeconômicas também impactam nos índices de rendimento e abandono escolar, agravando o processo de formação dos jovens em situação de

vulnerabilidade social e diminuindo a inserção destes em escolas de nível superior, sendo este processo um dos caminhos para se alcançar uma posição social que permita lutar pelos direitos dos excluídos, grupo do qual são oriundos e se identificam. A construção de políticas públicas que garantam a qualidade do ensino e que levem em consideração as demandas da juventude é essencial para se alcançar a efetiva universalização do acesso à educação.

A educação, contudo, tem um papel extremamente significativo na vida dos jovens quando analisamos no âmbito do sujeito. De acordo com Raitz e Petters (2008) é por meio da educação que os jovens acreditam que garantirão um futuro profissional digno e satisfatório. Essa crença permeia o imaginário juvenil. A importância da educação se dá com a associação de que é através da mesma que se alcançará uma futura boa inserção ocupacional no sistema econômico e em consequência, uma posição na sociedade, tendo em conta que é através do trabalho que ocupamos posições na sociedade e somos reconhecidos. Infelizmente, segundo as autoras, apenas conquistar o certificado do ensino básico, não garante inserção no mercado de trabalho, considerando que muitos não conseguem atender as exigências de qualificação da demanda do mercado, reflexo da má qualidade educacional. Para agravar, boa parcela dos jovens não conseguem alcançar cursos no nível superior, por não terem condições financeiras de custear, já que muito raros são os que conseguem uma vaga nas universidades públicas. Podemos observar aqui uma situação marginalização.

Outro fator a se analisar no âmbito da educação é a relação da instituição concebida para o ensino com o jovem, já que é na escola o lugar onde este nicho passa expressiva parcela de suas vidas e, no entanto, se apresenta, segundo as mesmas autoras, como um lugar que não se interessa pelos problemas e aspirações futuras dos jovens estudantes que a frequentam. As escolas, em sua maioria, se restringem a um ambiente conduzido pela obrigatoriedade, não abrindo espaços para o diálogo. O engessamento de normas e comportamentos limita a relação (aluno/escola) ao cumprimento das regras e metas e este sentimento de obrigatoriedade ocorre em detrimento ao envolvimento e comprometimento com o aprendizado, deixando estes últimos de serem prioridades. Esta realidade é observada inclusive no ambiente universitário, o que vai completamente contra ao processo desenvolvimento de autonomia e pensamento crítico fundamentados na pluridisciplinaridade, essência da universidade.

É completamente inaceitável que a dinâmica escolar além de não contribuir para a construção do pensamento crítico e participação cívica dos alunos, não reconheça a complexidade do período de transição e vulnerabilidade vivenciado pelos jovens, ignorando seus problemas e demandas. Estes fatores certamente impactam nos elevados índices de

jovens que abandonam a escola, além dos que apesar de concluir os anos de estudo e alcançarem uma certificação, pouco desenvolvem suas capacidades e conseguem exercer seu poder de ação e representação.

Raitz e Petters (2008) propõem que é preciso que esse cenário educacional se modifique por meio da reformulação de suas metas, funções e responsabilidades de todos os que promovem oportunidades para a aprendizagem. Uma reforma curricular pode ser uma estratégia para se iniciar este processo, desde que seja desenvolvida com a participação de toda a comunidade escolar, até mesmo para afirmar o sentimento de pertencimento, já que pertence de fato. Existe uma necessidade de melhorar os meios para a avaliação e reconhecimento das habilidades e competências das pessoas. Mediante a conjugação da aprendizagem formal e informal devem-se criar espaços para se dialogar e assumir responsabilidades. Os jovens não devem ser excluídos do processo de formulação das políticas, pois o próprio processo é uma ferramenta de capacitação e inclusão, que permite a eles exercerem seus direitos e deveres como cidadãos, através da participação social e política.

2.3.2 Juventude e Trabalho

No âmbito do trabalho, alguns dados serão extraídos do documento “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, desenvolvido pelo IPEA em 2009, para que se exponha um panorama das dificuldades vivenciadas pelos jovens nesta esfera.

Um comparativo realizado entre a população jovem (15 a 29 anos) dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 revelou que a idade mediana de saída da escola elevou-se de 15,4 para 18,1 anos, no caso dos homens, e de 15,5 para 17,9 anos, no caso das mulheres. Já a idade mediana de entrada no mercado de trabalho, por outro lado, apresentou uma ligeira variação: de 15,1 para 15,8 anos, entre os homens, e de 15,6 para 15,9 anos, entre as mulheres. Estes dados indicam que o prolongamento do processo de escolarização não implicou no prolongamento da entrada no mercado de trabalho e sim ampliou a simultaneidade de escola e trabalho.

Um dado de extrema importância na análise da relação dos jovens com o mercado de trabalho se dá, para complementar, com a relação entre a dedicação exclusiva ao estudo na adolescência (15 a 17 anos) e situação de assumir um posto de trabalho na fase seguinte (18 a 24 anos), pois esta realidade está presente para pouco mais de metade dos homens e de um

terço das mulheres. Entretanto, este dado não significa que a saída da escola tenha se dado pela conclusão do ensino médio, o que os dados apontam é que os jovens tendem a sair da escola por volta dos 18 anos, independentemente do grau alcançado. Esta situação levanta algumas indagações: o que deve ser prioridade na vida do jovem, o estudo ou o trabalho? O que os levam assumir uma ocupação profissional quando ainda com os estudos incompletos, alcançam a maioridade legal?

Dados do IPEA (2006) revelam que a respeito da situação educacional dos jovens que estavam fora da escola na faixa de 18 a 24 anos, 52% tinham menos de 11 anos de estudo completos. Vale destacar que o avanço da escolarização tem sido mais veloz do que o retardo da inserção no mercado de trabalho. O Estado deve refletir quais implicações desta problemática na vida dos jovens e na sociedade, afinal é de interesse do próprio Estado possuir mão de obra qualificada para atender as demandas de mercado. Além do que, podemos indagar também qual a relação do modelo socioeconômico adotado com estes indicadores.

Figura 8 - Proporção de pessoas por faixa etária e condição de estudo/trabalho – Brasil, 2007.

Homens	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
10 a 14 anos	86,2	11,0	0,8	2,0
15 a 17 anos	54,9	26,4	11,4	73,0
18 a 24 anos	12,2	17,7	56,2	13,8
25 a 29 anos	2,3	8,8	78,6	10,2
30 a 59 anos	0,4	3,7	84,0	11,9
60 anos ou mais	0,3	0,4	42,6	56,7
Mulheres	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
10 a 14 anos	91,9	5,6	0,4	2,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	12,0
18 a 24 anos	16,7	15,1	36,4	31,8
25 a 29 anos	4,5	9,1	53,8	32,6
30 a 59 anos	1,8	4,2	58,2	35,8
60 anos ou mais	0,8	0,4	19,1	79,7

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

Fonte: Juventude e Políticas Sociais no Brasil – IPEA 2009.

A figura demonstra que a maior parcela de jovens que estudam e trabalham está entre a faixa etária de 15 e 17 anos, o que revela dois aspectos: os jovens estão se inserindo no mercado de trabalho antes mesmo de completarem os estudos básicos e a faixa etária que já alcançou a maioridade, mas deveria estar inserida em um curso superior, tem como indicador mais expressivo a categoria “só trabalha”. Vale destacar também, com acentuada preocupação, o elevado índice de jovens homens que não trabalham nem estudam nesta mesma faixa etária. No caso das mulheres acima de 18 anos, as taxas elevadas que não estudam nem trabalham, podem ser explicadas pela cultural dedicação as atividades domésticas e familiares. A pesquisa aponta que muitos jovens ao saírem da escola encontram diversas dificuldades, primeiro, em encontrar um emprego, na sequência, por mantê-lo.

Analisando sob a perspectiva do nível de renda, o estudo evidencia que não apenas a probabilidade de dedicar-se integralmente ao estudo cresce conforme a renda, em especial a faixa de 15 a 17 anos, como também diminui de maneira expressiva a probabilidade de não estudar nem trabalhar, tanto para homens quanto para mulheres. Analisando as mulheres, verifica-se que a probabilidade de estarem fora da escola e não estarem trabalhando é três vezes menor entre as famílias de renda *per capita* maior que um salário mínimo do que nas famílias que apresentam até meio salário mínimo *per capita*.

É possível observar uma divisão sexual do trabalho na juventude se notarmos a passagem da primeira para a segunda faixa etária. Enquanto, entre 15 e 17 anos, a condição exclusiva de estudante é a mais expressiva para ambos os sexos, a condição de trabalhador surge como principal para as faixas de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, no caso dos homens, e a situação de não estuda nem trabalha, no caso das mulheres com menores rendas. A desigualdade evidenciada aponta que as diferenças na renda familiar impactam profundamente nas condições de escolarização, na inserção no mundo do trabalho e na construção da família, criando nas gerações diferenças quanto às perspectivas profissionais futuras.

Figura 9 – Proporção de pessoas por faixa etária, condição de estudo/trabalho e faixas de renda – Brasil, 2007

Homens		Estuda e trabalha	Só estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
15 a 17 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	26,0	51,2	12,6	10,2
	Entre 1/2 e 1 SM	26,5	52,7	13,3	7,5
	Maior que 1 SM	26,9	61,7	7,9	3,5
18 a 24 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	13,0	12,8	51,5	22,7
	Entre 1/2 e 1 SM	14,6	9,6	61,3	14,6
	Maior que 1 SM	22,6	13,5	56,1	7,8
25 a 29 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	4,3	2,3	75,0	18,3
	Entre 1/2 e 1 SM	5,6	1,6	81,5	11,2
	Maior que 1 SM	13,0	2,6	78,9	5,4
Mulheres		Estuda e trabalha	Só estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
15 a 17 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	14,8	62,6	5,4	17,2
	Entre 1/2 e 1 SM	17,4	65,7	5,4	11,5
	Maior que 1 SM	19,7	70,7	4,1	5,5
18 a 24 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	7,5	16,6	26,1	49,8
	Entre 1/2 e 1 SM	11,4	14,8	39,0	34,8
	Maior que 1 SM	23,6	17,8	42,7	16,0
25 a 29 anos	Menor ou igual a 1/2 SM	3,9	5,1	36,2	54,7
	Entre 1/2 e 1 SM	6,4	4,1	55,6	33,8
	Maior que 1 SM	14,4	4,2	65,7	15,6

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE 2007.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

Fonte: Juventude e Políticas Sociais no Brasil – IPEA 2009.

Relacionada às oportunidades no mercado de trabalho, o estudo apresentou que os jovens receberam a maior parte do impacto da retração das oportunidades de emprego na segunda metade da década de 1990 e seu nível manteve-se mesmo após 2005, quando a taxa de desemprego geral tendeu a diminuir. Em termos de gênero, houve uma diferença, as mulheres apresentaram taxas de desemprego crescentes, já em termos de classe social, notou-se que os jovens pertencentes a famílias com baixos rendimentos apresentaram maior probabilidade de evadir da escola anterior ao término da escolarização e entraram no mercado de trabalho mais precocemente.

Os indicadores extraídos do estudo refletem a forma precária da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho e sua confluência com o processo de escolarização. Esta faixa etária é a mais desfavorecida no âmbito das condições restritivas de emprego e somada a este fator tem-se as variáveis renda e gênero, que também contribuem para o agravamento da situação de desigualdade, pois apenas se reproduzem neste nicho. Deste modo, as políticas públicas voltadas para o retardamento da inserção do jovem no mercado do trabalho e ampliação dos anos de estudo, assim como as que garantem melhor capacitação para atender

as oportunidades de trabalho e regulamentação de atividades remuneradas que permitam conciliar o estudo com o trabalho, são os principais desafios do estado perante esta temática.

Destaco também que dentro da categoria trabalho estão presentes o trabalho informal, o subemprego de baixa remuneração, a desvalorização, a falta de qualificação profissional, a falta de orientação vocacional e, sobretudo, a falta de oportunidade de ingresso no mercado de trabalho como já relatada. Porém, temos que nos atentar para a falta de escolhas vivenciada pelos jovens em situação de vulnerabilidade social que se sentem na obrigação de se submeterem a estes caminhos para garantirem sua sobrevivência.

A juventude, em decorrência do sistema econômico produtivo atual, acredita que é somente através do trabalho que conquistarão um espaço na sociedade, seja como cidadãos, tornando-se sujeitos de direitos, seja como consumidores, provendo suas necessidades de consumo, e muitas vezes também do núcleo familiar, conduzidas pela cultura do consumo, com destaque para a aquisição de objetos e serviços com elevado valor simbólico. Reflito também que há uma intersecção destes dois conceitos, cidadãos e consumidores, e esta fronteira tênue muitas vezes não é percebida pelos jovens, afetando na construção de seus valores e responsabilidades com a sociedade, já que um processo é integrado, coletivo e o outro se pauta na individualidade.

De acordo com Raitz e Petters (2008), os jovens, para o desenvolvimento de uma consciência de responsabilidade com o futuro, deveriam poder desfrutar de uma formação educacional sólida para, somente na idade adulta, ingressarem no mercado de trabalho. Todavia, os jovens que compõem as camadas populares necessitam trabalhar precocemente, como já observado, consequência de uma política socioeconômica neoliberal que não permite o Estado assumir seu papel de provedor, e da cultura do consumo, que estimula o desejo destes jovens de se transformarem em consumidores, não cidadãos.

A Lei 12.852/2013, no Capítulo II – Dos Direitos dos Jovens, dispõe que:

Seção II

Do Direito à Educação

Art. 7º **O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita**, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. (Grifos meus)

Art. 8º **O jovem tem direito à educação superior**, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição. (Grifos meus)

Seção III

Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 14. **O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.** (Grifos meus)

Diante do cenário exposto, questiono se os jovens em situação de vulnerabilidade social têm consciência e capacidade de compreender os direitos garantidos por lei, com a baixa qualidade da educação básica que recebem e rara presença no ensino superior público. O processo seletivo do ensino superior público se pauta na meritocracia, mas como falar em meritocracia sem igualdade de oportunidades? Como tratar de maneira igual, jovens sem voz, sem o mínimo de conhecimento necessário para primeiro conhecerem seus direitos e deveres e depois conseguirem dinamizar maneiras de garanti-los? Até quando esta juventude será ignorada e seus direitos de acesso não serão priorizados? Um país que não garante educação e emprego dignos a sua juventude compromete não só o futuro deste grupo, mas de toda a nação. Os jovens precisam ter ciência de seu papel ativo na construção de mudanças e participar do desenvolvimento das políticas que nortearão o futuro de toda uma sociedade. Precisam ter perspectivas de um futuro digno, pois são através delas que se constroem.

2.4 Juventude e Participação Política

Perante o contexto das desigualdades sociais, compreender como e porque a juventude atua ou deixa de atuar no desenvolvimento e no processo de decisão da sociedade, levanta a indagação do papel deste nicho e a forma como se reconhecem perante esta conjuntura, fazendo nos questionar também quais implicações eles identificam para o futuro. Partindo desta reflexão, retomar a análise da subjetividade deste público torna-se importante considerando que irão compor o sentimento de pertencimento a coletividade e influenciar na construção da coletividade que os representa.

Segundo Castro (2008), o sentimento de pertencimento e responsabilização imbricam-se e constituem aspectos subjetivos primordiais no processo de assumir-se como membro de uma sociedade, seja ela qual for. Considerando o processo, duas passagens são necessárias: uma que se dá através de novas identificações com objetivos coletivamente gerados e outra que se realiza por meio do engajamento concreto do indivíduo em ações e movimentos com os outros, propiciando novas determinações e fluxos dentro da sociedade. De acordo com a autora (*apud* RANCIÈRE, 1995)²⁵,

o processo de construção da subjetividade política diz respeito a todas as experiências de comparecimento e de adesão dos jovens a um espaço de disputas em torno do que vai mal no seu entorno e na sociedade em geral,

²⁵ RANCIÈRE, J. 1995. Politics, Identification and Subjectivization. In : RAJCHMAN, J. (ed.). *The Identity in Question*. London : Routledge.

que os leva, consequentemente, a assumir ações junto com outros em prol da igualdade, da justiça e da emancipação.

Castro (2008) aponta que entender a si mesmo como parte de um todo maior requer uma paulatina transformação subjetiva que redimensiona o sentido de lugar e de inserção do jovem. A sociedade de consumo alimenta o desejo por experiências do que é “privado”, de bens e serviços compráveis e, contrariamente a isso, o processo de subjetivação política pauta-se por experiências que levam os jovens a interrogarem-se sobre o que está inadequado e difícil na convivência humana. Sendo assim, esse processo conduz o jovem a refletir a respeito das contradições de sua época e no rastro de outros que possam ajudá-lo a responder tais questões e a agir frente a elas em conjunto. Desperta-se aqui um movimento grupal, componente também importante no processo de empoderamento, no que tange ao respeito recíproco entre os membros e no sentimento de pertencimento.

O envolvimento dos jovens com a política, ou a falta do mesmo, leva a preocupação com a coesão social e a manutenção da democracia. De acordo com Florentino (2008), é comum na literatura política atribuir-se a falta de interesse pela política institucional a questões ligadas à alienação e desinformação, pois como um cidadão não consegue constituir determinado diálogo com o mundo, torna-se, portanto, incapaz de entendê-lo em profundidade. Vale destacar que esta falta de compreensão e interpretação é consequência da reduzida capacidade de processar e interpretar informações, reflexo da má qualidade educacional.

Já segundo Castro (2008), o declínio observado por alguns autores em relação aos comportamentos políticos institucionalizados – o voto, por exemplo – está relacionado com as mudanças dos valores, quando na atualidade as novas gerações não se identificam mais com organizações de estruturas hierarquizadas e burocratizadas, preferindo experiências políticas não convencionais, “expressivas” e informais. Um reflexo da falta de adequação às especificidades das demandas juvenis. Deve-se, segundo a autora, portanto, buscar explicações tanto relativas à estrutura (aspectos institucionais e culturais) quanto à agência (aspectos subjetivos). A profissionalização dos partidos políticos, por exemplo, ilustra um conflito de identificação de pertencimento dos jovens, o que os afasta do envolvimento. Será este processo proposital para resultar no distanciamento deste grupo?

Florentino (2008) expõe que não é a juventude que desconhece a importância da atuação política, mas, a forma como a política é conduzida no país, excluindo a possibilidade dos jovens serem interlocutores, que gera indiferença ou aversão à política. Para a autora, os

jovens são possibilidades de renovação moral da sociedade, porém, a alienação política, que se aproxima da temática da “apatia”, é oriunda de razões empíricas que motivam este comportamento, uma vez que as estruturas do campo político são efetivamente excludentes. Para além da alienação, tem-se o afastamento consciente dos jovens deste campo, haja vista que rejeitam as práticas políticas adotadas e escolhem não pertencerem à política institucional. Ressalto aqui mais um evento de falta de identificação do jovem com os processos políticos atuais.

Na análise do fenômeno da rejeição à política institucional que ocorre intensamente com os jovens, Florentino (2008) observa que como estes estão em um processo de transição para ingressar na sociedade agora como sujeitos, há um estranhamento, pois parece um campo muito longe, paralelo, que não lhes diz respeito. Há uma recusa à transmissão de certa herança social, de um sistema que visivelmente não tem sabido lidar com a relação entre a população e seus representantes políticos. Há muitas vezes um erro de leitura das demandas dos jovens e seus anseios não são identificados e por consequência, atendidos.

Segundo Mattos e Mesquita (2013), é preciso reconhecer que o lugar de subordinação do jovem em nossa sociedade se reproduz em diferentes contextos, mas não parece suficiente para, em si mesmo, mobilizar uma luta política, principalmente porque a posição hierarquicamente inferior, tutelada e supostamente imatura do jovem, encontra-se naturalizada e não problematizada na maioria das relações. Entretanto, sua sobreposição com outros tipos de opressão e/ou discriminação acentua a invisibilidade dos jovens, em especial aos em situação de vulnerabilidade social, permitindo que uma possível reação ganhe corpo, inclusive coletivamente. É neste momento que ocorre uma articulação entre pessoas que se identificam como excluídos socialmente, no âmbito das interações entre grupos. As margens invisíveis do sistema tomam corpo e uma zona de conflitos se estabelece.

Outro apontamento levantado pelos autores que complementam a discussão do distanciamento do jovem do campo político se dá através da desconfiança geracional presente nos mais velhos que reforça os aspectos negativos da dinâmica política, desestimulando o envolvimento e participação dos jovens.

Os autores revelam que muitos conseguem perceber o quanto a política institucional tem impacto em suas vidas, porém, não conseguem impactá-la a partir de suas demandas e anseios. Este fenômeno se expressa de diferentes maneiras: às vezes, na forma como são tratados alguns dos movimentos de juventude, outras no modo como são construídas e executadas as diversas políticas públicas de juventude, que mais controlam, regulam e engessam as práticas dos jovens e menos emancipam. Nesse sentido, a formação de coletivos

(organizados ou espontâneos) se coloca como uma alternativa para aqueles que não se identificam com os processos hierarquizados da política institucional. É neste âmbito que pesquisa propõe a utilização do empreendedorismo social como ferramenta de intervenção e mobilização dos jovens, buscando ressaltar suas capacidades e potencialidades para se organizarem e gerarem transformações.

Analisando a realidade contemporânea com base no processo histórico do qual somos fruto, temos que a sociedade brasileira escancara em todos os níveis a discrepância existente entre os que pertencem a elite e o contingente de miseráveis. Os reflexos de aproximadamente 400 anos de escravidão (evidenciados nos índices referentes à educação e trabalho quando se analisam os indicadores na perspectiva étnica-racial) somado a um processo de modernização conturbado resultam na escassa implantação de espaços de diálogos e valorização destes no processo de identificação das demandas reais da sociedade. O diagnóstico da existência de práticas sociais fundamentadas nos direitos universais existentes, assim como a ausência destas, é de extrema importância para se caminhar no sentido de reduzir a dívida social gerada por este percurso histórico. Neste panorama, o desenvolvimento de uma cultura cívica no âmbito estrutural e a construção do sentimento de pertencimento e responsabilização, no âmbito individual, tendo em conta a cultura de subordinação e os reflexos da alienação e do conflito de valores, torna-se um desafio a ser encarado e combatido por todos nós.

De acordo com a Lei 12.852/2013, no Capítulo II – Dos Direitos dos Jovens, é disposto que:

Seção I

Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil seguintes princípios:

Art. 4º O **jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.** (Grifos meus)

Seção IV

Do Direito à Diversidade e à Igualdade

Art. 17. O **jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades** e não será discriminado por motivo de: (Grifos meus)

I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;

II - orientação sexual, idioma ou religião;

III - opinião, deficiência e condição social ou econômica.

Os jovens devem ser incluídos nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais como prevê a Lei. Deve se mobilizar para desenvolver ações de políticas públicas que tenham por objetivo beneficiar suas comunidades, e por consequência, suas próprias vidas e o conjunto da sociedade. Os direitos dos jovens devem ser defendidos

por eles mesmos e suas demandas tem que ser ouvidas. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens a grupos organizados e também a participação ativa nos processos de elaboração de políticas públicas desenhadas para eles. Os jovens tem direito a educação, ao trabalho, a saúde, a cultura, ao lazer, a liberdade de expressão, a segurança pública, ao acesso a justiça e a participação política. Os jovens, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tem direito de viverem e não se restringirem apenas a sobreviverem.

CAPÍTULO III - CAMINHOS PERCORRIDOS E ANÁLISE DOS “ACHADOS”

A técnica de pesquisa, sendo esta qualitativa, escolhida para o desenvolvimento do estudo é a Pesquisa-Ação, que de acordo com Thiollent (1986), além de proporcionar participação de todos os atores envolvidos, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico e outros. Esta é uma ferramenta de caráter microssocial, focada em pequenos grupos, portanto, não se deve confundir o real alcance da pesquisa, afinal as possíveis tomadas de consciência dos participantes não podem ser generalizadas a sociedade, ou seja, um grupo pequeno não gera transformações/mudanças ao nível da sociedade.

Para esclarecer os objetivos deste método, é importante primeiro distinguir dois conceitos, um deles já mencionado no estudo. Segundo Thiollent (1986, p.43 *apud* FREIRE 1980 e 1982²⁶), temos uma diferença entre

tomada de consciência e conscientização. A primeira tem um alcance mais limitado do que a segunda. A tomada de consciência é frequentemente limitada a uma “aproximação espontânea”, sem caráter crítico. A conscientização supõe um desenvolvimento crítico da tomada de conscientização, permite desvelar a realidade, incide ao nível do conhecimento numa postura epistemológica definida e contém até elementos de utopia.

Deste modo, a presente pesquisa busca apenas a tomada de conscientização dos envolvidos no que tange ao seu papel na sociedade e a importância de seu empoderamento e emancipação.

A proposta da pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não estão buscando limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Este método contribui para pesquisas nas quais os sujeitos envolvidos tenham algo a dizer e a fazer. Não se resume ao simples levantamento de dados ou de relatórios que serão posteriormente arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados, portanto, a participação dos atores é absolutamente necessária, destacando o papel do pesquisador como ouvinte e não neutro.

Em síntese, o método apresenta como principais aspectos: 1- Ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas envolvidos no estudo; 2- O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou pelo menos em esclarecer os problemas da situação observada; 3-

²⁶ FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

Não se limita a uma forma de ação, busca-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores, assim como o conhecimento ou nível de consciência dos sujeitos.

Como objetivos, o método apresenta duas dimensões: os objetivos práticos e os de conhecimento. Os objetivos práticos buscam contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como núcleo da pesquisa, através do levantamento de soluções e proposta de ações para contribuir com os atores em suas atividades transformadoras. Já os objetivos de conhecimento, têm como intuito obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando nosso conhecimento a respeito de determinadas situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou mobilização). Os objetivos são voltados para a tomada de consciência dos atores, não se trata de resolver problemas de imediato e sim gerar consciência da coletividade.

No que tange as hipóteses, na pesquisa-ação não se aplica o tradicional esquema de formulação de hipóteses/coleta de dados e comprovação ou refutação de hipóteses. O método permite explorar situações e problemas para os quais é difícil formular hipóteses prévias e relacionadas a um número de variáveis, isoláveis e quantificáveis. Nas ciências sociais nem todas as variáveis são quantificáveis e controladas. Tem-se, deste modo, quase hipóteses (mais flexíveis) e a formulação destas permite o pesquisador organizar o raciocínio estabelecendo pontes entre as ideias gerais e as comprovações por meio da observação concreta. Parto da premissa de que o processo de empreender socialmente pode vir a gerar uma tomada de conscientização nos jovens no que se refere à importância de conquistar autonomia e se emanciparem.

Segundo Novaes e Gil (2008) o envolvimento do pesquisador com a realidade observada se refere a um obstáculo para que esse método de pesquisa seja reconhecido como científico, considerando a perspectiva positivista, ainda dominante no campo da administração. A falta de reconhecimento do método se agrava quando esse envolvimento se dá com grupos de pessoas que se encontram no estado de excluídos não apenas da economia formal, mas da própria sociedade. Os autores destacam que o estudo da administração se apresenta cada vez mais como administração de organizações inserida em um mundo complexo, não apenas restrito ao mundo empresarial e que deve ser analisado com base na visão sistêmica. Foi em função das características apresentadas que o método foi escolhido.

3.1 A Organização estudada

A Associação São Francisco de Assis Gewo-Haus, organização escolhida para a execução da intervenção, é uma entidade sem fins lucrativos, dirigida por Irmãs Franciscanas da Penitência, no município de Ribeirão Preto. Tem como finalidade os seguintes objetivos: prestar assistência às crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, ministrando cursos de arte, línguas, culinária, informática e outros.

O território em que se localiza a instituição é composto por conjuntos populares, núcleos de favelas e loteamentos. A população que vive nesta área é composta por trabalhadores, crianças, mães e pais de famílias; muito destes resultados de um processo de exclusão, expropriação e concentração de riquezas. A entidade executa dois serviços de Assistência. O primeiro é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que atende atualmente 140 crianças e adolescentes no contra turno escolar e o segundo serviço é o atendimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, atualmente com capacidade para atender 120 adolescentes. A organização oferece também espaços de conscientização das crianças, adolescentes e jovens, onde o diálogo e a participação na conquista dos seus direitos são utilizados como ferramentas para alcançar a cidadania. É em função destes fatores que a organização foi escolhida.

3.2 Etapas da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma fase exploratória, na qual realizei um diagnóstico da situação, buscando adequar as necessidades dos envolvidos. Foram ponderados alguns aspectos como: disponibilidade da pesquisadora e demais participantes e viabilidade da intervenção (interesse dos membros, estrutura para execução, adequação dos objetivos, entre outros). Em um encontro com a presidente da Associação São Francisco de Assis Gewo-Haus para apresentação da proposta de intervenção, através de uma entrevista não-estruturada verifiquei o alinhamento de interesses no que tange a preocupação em empoderar os jovens.

Posteriormente, foram apontados os jovens que atendiam a restrição etária (de 15 a 29 anos) e possivelmente teriam interesse e disponibilidade em participar. Foram indicados 5 jovens para participar, no entanto, uma com 15 anos, mesmo tendo confirmado participação, não compareceu nos dias de atividades e tampouco justificou sua ausência. Segundo a própria presidente, a jovem convive em uma realidade complexa, de extrema restrição financeira e núcleo familiar desestruturado. Outra jovem, de 17 anos, também não pode participar da

atividade, pois estava trabalhando e não tinha disponibilidade, fator este que corrobora com os estudos apresentados anteriormente em relação à entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho e simultaneidade do período escolar com as obrigações de uma atividade remunerada.

Os três jovens presentes tinham: 18, 15 e 15 anos, sendo respectivamente um do gênero masculino e as outras duas do gênero feminino. O rapaz encerrou o ensino médio no último ano e está em busca de um emprego que permita pagar um curso superior. Disse estar enfrentando dificuldades em encontrar um trabalho, um dilema em que muitos jovens passam nesta fase de transição para a vida adulta. Já as meninas, ambas atuam como aprendizes na organização, como apontado nos estudos da relação da educação e trabalho com os jovens, mais um sinal de precoce inserção dos jovens no mercado de trabalho e simultaneidade entre os estudos e o trabalho.

A elaboração da programação da atividade de intervenção foi inspirada nas atividades desenvolvidas pelo programa *YA Entrepreneurship School*, vivenciadas por mim durante a experiência de intercâmbio em Portugal já mencionada. O ANEXO I é um dos exemplos de programação, realizada sob o modelo de imersão, onde a relação se dava normalmente durante 3 dias de modo intenso. Para este estudo, considerando a disponibilidade do grupo participante, foi possível realizar a atividade em dois encontros consecutivos de quatro horas, totalizando 8 horas de atividades.

Inicialmente, a proposta de intervenção apresentada à presidente era de 5 dias de atividade, com 4 horas diárias, totalizando 20 horas de conteúdo, dinâmicas e debates. Considerando que a maioria das oficinas realizadas na organização estava entre o intervalo de horários das 14 às 16h, tendo em vista que alguns jovens não conseguiam chegar anterior a este horário, nem sair posteriormente, pois a maioria dependia de transporte público, a dirigente propôs realizar uma alteração da proposta inicial, sendo então resolvido que se manteriam os 5 dias, no entanto com carga horária diária de 2 horas (agora totalizando 10 horas de atividade). Por fim, novamente a programação combinada sofreu alterações e, segundo a dirigente, não eram todos os jovens que tinham disponibilidade para participar todos os dias, sendo então feita última proposta, e esta foi a executada, de dois dias (quinta e sexta-feira), das 13h às 17h. Obviamente que houve uma perda significativa no que tange ao conteúdo que seria trabalhado assim como nos espaços de diálogo que foram reduzidos. Com certeza, o impacto da intervenção sofreu limitações. Porém, as mudanças e adaptações fazem parte do processo de construção do método adotado e serviram de aprendizado.

A segunda etapa da pesquisa se refere à execução da intervenção, realizada nos dias 12 e 13 de março de 2015, a princípio agendada com os jovens para acontecer das 13h às 17h. No entanto, no primeiro dia, por uma falha de comunicação da dirigente ou interpretação incorreta dos jovens, ocorreu um atraso, pois o grupo relatou que foi informado que o início se daria às 14h o que implicou no início das atividades às 13h45. Já no segundo dia, conforme combinado com grupo, o início se deu às 13h30. Mais uma vez, houve uma perda de conteúdo, pois não foi possível realizar tudo o que havia sido programado.

A proposta central da intervenção era a construção de um projeto social. Deste modo, os participantes foram desafiados a desenvolver um projeto de impacto social que contribuísse com sua comunidade e apresentar a proposta de valor no término do segundo dia. A proposta de valor deveria responder às seguintes perguntas:

- a. Qual é o problema social que será resolvido? (Qual é a necessidade/oportunidade?)
- b. Quem vai ser beneficiado com a solução? (Nicho da sociedade a ser atingido)
- c. Como é que vai se resolver? (Quais ações serão realizadas)
- d. Tem potencial de crescimento ou replicação? (Escala geográfica do projeto)
- e. Existe a possibilidade de se tornar uma Política Pública?

Foi no processo de empreender socialmente, ou seja, no ato de observar uma determinada situação-problema local, e a partir deste ponto elaborar uma alternativa para conseguir enfrentar os problemas com base em estratégias para a operacionalização da ideia, que ferramentas de gestão no âmbito da elaboração de projetos foram utilizadas.

Alguns temas de estudo e ferramentas foram utilizados na intervenção:

a. Jogos cooperativos: dinâmicas de grupo que têm por objetivo despertar a consciência de cooperação e promover efetivamente a cooperação entre os participantes, contribuindo para a coesão. Foram utilizados com o objetivo de promover a importância de agir coletivamente e ilustrar a força da ação integrada, característica importante nos empreendimentos sociais.

b. *Workshops* de conteúdo: tiveram como objetivo capacitar o grupo para o desenvolvimento dos projetos. As temáticas desenvolvidas foram: “Empreendedorismo social: o que é?”; “Criatividade: como gerar ideias?” e “Projeto: como elaborar?”.

c. Documentários: foram realizadas sessões de documentários que tiveram como objetivo revelar o papel do jovem na sociedade e a conjuntura de desigualdades atual.

d. Trabalho em grupo: períodos do dia foram destinados para o desenvolvimento do projeto que foi realizado em equipe.

e. Consulta aos dirigentes: na fase de checar a ideia e testar sua aplicabilidade, seriam envolvidos os dirigentes da Associação com o objetivo de integrá-los no processo, além de possibilitar agregar seus conhecimentos a respeito da realidade vivenciada e contribuir para a construção do projeto. Esta atividade sofreu alteração no decorrer das atividades.

Segue cronograma das atividades em resumo e, na sequência, detalhes das ações:

Cronograma da Intervenção		
Data		Carga horária
12/03/2015	Quinta-feira	4h
13/03/2015	Sexta-feira	4h
Total:		8 horas

1º DIA				
12/03/2015	Quinta-feira			
Horário		Duração	Atividades	Tópicos
13:00	13:30	30 min	Ficha perguntas	Aplicação da ficha.
13:30	13:45	15 min	Apresentação com dinâmica: sequência de nomes e gestos e apresentação pessoal.	Aplicação das dinâmicas.
13:45	14:45	60 min	<i>Workshop:</i> "Empreendedorismo social: O que é?"	Dinâmica dos adjetivos de empreendedor e exposição de conteúdo.
14:45	15:00	15 min	Desenhos	Discutir desenhos
15:00	15:10	10 min	Jogo cooperativo	Bexigas. Reflexão: trabalhar coletivamente ou de modo competitivo?
15:10	15:50	40 min	Documentário: "Hiato" Duração: 20 min "Ilha das Flores". Duração 15 min.	Assistir documentário e discutir.
15:50	16:45	55 min	<i>Workshop</i> e dinâmica: "Criatividade: como gerar ideias"	30 min conteúdo sobre ideias + 10 min dinâmica produção de um objeto + 15 min dinâmica Brain writing
16:45	17:00	15 min	Vídeo: Utopia. Eduardo Galeano. Duração 10 min	Discutir vídeo.

2º DIA				
13/03/2015	Sexta-feira			
Horário		Duração	Atividades	Tópicos
13:00	13:15	15 min	Jogo Cooperativo	Construção de um navio. Reflexão: respeitar as deficiências.
13:15	14:00	45 min	<i>Workshop</i> : "Projeto: como elaborar?"	Estrutura construção de um projeto.
14:00	15:00	60 min	Trabalho em equipe	Desenvolvimento dos projetos
15:00	15:30	30 min	Checando as ideias	Consultando a opinião dos dirigentes
15:30	16:00	30 min	Trabalho em equipe	Desenvolvimento dos projetos
16:00	16:30	30 min	Apresentação dos projetos e encerramento	Conclusão das atividades.
16:30	17:00	30 min	Ficha de Perguntas	Aplicação da ficha.

3.2.1. Primeiro dia

No primeiro dia, assim como no término do segundo, foi aplicada uma ficha de perguntas que foi utilizada para comparar se houve alteração na opinião dos jovens em relação aos temas abordados, buscando observar se a intervenção conseguiu sensibilizar os jovens de seu papel na sociedade como agentes de mudanças. Seguem as questões (Modelo no APÊNDICE I):

1. O que é desigualdade social para você?
2. Por que existem pobres?
3. Por que existem ricos?
4. O que poderia ser feito para acabar com a pobreza?
5. Como você pode gerar mudanças sociais?
6. Você sabe o que é empreendedorismo social? Explique.
7. Você se vê como um empreendedor social? Por quê?

A análise das respostas será apresentada adiante, considerando que foi a última atividade a ser realizada e o detalhamento de cada uma está seguindo uma ordem cronológica.

Depois da aplicação da ficha, realizei uma breve apresentação pessoal, relatando sobre minha experiência em Portugal e também sobre minha história de vida. Uma dinâmica de apresentação que faz uso de gestos não foi utilizada já que os participantes não chegaram ao

mesmo tempo e iniciamos uma conversa individual antes de começar (perdendo o objetivo da dinâmica que é contribuir para o não esquecimento do nome de todos).

O *workshop* “Empreendedorismo Social: o que é?”, conforme APÊNDICE II, foi elaborado com o objetivo de contextualizar o surgimento do conceito; identifica-lo nos setores da sociedade; discutir a respeito da figura do empreendedor social, apontando características que fazem parte do perfil deste (para isto foi realizada uma dinâmica na qual com base em alguns cartões coloridos entregues, onde os jovens discutiram quais aspectos eram relevantes, conforme Figura 10); o papel do empreendedor social e por fim, o conceito de empreendedorismo social.

Figura 10 – Imagem dos cartões com adjetivos utilizados na dinâmica.



Ao encerrar o *workshop*, foram apresentados em folhas impressas, conforme o APÊNDICE III, desenhos elaborados pelo artista polonês Pawel Kuczynski²⁷, ilustrador, que sem exibir nenhuma palavra nas imagens, conseguiu transmitir profundas reflexões sobre o cotidiano, motivo pelo qual as ilustrações foram apresentadas para os jovens.

Foi realizada uma pausa para um café na sequência, o que impossibilitou a execução da dinâmica das bexigas, além do que, como já mencionado, as atividades se iniciaram com atraso.

²⁷ Disponível em: <http://www.tudointeressante.com.br/2014/09/consegue-ver-26-ilustracoes-que-farao-voce-questionar-o-mundo.html#.VKlJtYzu9_U.facebook>. Acesso em: 17 mar. 2015.

Na volta do intervalo foram exibidos dois documentários: “Ilha das Flores²⁸” e “Hiato²⁹”. O primeiro curta-metragem, “Ilha das Flores” de 1989, retrata dois temas através do acompanhamento da cadeia produtiva de um tomate, sendo eles: os padrões de produção e consumo das sociedades e a influência dos recursos financeiros (e a falta dele) na vida das pessoas. Já o segundo, “Hiato” produzido em 2008, apresenta a história de um grupo de manifestantes que organizou uma ocupação em um grande shopping da zona sul da cidade do Rio de Janeiro nos anos 2000. Este retrata os muros invisíveis da desigualdade social no contexto urbano. Ambos foram exibidos e discutidos com os jovens. Buscou-se com isso despertar o sentimento de pertencimento e necessidade de mudanças. A desigualdade social foi o foco do debate.

Depois do diálogo, foi exposto o *workshop* “Criatividade: como gerar ideias?”, conforme APÊNDICE IV. Foram apresentados alguns conceitos, o processo de geração de ideias e desenvolvidas algumas dinâmicas. A primeira, que tem como resultado a Figura 11, um desafio feito aos jovens que em 5 minutos tiveram que elaborar algum objeto com três garrafas disponíveis assim como tesouras, fitas, colas e canetas. O desafio buscou mostrar aos jovens o potencial criativo que possuem. Foram elaborados um funil, um porta-lápis, um brinquedo e um telefone.

Figura 11 – Imagem dos itens elaborados com as garrafas



Na segunda dinâmica foi utilizada a ferramenta de *brain writing*, no qual cada jovem teve que escrever 3 ideias que poderiam contribuir para uma mudança social em sua

²⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=e7sD6mdXUyg> >. Acesso em: 17 mar. 2015.

²⁹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=e7sD6mdXUyg> >. Acesso em: 17 mar. 2015.

comunidade. As folhas com as propostas foram repassadas aos colegas e cada um teve que excluir uma alternativa do outro, restando, portanto, uma proposta de cada jovem (a proposta escolhida pelo processo de exclusão está em negrito).

Seguem as propostas na Figura 12.

Figura 12 – Propostas desenvolvidas com apoio da ferramenta *Brain writing*.

J.S.O.S (15 anos) 1. Fazer uma escola que tenha professores que ajudem os alunos a ficarem bem, sem se envolverem em brigas. 2. Um lugar em que todas as crianças possam brincar sem que aconteça alguma coisa. 3. Um lugar que possa fazer comida para todas as pessoas que moram na rua. J.C.V.S. (15 anos) 1. Acho legal criar projetos do tipo para aprender a fazer alguma coisa útil, por exemplo: aulas de artesanato, dança, música...pois assim é uma forma de tirar as crianças da rua e levar cultura pra mais perto delas. 2. Uma intervenção social sobre o lixo. Uma forma de acabar com o lixo do bairro (mutirão) para conscientizar as pessoas. 3. Algo para reutilizar e para economizar. T.B.M (18 anos) 1. Troca de lixo reciclável por outros bens ou para seções de entretenimento que seriam cobradas. 2. Criação de ciclovias suspensas em Ribeirão Preto. 3. Abertura de um cinema/teatro comunitário na Vila Virgínia.
--

Analisando as propostas desenvolvidas, é possível realizar algumas reflexões. A jovem J.S.O.S. menciona como primeira proposta o ambiente escolar, espaço presente em boa parte da vida do jovem e de fundamental importância para a formação do mesmo. Sua fala “Fazer uma escola que tenha professores que ajudem os alunos a ficarem bem, sem se envolverem em brigas” revela uma preocupação com a violência que provavelmente vivência em sua escola. Solicitar que os professores dialoguem com os jovens é uma demanda já identificada, uma crítica ao sistema engessado de ensino que não consegue fazer uma leitura das necessidades dos jovens. Para esta proposta foi discutida a possibilidade de se organizar

assembleias e concelhos nos quais grupos de jovens possam representar os demais, apresentar suas demandas e discutir soluções com a direção das escolas, afinal é de extrema importância que tenham um papel ativo na construção do espaço escolar.

A segunda proposta da mesma jovem, novamente aponta a preocupação com a violência: “Um lugar em que todas as crianças possam brincar sem que aconteça alguma coisa”. Segundo a própria Associação, é notória a identificação da violência no bairro como resultado da miséria, que contribui para agravar a situação das populações pobres. É possível notar também a falta de espaços de lazer e atividades, fatores que não contribuem para o desenvolvimento das crianças e jovens. Para este apontamento foi mencionado a possibilidade de criar uma organização de bairro que tenha como papel cobrar os órgãos públicos no que tange a criação de espaços de lazer além de providências com os casos de violência.

A terceira proposta denuncia a preocupação com a fome: “Um lugar que possa fazer comida para todas as pessoas que moram na rua”. Alguns dados da FAO, já apontados na pesquisa, que revelam a porcentagem de pessoas que ainda sofrem com a fome no Mundo e no Brasil somado a exibição do documentário “Ilha das Flores” podem ter influenciado nesta reflexão. Certamente, a experiência em encontrar com moradores de rua também contribuiu para se sentir incomodada com a temática e levantar esta proposta. Foi levantada como solução a organização de equipes para a recolha de resíduos orgânicos em estado de utilização, que pudessem gerir um processo de produção de alimentos que seriam desperdiçados, no entanto, que iriam passar a ser encaminhados a pessoas sem acesso à alimentação. Também foi levantada a questão do desperdício e a possibilidade de convidar pessoas especializadas para orientar a respeito do aproveitamento máximo de alimentos.

Interpretando as proposta da outra jovem, J.C.V.S., temos no primeiro apontamento uma preocupação com a falta de ocupação das crianças/jovens e com a falta de acesso a cultura: “Acho legal criar projetos do tipo para aprender a fazer alguma coisa útil, por exemplo: aulas de artesanato, dança, música...pois assim é uma forma de tirar as crianças da rua e levar cultura pra mais perto delas”.

É possível também sentir uma possível preocupação com a permanência das crianças na rua, levando a pensar que a ociosidade pode ser um fator de risco. Como solução foi pensada a possibilidade de utilizar espaços ociosos como salas de aulas de escolas ou espaços em associações para o oferecimento de atividades socioculturais. Foi indicada também a possibilidade dos jovens repassarem seus conhecimentos em determinadas áreas em troca de novos conhecimentos. Os próprios jovens seriam instrutores de outros nas atividades, sendo que cada um contribuiria com suas experiências.

A segunda proposta revela a identificação de uma problemática ambiental: a geração excessiva de resíduos, e com esta a falta de consciência no que se revela ao consumo excessivo, ao descarte em locais inapropriados e a má gestão do recolhimento e destinação dos resíduos. A jovem propõe: “Uma intervenção social sobre o lixo. Uma forma de acabar com o lixo do bairro (mutirão) para conscientizar as pessoas”. Podemos apontar primeiro a preocupação com a sujeira e o incômodo que conviver com o lixo gera nas pessoas; segundo podemos inferir que a jovem entende que parte da sujeira gerada é de responsabilidade da própria comunidade e que ações devem ser tomadas. Como propostas foram levantadas as possibilidades de trazer um grupo de especialistas na área ambiental para um trabalho de conscientização e também mobilizar a comunidade para realizar um mutirão de limpeza.

A terceira proposta “Algo para reutilizar e para economizar” aponta, na verdade, para dois núcleos de preocupações, não direcionando a medidas concretas. A jovem relatou que não conseguiu pensar em mais propostas.

O terceiro jovem, T.B.M, aponta também em sua primeira proposta uma preocupação com a geração de resíduos e a falta de acesso às atividades culturais e de lazer: “Troca de lixo reciclável por outros bens ou para seções de entretenimento que seriam cobradas”. Nesta proposta, o risco em bonificar a geração de resíduos, fator que estimula o consumo em detrimento da busca por reduzir a utilização, foi debatido com os jovens. A demanda foi levantada em função da dificuldade em ter acesso à cultura e entretenimento quando não se dispõe de recursos financeiros.

A segunda proposta foi a “Criação de ciclovias suspensas em Ribeirão Preto”. Esta temática revela uma preocupação ambiental no que se refere à emissão de gases poluentes e também a poluição sonora gerada pelo excesso de automóveis que circulam diariamente na cidade. A proposta se destacou das demais por exigir elevado investimento em infraestrutura e dependência direta de ações públicas para sua execução, além do que, se referia a uma ação de impacto municipal, não sendo o bairro o foco.

A terceira proposta, sendo esta a que mais se destacou e no próximo dia foi escolhida para ser o projeto a ser desenvolvido foi “Abertura de um cinema/teatro comunitário na Vila Virgínia”. Mais uma vez a preocupação com os tempos de ociosidade, a falta de acesso à educação e cultura, momentos de entretenimento e espaços de diálogos e debates que permitam expor as dificuldades vivenciadas pelos jovens foram levantadas.

Vale ressaltar que em uma análise geográfica, os jovens não apresentaram propostas que fossem além do território municipal, com destaque para as ações no bairro, pois foram desafiados a pensarem em atividades que tivessem um impacto direto em sua comunidade. As

preocupações expostas circundam os núcleos: violência, ociosidade, cultura e ambiente, aspectos que compõem as vivências dos mesmos. Ouvir as demandas dos jovens é essencial para compreender suas realidades e suas angústias. Muitas leituras podem ser feitas das propostas apresentadas. Destaco aqui que foi visível o impacto da valorização das ideias dos jovens que ao apresentarem suas propostas se sentiram inibidos e talvez inferiores, no entanto, posterior à discussão, ao perceberem que tinham potencial para realizar diagnósticos e atuarem na mudança dos problemas aparentaram serem tomados por um sentimento de confiança. Pode-se inferir aqui uma chama, sem grandes pretensões, no que se refere à tomada de conscientização de seus papéis na sociedade.

Para encerrar o primeiro dia, foi apresentada uma fala do escritor Eduardo Galeano, através de um vídeo intitulado “Utopia³⁰”. O discurso retrata de forma poética para que serve a utopia, além de reflexões a respeito das relações e interesses da nossa sociedade atual, motivos pelos quais foi apresentado aos participantes.

3.2.2. Segundo dia

O segundo dia se iniciou com um jogo cooperativo onde cada jovem recebeu um papel para simular: um cego e possuindo apenas o braço direito, um cego possuindo apenas o braço esquerdo e outro sem os dois braços, no entanto não era cego. Cada um tinha que contribuir para a construção de um navio sendo que a cada rodada só poderiam fazer um único traço. O único a enxergar acabou por guiar os demais. No término, após visualizarem o esboço resultado da dinâmica, foram levados a refletir na dificuldade em interagir com pessoas com deficiências e necessidades distintas. Cada um fez uma leitura distinta do comando dado e a cooperação, respeito e paciência foram elencados como fatores chaves para a construção de algo em conjunto. Valorizar a coletividade é característica da ação empreendedora social.

Após concluir a discussão, foi apresentado o *workshop* “Projeto: como elaborar?”, conforme APÊNDICE V. Este teve como objetivo apresentar uma série de variáveis importantes a serem pensadas no que se refere à elaboração de um projeto. Depois do *workshop*, os jovens se reuniram e começaram o processo de operacionalização de um projeto voltado para a comunidade, conforme os objetivos da intervenção. A etapa de checando as ideias com os dirigentes foi substituída pela execução de uma apresentação, sugestão dos próprios jovens, e depois de preparada a apresentação dois representantes da organização

³⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z3A9NyYzj8>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

compareceram para a apresentação final e encerramento, sendo uma educadora e a outra secretária. A apresentação foi realizada e os convidados neste momento puderam contribuir com as sugestões. Segue, conforme o APÊNDICE VI, um guia de elaboração de projetos fornecido aos jovens para norteá-los e a proposta elaborada pela equipe. A Figura 13 representa as respostas elaboradas pela equipe.

Figura 13 – Respostas do projeto desenvolvido - Guia de Projetos

- | |
|--|
| <p>1. Qual é o problema social que será resolvido? (Qual é a necessidade/oportunidade?)</p> <p>R.: Suprir a falta de cultura, momentos de entretenimento e ociosidade das pessoas.</p> <p>2. Quem vai ser beneficiado com a solução? (Nicho da sociedade a ser atingido)</p> <p>R.: Toda a comunidade no bairro. No início, fase piloto do projeto, terão sessões voltadas aos jovens, com temáticas e discussões que levem este público a refletir sobre suas dificuldades, comportamentos e também possam expressar suas demandas. Após amadurecimento do projeto, serão realizadas sessões voltadas para a família com o objetivo de representar seus conflitos, possibilitando um diálogo entre os membros e possível reflexão de seus problemas. Além de um espaço de diálogo será uma atividade de lazer e entretenimento.</p> <p>3. Como é que vai se resolver? (Quais ações serão realizadas)</p> <p>R.: Serão realizadas sessões de filmes que terão em sua narrativa uma problemática a ser discutida posterior à exibição. O debate será realizado de forma aberta entre os membros da comunidade, onde todos terão voz para expressar sua opinião. Esporadicamente, poderá ter um convidado especial para guiar a discussão, podendo ser este um estudante universitário ou professor convidado, por exemplo.</p> <p>3.1. Planejamento estratégico</p> <p>3.1.1. Visão. R.: Ser um cinema comunitário de referência no bairro.</p> <p>3.1.2. Missão. R.: Levar cultura e reflexões.</p> <p>3.1.3. Objetivos do projeto. R.: Atender ao público da vila, sem restrição de gênero ou idade.</p> <p>3.2. Planejamento Financeiro</p> <p>3.2.1. Investimento. R.: Inicialmente zero, considerando que pretendem uma parceria com a Associação que já possui a estrutura adequada para a exibição dos filmes. Posteriormente pretendem investir em equipamentos</p> |
|--|

para que seja possível ampliar a capacidade.

3.2.2. Custos . R.: A cada exibição a proposta é oferecer bebidas e alimentos (refrigerantes e pipoca). Estes se não obtidos através de patrocínio (foram pensadas parcerias com mercearias e supermercados locais para apoiar no projeto com a doação dos alimentos), terão seus custos cobertos pelo pagamento simbólico de um bilhete para a sessão.

3.2.3. Receitas. R.: A venda de bilhetes em valor simbólico para cobertura dos custos e possível arrecadação para investimentos futuros.

3.3. Planejamento Operacional

3.3.1. Localização. R.: Associação São Francisco de Assis Gewo-Haus.

3.3.2. Capacidade. R.: Inicialmente de 20 a 30 pessoas, podendo ser ampliada a aproximadamente 100 pessoas.

3.3.3. Equipe. R.: Os três jovens que elaboraram o projeto, mais amigos interessados em compor a equipe.

3.3.4. Comunicação. R.: Inicialmente através de mídias sociais, já que estarão voltadas para jovens e depois através do “boca-a-boca” (os próprios jovens serão desafiados a chamarem os pais nas sessões voltadas para a família).

3.4. Impactos

3.4.1. Direto. R.: Os beneficiários diretos serão os participantes das sessões que serão provocados a refletirem sobre diversas temáticas e construirão suas opiniões de modo crítico.

3.4.2. Indireto. R.: Todos que tiverem contato com os participantes das sessões poderão ser influenciados pela nova leitura das problemáticas adquirida pelos participantes, sendo também influenciados a pensar de maneira crítica.

4. Tem potencial de crescimento ou replicação? (Escala geográfica do projeto)

R.: O projeto poderá ser tomado como base para que outras organizações comunitárias também realizem sessões com debates em seus bairros.

5. Existe a possibilidade de se tornar uma Política Pública?

R.: O projeto poderia se tornar uma política pública partindo do princípio que o Estado é responsável por promover e estimular ações culturais.

A proposta do cinema comunitário, intitulado “Cine da Vila”, possibilitou atender alguns aspectos do método de pesquisa, sendo: a) intensa interação entre pesquisadora e os jovens no processo de elaboração do projeto com ideias e sugestões; b) o esboço de uma solução para um problema social diagnosticado e elaborado pelos próprios atores, contribuindo para o sentimento de pertencimento, assim como tomada de consciência de seu papel ativo na sociedade e, c) o aumento da consciência da pesquisadora da realidade vivenciada pelos jovens assim como o possível aumento do nível de consciência dos sujeitos.

O desenvolvimento do projeto, na minha percepção, mesmo que sutilmente, permitiu aos jovens se sentirem um pouco mais responsáveis pelas mudanças em seu contexto. Ao serem desafiados a desenvolverem uma ação social coletiva, foram levados a refletir nas interações nas quais estão sujeitos e encontrar as melhores alternativas para sanar os problemas. Acredito que por alguns momentos conseguiram se sentir como agentes de mudanças.

Destaco do projeto, mais uma vez, uma preocupação com os tempos ociosos e com os riscos de se envolverem com “coisas erradas” nestes espaços de tempo, conforme mencionado várias vezes pelos jovens. A necessidade de um espaço de diálogo, onde consigam expressar suas demandas através da arte audiovisual, revela a dificuldade em se comunicarem e serem ouvidos pelo mundo adulto, muitas vezes distante e indiferente às necessidades juvenis. A ideia de também realizar sessões para a família e com isso conseguir espaços para se discutir as questões familiares, se destacou no processo de elaboração, pois a mesma pode indicar a dificuldade de diálogo com os familiares, afinal, em famílias em situação de vulnerabilidade social, é comum encontrar núcleos desestruturados. Isso também me leva a refletir que o foco do projeto não seja entretenimento e sim a busca por um canal de diálogo.

Outro aspecto que também merece reflexão é a preocupação com a horizontalidade do processo. Os jovens mencionaram que mais importante que uma discussão guiada por um especialista seria a participação ativa dos envolvidos, inclusive na indicação de filmes para sessões futuras. A preocupação em envolver toda a comunidade inclusive conseguir parceiros para trazer credibilidade ao projeto também demonstram uma preocupação com o coletivo, afinal os objetivos do método assim como os desta pesquisa são voltados para a tomada de consciência dos atores, não se tratando de solucionar problemas imediatos e sim gerar consciência da coletividade.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na análise e interpretação dos “achados da pesquisa”, relacionada à leitura das fichas de perguntas aplicadas no início e no término do processo.

O objetivo específico do estudo era identificar se o empreendedorismo social gerava impacto no processo empoderamento dos jovens. Sem a pretensão de uma atividade de 8 horas poder gerar uma transformação social, serão apresentadas algumas reflexões acerca das respostas obtidas. Será realizada uma comparação do antes e depois dos núcleos temáticos e observada a dimensão de análise dos jovens.

A jovem J.S.O.S, revela na questão “1. O que é desigualdade social para você?” no *antes* uma definição rasa do termo desigualdade, sem direcionar para o âmbito social. Já posterior à intervenção aponta que “Desigualdade social é uma pessoa comendo e a outra não poder comer”. Essa resposta possivelmente sofreu influência de alguns dados apresentados a respeito da fome no país somada a apresentação do documentário “Ilhas das Flores”, pois discutimos justamente como é possível ainda existirem pessoas que não tem acesso à alimentação, sendo esta uma necessidade básica, direito de todos. Os jovens, perante sua realidade de pobreza, concordaram ser um absurdo a falta de acesso à comida, pois, possivelmente, conhecem esta inaceitável situação de perto.

Nas questões “2. Por que existem pobres?” e “3. Por que existem ricos?”, não observei uma mudança de percepção, pois tanto antes quanto depois a jovem realiza uma análise simplista, que associa o sucesso a trabalhar e estudar, enquanto que a figura da pessoa que nada faz está associada ao fracasso. Chama a atenção também a associação dos que nada fazem com o mundo das drogas, não ficando claro em seu discurso se são as drogas que levam uma pessoa a não ter nenhum tipo de atividade ou se é o fato de nada fazerem que as conduzem as drogas. A jovem também levanta a questão do roubo, do ganhar sem esforço, insistindo no sistema de meritocracia.

Em relação à questão “4. O que poderia ser feito para acabar com a pobreza?”, as drogas surgem mais uma vez como um problema nos dois momentos, pois é feita uma associação direta da pobreza com as drogas “para acabar com a pobreza, tinha que acabar com as drogas”. A figura dos pais aparece aqui como responsáveis por incentivar seus filhos a estudarem, “estudarem mais para serem alguém na vida”, e para não se envolverem com as drogas. Novamente uma análise isolada e reducionista.

A questão “5. Como você pode gerar mudanças sociais?” indicou um discurso centrado na caridade, na responsabilidade individual de ajudar ao próximo, possivelmente influenciada pelos valores disseminados na organização, uma entidade cristã. Não houve uma

mudança significativa nas respostas, entretanto, na ficha aplicada após o processo a noção de igualdade apareceu, pois a jovem declarou que devemos ajudar o próximo partindo do princípio de que “todos somos iguais”. Algumas discussões a respeito de igualdade de direitos e deveres podem ter influenciado nesta resposta.

Foram nas questões “6. Você sabe o que é empreendedorismo social? Explique” e “7. Você se vê como um empreendedor social? Por que?” que observei mudanças relevantes, pois no primeiro dia a resposta se limitou ao “não sei”. Já no término das atividades, para a questão 6 a jovem respondeu que compreende o que é empreendedorismo social mencionando a figura do empreendedor como responsável por “reconhecer os problemas sociais e tentar utilizar ferramentas empreendedoras para resolvê-las”. Na questão 7 a jovem mencionou que se vê como uma empreendedora social porque “gosta de tentar resolver problemas sociais”. Nesta última resposta é importante ressaltar que houve uma identificação da jovem com o papel do empreendedor social, permitindo interpretar que se reconhece como uma agente de mudanças, aspecto extremamente importante quando estamos buscando que estes jovens compreendam que são de fato protagonistas de mudanças.

Diante das declarações desta jovem, é possível refletir que o discurso da meritocracia está fortemente presente nas justificativas de insucesso de uma pessoa. O Estado não foi mencionado nenhuma vez por sua responsabilidade com a sociedade. Um discurso de responsabilidade individual na qual a caridade é que norteia as ações me leva a pensar na falta de reconhecimento desta jovem de seus direitos e deveres como cidadã. A falácia de que estudar garante um futuro brilhante é relatada várias vezes, porém não se identifica a falta de equidade nem há críticas ao sistema econômico atual. Talvez, a própria Associação onde esses jovens estão possa estar ensinando esse tipo de visão: estudar e trabalhar para ter sucesso, fugir das drogas porque é coisa de vagabundo e só leva ao fracasso.

A jovem aponta quando é questionada por que existem ricos que “tem gente que luta para terem suas coisas”, mas será que um lavrador, que trabalha de sol a sol ou um catador de lixo, que percorre quilômetros por dia, não luta? Será que um jovem que trabalha 44 horas semanais ganhando pouco mais que um salário mínimo e despendendo de toda sua remuneração para pagar um curso superior na iniciativa privada não está seguindo a receita, trabalhando e estudando? Por que todos que percorrem este caminho, já que é o grande segredo para o sucesso, não o atingem? Aliás, quantos o atingem?

Agora, tentarei expor as opiniões da jovem J.C.V.S. e analisar sua percepção frente às questões. Para a jovem, na questão “1. O que é desigualdade social para você?” as respostas

(antes e depois) ficaram limitadas ao conceito de desigualdade, sendo definido como uma diferença, sem abordar a questão social.

Já na questão “2. Por que existem pobres?” a primeira resposta se limita a falta de esforço, mais uma vez o discurso meritocrático, entretanto, foi possível notar uma diferença na resposta dada no último dia que diz “por causa da desigualdade que não permite uma pessoa estabelecer o conhecimento que uma pessoa rica teve ou tem.”. Nesta resposta podemos observar um reconhecimento do impacto da desigualdade de oportunidades, questão levantada em algumas conversas no decorrer da intervenção. A responsabilidade pelo estado de pobreza sai do campo individual para um âmbito macro, onde o coletivo, a estrutura social, influencia diretamente no destino das pessoas. Podemos inferir uma mudança positiva de opinião.

Na questão “3. Por que existem ricos?” a expressão “correram atrás” resume a resposta dada na primeira aplicação da ficha. Já no segundo momento, a resposta é “por causa da desigualdade, pois as pessoas ricas têm bem mais oportunidades na vida do que uma pessoa pobre que muitas vezes acaba abandonando os estudos para ir trabalhar para ter o que comer.”. Novamente uma desconstrução da responsabilidade individual de alcançar o sucesso financeiro. É possível interpretar que houve uma tomada de consciência dos impactos dos núcleos desigualdade de oportunidades e meritocracia. A questão da fome também marcou a jovem porque talvez a conheça de perto e suas experiências a façam ter uma sensibilidade ao tema. Outra hipótese pode ser a indignação com a qual falo deste assunto que particularmente muito me incomoda e pode ter influenciado os jovens.

Na questão “4. O que poderia ser feito para acabar com a pobreza?”, no primeiro dia a resposta toca em dois pontos, o individual e o coletivo: “a pessoa ter força de vontade, ter uma ajuda (país=governo)”. Já no segundo momento, a resposta sai do âmbito individual e passa apenas para o coletivo, revelando um reconhecimento da influência da estrutura social e responsabilidade do governo com sua população (“a ação e a ajuda do governo”). Dá para se inferir também que as discussões sobre o papel do estado e suas responsabilidades com a sociedade, além do diálogo sobre a necessidade de políticas públicas, interferiu nesta reflexão e mudança de opinião.

Quanto à questão “5. Como você pode gerar mudanças sociais?” a primeira resposta se dá no campo individual novamente, enquanto que na segunda, a responsabilidade coletiva predomina “a partir da comunidade, vendo os problemas e tentando resolver com a ajuda da própria comunidade.”. Além da tomada de consciência da coletividade, observo um

sentimento emancipatório, uma percepção de que é possível gerar mudanças através da mobilização coletiva, sem depender de entidades para a execução de alguma ação.

Já nas questões “6. Você sabe o que é empreendedorismo social? Explique” e “7. Você se vê como um empreendedor social? Por quê?” no primeiro dia a resposta foi negativa para ambas, porém na segunda vez para a questão 6 a resposta foi “sim, é como se fosse um empresário que visa seu olhar para a comunidade, para ver os problemas e tentar solucionar”. A figura do empreendedor social foi associada a um agente de mudanças que após identificar uma demanda social busca uma solução, definição trabalhada durante a intervenção. Para a questão final a resposta foi “sim, pois acho que levo jeito para a coisa. Acredito que tenho capacidade”. Esta resposta levanta um aspecto muito importante, o reconhecimento da capacidade.

Esta característica foi ressaltada em várias dinâmicas no decorrer da atividade, como na elaboração de objetos com as garrafas, que tentou revelar que possuem capacidade e criatividade para elaboração de algo em tempo restrito e também nas dinâmicas em que tiveram que esboçar propostas de intervenção social e na própria elaboração do projeto “Cine da Vila”. Tentei por varias vezes mostrar-lhes que tinham potencial e que poderiam utilizar deste para serem agentes de mudanças. Para esta jovem, possivelmente, as demonstrações de capacidade tiveram um impacto positivo em sua autoconfiança.

As últimas fichas a serem analisadas são as do jovem T.B.M.. Com relação à questão “1. O que é desigualdade social para você?” tanto antes quanto depois as respostas se mantiveram iguais frisando que desigualdade social trata-se de uma disparidade de infraestrutura.

Referente à questão “2. Por que existem pobres?” não houve uma mudança significativa de opinião, pois o jovem declarou em ambos momentos que existem pobres “por falta de oportunidade de estudo, trabalho e falta de ambição para empreendedorismo”. O discurso apesar de considerar a desigualdade de oportunidades indica também para a responsabilidade individual de buscar alternativas para mudar seu estado de pobreza. Na questão “3. Por que existem ricos?” o argumento se consolida ao afirmar que é porque estes têm “oportunidades boas de estudo e trabalho”. Também relata a possibilidade de se tornar rico se tiver sorte de ganhar na loteria ou herdar um valor expressivo que mude sua realidade.

Na questão “4. O que poderia ser feito para acabar com a pobreza?” a primeira resposta chama a atenção para a necessidade de realizar “programas sociais à curto prazo com conscientização e incentivo ao trabalho”, como se fosse a falta de trabalhar a responsável pela pobreza. Com base nesta visão simplista poderíamos inferir que quem trabalha não é pobre, o

que não é verídico. O jovem cita também a necessidade da resolução de problemas sociais, apontando como exemplos o tráfico de drogas e o trabalho infantil, exemplos que possivelmente são reconhecidos no ambiente do jovem. No segundo momento, apesar de insistir na necessidade de incentivar o trabalho, surge uma nova reflexão “melhor distribuição de renda”. Esta reflexão pode ter sido resultado das discussões e conteúdo apresentado na intervenção, pois apresentei dados da concentração de renda no mundo e no Brasil, impressionantes a ponto de marcar o jovem, e também os documentários “Ilha das Flores” e “Hiato” podem ter contribuído para a formação desta opinião.

Relacionado à questão “5. Como você pode gerar mudanças sociais?” a resposta foi exatamente a mesma para os dois momentos “com programas sociais”. Deste posicionamento vale observar que a resposta não se deu no âmbito individual, atribuindo a responsabilidade para as mudanças sociais a execução de programas.

Quanto à questão “6. Você sabe o que é empreendedorismo social?” na primeira aplicação da ficha a resposta foi “empreendedorismo para mudar uma comunidade sem fins lucrativos” enquanto que no segundo dia foi “não”. A falta de uma resposta afirmativa com uma justificativa pode ter sido a não recordação do que foi explicado a respeito do conceito e com isso a decisão de nada escrever a respeito para não correr o risco de errar, ou então, a falta de compreensão. Para a última questão “7. Você se vê como um empreendedor social?” a resposta não apresentou mudanças significativas, pois em ambos momentos o jovem respondeu que não, o que indica que o mesmo assume saber o que é um empreendedor social, no entanto, justifica que não por não poder executar suas ideias. Esta resposta pode ser fundada em uma das propostas de solução a um problema social na dinâmica de *Brain Writing* aplicada, na qual o jovem insistiu na proposta de uma ciclovia suspensa na cidade de Ribeirão Preto, no entanto, lamentou a dificuldade de execução de uma intervenção desta.

De modo geral, há um discurso simplista na fala dos jovens quando assumem que estudar e trabalhar são os fatores determinantes para se melhorar de vida. Esta visão reducionista e ideológica desconsidera as inúmeras variáveis que interferem na ascensão social. Considerar o ato de trabalhar e se esforçar com o de ficar rico não leva em conta o fato de que milhões de pessoas se submetem todos os dias a subempregos, precarizados e mal remunerados, de imensurável esforço e, no entanto, permanecem na miséria.

É necessário avaliar outras dimensões do estado de pobreza como a ausência de poder de ação e representação, a falta de igualdade de oportunidades além dos âmbitos político,

cultural e econômico, entretanto, estes jovens não apresentaram uma visão sistêmica da problemática.

É interessante refletir também que quando apresentadas as fichas de perguntas aos jovens foi lhes orientado que poderiam se expressar de maneira livre a respeito dos temas abordados, para isso não foram impostas linhas para se expressarem com o objetivo de não induzi-los a escreverem de forma linear e também se preocuparem com a quantidade do conteúdo. No entanto, todos responderam apenas com o uso de palavras, sem usar de qualquer outra forma de expressão como imagens, poemas, músicas, entre outros. Apesar de parecer algo óbvio, este é mais um reflexo da educação formal conservadora que o sistema de ensino atual insiste em manter.

Ainda no âmbito educacional, vale destacar a dificuldade muitas vezes em se fazer compreensível, tendo em vários momentos o cuidado de utilizar uma linguagem simples para se fazer entender. Os erros de gramática também foram muito presentes nas respostas, resultado da falta de qualidade do ensino público, afinal todos os jovens participantes já encerraram o ensino fundamental, e não deveriam mais apresentar graves erros de escrita e também dificuldade de interpretação. A baixa efetividade do ensino certamente acarreta na dificuldade de expressão, na complexidade de compreender as relações socioeconômicas e interpretar seus impactos, de refletir seu papel na sociedade e suas formas de atuação. A percepção deturpada do estado de pobreza e sua causa é um dos resultados do fracasso do ensino, além de afetar o negativamente no processo de desenvolvimento de habilidades de empoderamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando reflito a respeito do termo *empreendedorismo social*, algumas características me despertam a atenção como: a necessidade de capacitação e conscientização dos atores envolvidos; a valorização de um olhar diferente, observador, crítico e criativo; a importância de uma atuação ativa na geração de mudanças e a junção da responsabilidade individual com a coletiva. Baseada nestas, depois de percorrer todo o referencial teórico exposto, penso que o empoderamento dos atores talvez seja a chave para que o processo de empreender socialmente possa ser utilizado como uma ferramenta de intervenção social.

Empoderar significa desenvolver três níveis de relações: a pessoal, a grupal e a estrutural. Ao analisar o nível pessoal temos a importância de desenvolver autonomia, mas alcançar a autonomia em sujeitos em fase de transição, incompletos, que dependem do futuro para serem reconhecidos socialmente, que estão em fase de questionar os valores e as estruturas é uma tarefa complexa. Estes jovens muitas vezes não conseguem compreender que fazem parte de um todo, pois existe, em um primeiro plano, uma falta de identificação, de sentimento de pertencimento e somada a isto, uma falha estrutural.

Ao buscar as origens desta alienação, desinformação, indiferença e muitas vezes até aversão, me deparei com o próximo nível de relação, o grupal. Os jovens, de modo geral, não têm acesso a espaços de diálogos nos quais consigam expressar suas demandas, serem estimulados a apresentarem propostas de solução e poderem participar do processo decisório e de operacionalização. Na intervenção realizada, percebi que a essência da escolha do projeto elaborado simbolizava muito mais do que um ambiente de entretenimento, de descontração e encontro, era uma tentativa de criar um canal de diálogo, primeiro com os outros jovens, depois uma preocupação latente em ser um local de diálogo com a família e a comunidade.

Completamente interligado aos outros dois níveis de relação, temos o âmbito estrutural, necessário para favorecer e viabilizar o engajamento. A intervenção proposta consegue apenas atuar nos outros dois níveis, porém no nível estrutural me deparei com diversas dificuldades. A primeira questão se refere ao processo histórico pautado no neoliberalismo que estamos vivenciando. Ao observar os setores da sociedade temos que o papel do Estado era de atender as demandas básicas de toda a sociedade como saúde, educação, cultura, alimentação, segurança, dentre outras. O Estado deveria, como contrapartida dos impostos pagos, agir como provedor. Entretanto, paulatinamente, em nome da economia capitalista e das políticas privatistas neoliberais, foi se omitindo e o resultado é uma lástima, principalmente para os pobres.

A educação, núcleo de sustentação do Estado democrático, foi afetada neste processo de maneira brutalmente negativa. Elevados índices de analfabetismo, de evasão escolar e conflito entre idade ideal e série escolar, compõem este cenário. A baixa efetividade do ensino público, somado ao ambiente hostil das instituições de ensino, com ênfase para as públicas, que não compreendem a subjetividade dos jovens e respeitam suas particularidades, além de não valorizarem suas intervenções e conscientizar de seu papel na sociedade, afetam no desenvolvimento dos jovens e na sua atuação social. Diretamente vinculado a este processo, temos um impacto nos demais âmbitos sociais como falta de cultura, segurança e participação política, por exemplo.

Ainda como reflexo do modelo capitalista, temos a alimentação pelo desejo do que é privado. É facilmente percebido em uma comunidade pobre a existência de símbolos de ostentação convivendo nas fissuras da miséria. A preocupação dos jovens, principalmente com os em estado de vulnerabilidade social, com o consumo de bens que representam falsamente uma ascensão social, pode ser percebida nos altos índices de jovens que se submetem a subempregos, mesmo antes de concluírem o ensino médio, além dos que se envolvem com o mundo do tráfico, outra maneira de alcançar o status de consumidor.

Certamente que as questões estruturais exigem mudanças em suas raízes e que sem elas, difícil será mudar este estado calamitoso de desigualdade social, porém não podemos naturalizar a pobreza e banaliza-la em nossa rotina. O papel de um empreendedor social, um agente de mudanças, é plantar a semente, mesmo que pareça pouco diante da imensidão de problemas sociais. A intervenção social realizada neste estudo não teve como pretensão em momento algum gerar transformações sociais, entretanto serviu para refletir na potencialidade de uma intervenção que tem como essência empoderar e como método o envolvimento ativo dos atores de modo cooperativo.

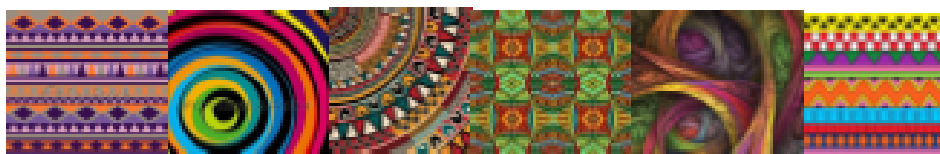
As limitações foram inúmeras, desde o tempo escasso para as discussões e reflexões, assim como as dificuldades de comunicação. Entretanto, foi possível perceber, ao final, que os jovens estão confiantes, se sentem capazes de agir, que surgiu um sentimento de responsabilidade no âmbito comunitário, uma identificação com o papel do empreendedor social que acaba por se confundir com o de um cidadão de direitos.

Diante das diversas emoções e reflexões que este estudo provocou, assumo que foi uma experiência de aprendizado ímpar em nível individual e que se trata de um tema/problema que deveria ser melhor explorada no meio acadêmico. Acredito que nenhuma alternativa de mudança deve ser descartada antes de uma avaliação crítica e espero que este estudo nos permita olhar para as mazelas sociais e nos sentirmos também responsáveis por

seus percursos. Que a universidade pública, assim como o Estado, cumpra seus deveres com a sociedade - que inclui os pobres - e que a população se empodere e consiga reivindicar seus direitos.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Ficha de Perguntas



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FAÇULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Nome: _____ ☺ Data: __/__/__

Gênero: () feminino () masculino ☺ Idade: _____ ☺ Série atual (2015): _____

1. O que é desigualdade social para você?

2. Por que existem pobres?

3. Por que existem ricos?

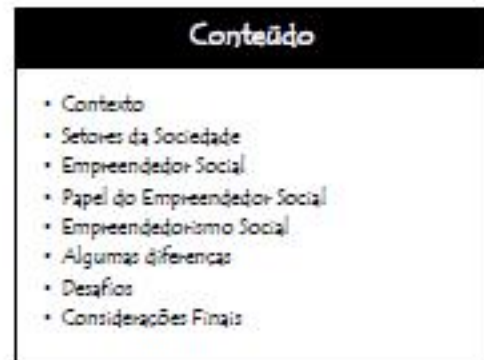
4. O que poderia ser feito para acabar com a pobreza?

5. Como você pode gerar mudanças sociais?

6. Você sabe o que é empreendedorismo social? Explique.

7. Você se vê como um empreendedor social? Por quê?

APÊNDICE II – Workshop “Empreendedorismo Social: o que é?”

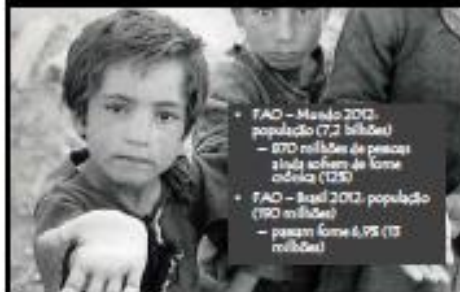




Dados do mundo



Dados do mundo



Pobreza



SETORES DA SOCIEDADE

Setores da sociedade



Primeiro Setor: ESTADO



Segundo Setor: MERCADO



Terceiro Setor: SOCIEDADE



Terceiro Setor: SOCIEDADE



EMPREENDEDOR SOCIAL

Empreendedor social







Papel do Empreendedor Social



Inovação... através de novas abordagens e ferramentas que desafiam a visão tradicional...

Papel do Empreendedor Social



Empoderamento... envolvendo e capacitando os beneficiários...

Papel do Empreendedor Social



Escalável... com a preocupação e capacidade de crescer e se replicar...

Papel do Empreendedor Social



Sustentável... baseadas em modelos de funcionamento eficientes e viáveis.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Empreendedorismo Social



Empreendedorismo Social



1. É um novo paradigma de intervenção social: um novo olhar e leitura da realidade e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade

Empreendedorismo Social

2. Processo de gestão social



Empreendedorismo Social

3. É uma arte e uma ciência:

Arte: cada empreendedor aplica as suas habilidades e aptidões e por que isto tem uma natureza, sua intuição e criatividade na elaboração do processo de intervenção social



Ciência: utiliza meios técnicos e científicos, por lei, abstração/observação e aplicação e a realidade humana e social

Empreendedorismo Social



4. É uma nova tecnologia social: capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação, fazer com que sua dinâmica gere outras ações que afetam profundamente o processo de gestão social. É isto mais sustentabilidade e repensando, não empreendedores e empregadores e transformadores

Empreendedorismo Social

5. É um sistema dentro do sistema maior que é a sociedade

É um sistema de auto-organização social, pois não é uma ação isolada, mas ao contrário, necessita da participação e participação da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que dependem de toda a comunidade da população sendo donos e de auto-organização social, e não do indivíduo, pois a principal característica é a potencial mobilização da sociedade, parte da ação local, mas não estando é para a intervenção global, desta forma, é um sistema dentro do sistema maior que é a sociedade e que para funcionar necessita a partir do processo de interação, cooperação e sinergia dentro do capital social.



Algumas Diferenças Empreendedorismo e Empreendedorismo Social

Empreendedorismo	Empreendedorismo Social
É individual	Coletivo e integrado
Foco em lucro e serviço para o mercado	Foco em lucro e serviço para a comunidade, local e global
Tem o lucro no mercado	Tem o lucro apenas de reserva para os problemas sociais e necessidades da comunidade
Seu modo de desenvolver é o lucro	Seu modo de desenvolver não é baseado na transformação social
Visa a explorar oportunidades de negócio e a ampliar as potencialidades de negócio	Visa resolver problemas de educação de nível social e a promover (ou, no caso social), melhorar a transformação social

Fonte: Oliveira (2005)

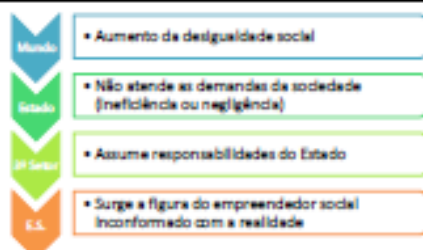
DESAFIOS

Desafios

- Romper com a cultura individualista com a qual estamos imersos, pois ressalta em sua base a importância da integração e ação comunitária e participativa.
- A construção de ações que desenvolvam autonomia e capacitação dos envolvidos através de sua participação ativa, com o objetivo de gerar empoderamento, devem se sobrepor às ações assistencialistas que geram essencialmente sentimentos de gratidão, porém não contribuem para uma mudança estrutural necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

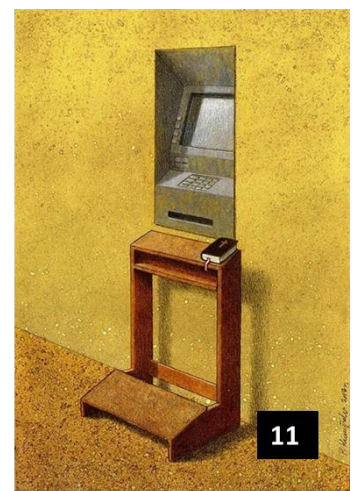
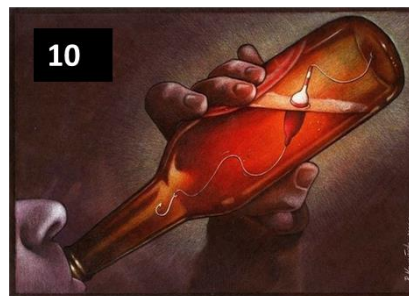
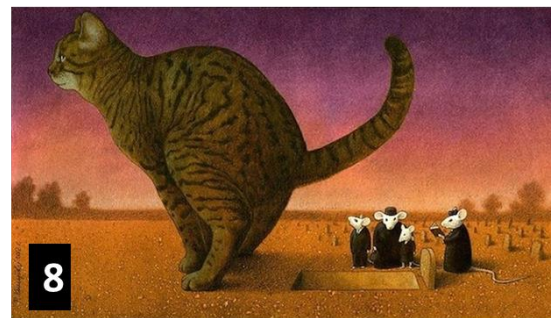
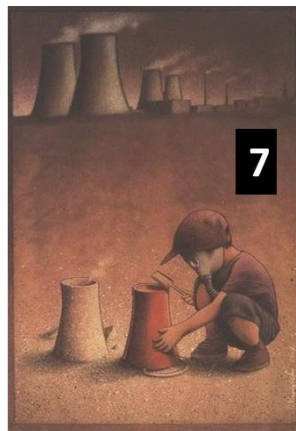
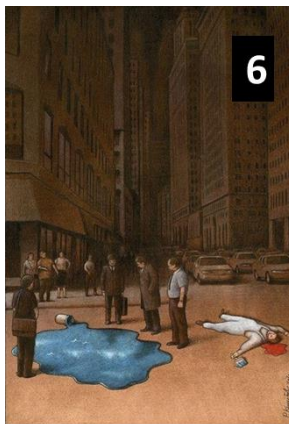
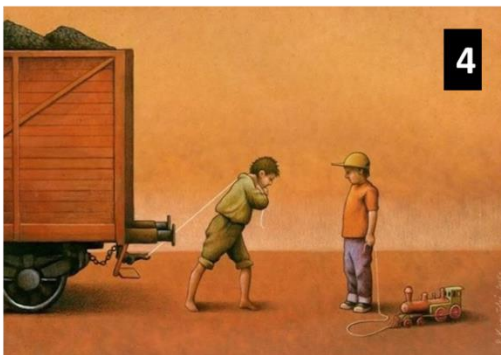
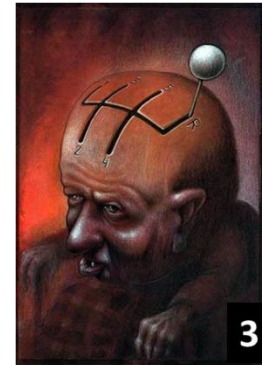
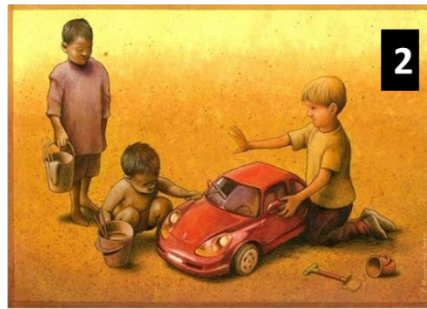
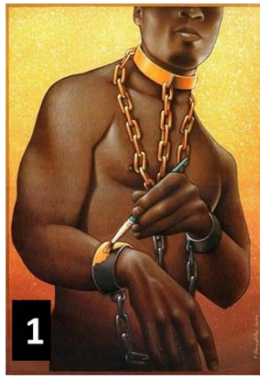
Considerações Finais

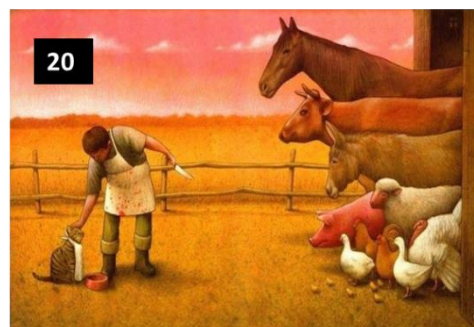
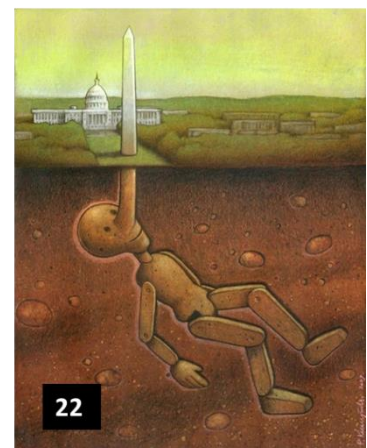
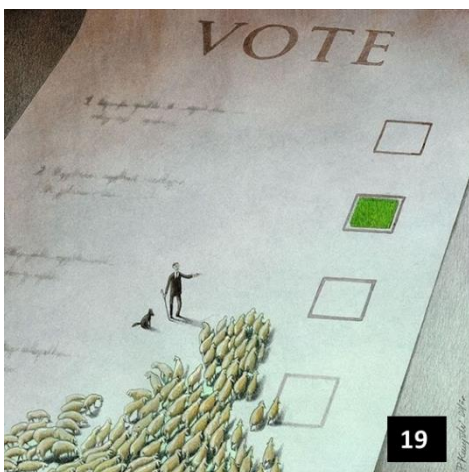
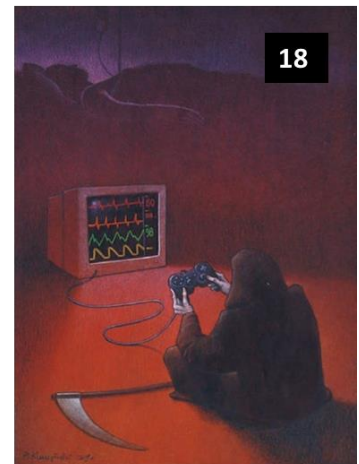
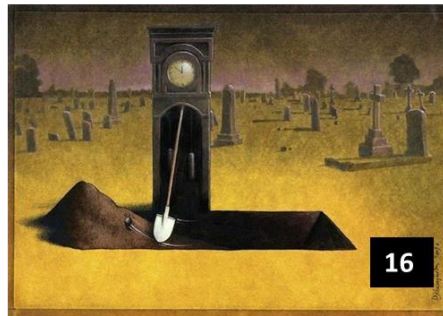
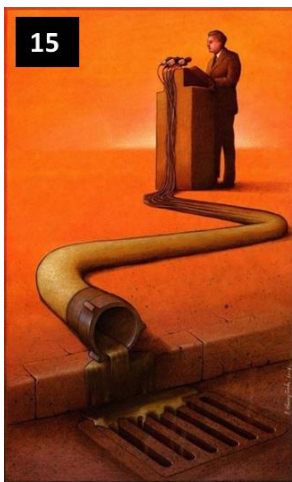
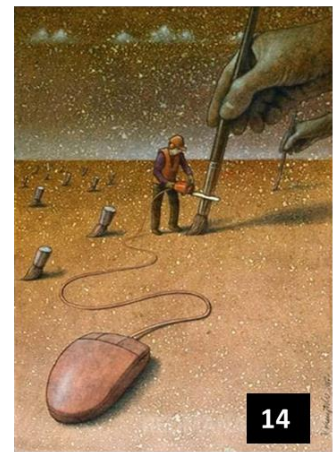
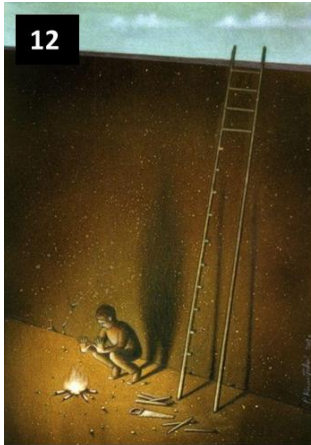


OBRIGADA!

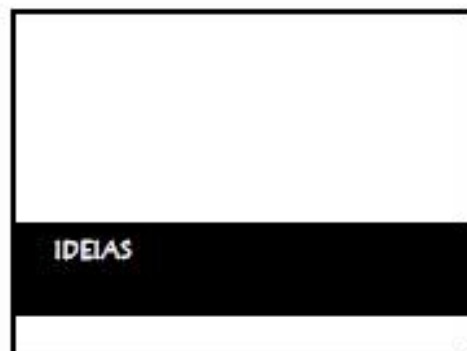
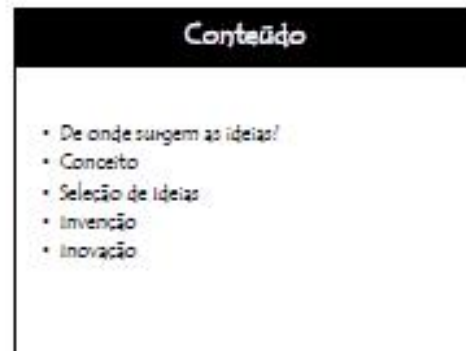
BÓRA?!

APÊNDICE III – Desenhos do artista polonês Pawel Kuczynski





APÊNDICE IV – Workshop “Criatividade: como gerar ideias?”



Conceito

Ideia pode ser definida como a solução inicial para um problema, um rascunho que precisa ser desenvolvido em uma versão viável, tornando-se, posteriormente, um projeto.



Seleção de Ideias



Seleção de Ideias



Banco de Ideias

- História de vida
- Interesses
- Motivações
- Percepções
- Qualificações
- Observações
- Convenas
- Dilemas

Seleção de Ideias

Avaliação Crítica

- Exequível
- Aplicada ao contexto
- Gera benefícios
- Viável
- Heurística



Seleção de Ideias

Seleção

- Tem competência para desenvolver?
- Está alinhado com os objetivos?



Dinâmica

Gerando ideias!



Invenções



Invenções x Inovações

A invenção surge de um processo criativo, sem objetivo comercial definido. A partir do momento em que chegar à sociedade e produzir algum resultado. Aí sim, torna-se inovação.



Inovação

1. **Radical ou pioneira:** aquela que introduz novidades absolutas. Não são conhecidas ou usadas antes que a empresa inovadora as introduza. É completamente nova.
2. **Relativa ou incremental:** introdução de soluções/ inovações, embora elas já fossem conhecidas ou utilizadas por outras. A novidade é relativa, pois as mudanças tecnológicas já existem incorporadas em outras unidades produtivas da empresa ou em outros locais. Neste tipo de inovação, agrega-se valor a um produto/serviço já existente. É relativa para a empresa inovadora.

Ferramentas Gerar Ideias



1. **Brainstorming** (tempestade de ideias): livre expressão verbal de ideias

Ferramentas Gerar Ideias

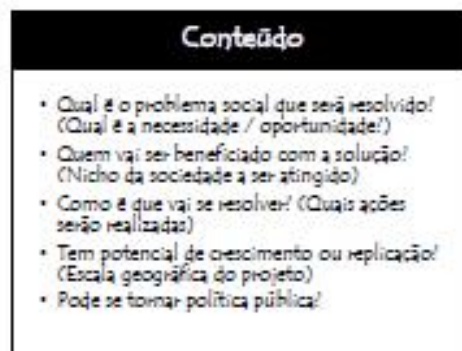
2. **Brain writing** (ideias escritas): livre expressão de ideias registradas em papel



- Cada membro da equipe deve escrever 4 ideias. Posteriormente deve repassar a folha a outro membro q deverá anotar uma ideia. Depois de 3 minutos deve-se fazer outra rodada. O ciclo deve se repetir até se ter primeiro 1 ideia de cada um, depois se chegar a ideia final.

DISCUSSÃO IDEIAS FINAIS

APÊNDICE V – Workshop “Projetos: como elaborar?”



Processo Empreender Socialmente

4...Na sequência há necessidade de multiplicar a ideia e sua aplicação em outras regiões e países



Processo Empreender Socialmente



5...como fase final a transformação em política pública. A etapa final do processo é reverter a responsabilidade pelas demandas sociais ao Estado, sendo o empreendedorismo social apenas uma ferramenta de intermediação.

QUAL É O PROBLEMA?

Quais problemas deseja resolver?

• Necessidades/Oportunidades:

- Falta de acesso à educação
- Falta de acesso à cultura
- Falta de acesso à alimentação
- Falta de capacitação
- Falta de estrutura
- Falta de acesso à espaços de lazer
- Falta de organização formal comunidade

Quais soluções possíveis?

• Necessidades/Oportunidades:

- Biblioteca comunitária; centro reforço escolar; mobilização comunidade cobrar melhorias escola.
- Centro de atividades culturais
- Programa redução de desperdício; melhor aproveitamento alimentos;
- Projetos de capacitação
- Mobilização popular
- Criação espaço de lazer
- Criação de conselhos; reuniões periódicas; representante comunidade.

PARA QUEM?

Quem serão os beneficiados?



COMO RESOLVER?

Quais atividades serão necessárias?

1. Planejamento estratégico

1.1 Missão 1.2 Visão 1.3 Objetivos do projeto



Quais atividades serão necessárias?

1. Planejamento estratégico

1.1 Missão (quem eu sou?)

Exemplo:
A missão dos Doutores da Alegria é promover a qualidade de vida e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da atuação profissional de artistas, músicos e atores, oferecendo suporte e orientação técnica, artística e pedagógica.



Quais atividades serão necessárias?

1. Planejamento estratégico

1.2 Visão (onde quero estar no futuro?)



A visão dos Doutores da Alegria é tornar-se um centro cultural referência na arte do palhaço e nas artes cênicas em geral, oferecendo acento, publicações, cursos e produções artísticas que estimulem a reflexão e o diálogo crítico com diversos setores da sociedade.

Quais atividades serão necessárias?

1. Planejamento estratégico

1.3 Objetivos do projeto (o que preciso fazer? Metas?)

Exemplo:
Alcançar 1.000.000 de crianças.



Quais atividades serão necessárias?

2. Planejamento Financeiro

2.1 Investimentos 2.2 Custos 2.3 Receitas



Quais atividades serão necessárias?

2. Planejamento Financeiro

2.1 Investimentos

Conceito: Aplicação com expectativa de retorno

- Exemplos: cadeiras, mesas, computadores, chutens, bola, panela, etc.



Quais atividades serão necessárias?

2. Planejamento Financeiro

2.2 Custos



Conceito: Gastos para produção

- Fixos: Independem da produção. Ex.: aluguel, seguro, água.
- Variáveis: Vinculados a produção (variam conforme sua mudança). Ex.: tecido, linha, borraça, etc.

Quais atividades serão necessárias?

2. Planejamento Financeiro

2.3 Receitas



Conceito: Valor que é recebido/armazenado

- Exemplos: Doações, destinação de impostos, receitas próprias (venda de produtos, serviços).

Quais atividades serão necessárias?

3. Planejamento operacional

3.1 Localização 3.2 Capacidade 3.3 Equipe 3.4 Comunicação



Quais atividades serão necessárias?

3. Planejamento operacional

3.1 Localização



Qual local do projeto?

- Rua?
- Bairro?
- Cidade?
- País?

Quais atividades serão necessárias?

3. Planejamento operacional

3.2 Capacidade

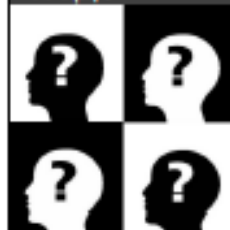
- Quantas pessoas serão beneficiadas?
- Quantas pessoas são possíveis atender por dia?
- Quantas cabem nas salas?
- Quantas pessoas são possíveis acompanhar?
- Quantos funcionários?



Quais atividades serão necessárias?

3. Planejamento operacional

3.3 Equipe



- Quem são?
- Quais as habilidades?
- Quais as experiências?
- Qual sua rede de contatos?
- Quais suas qualificações?

Quais atividades serão necessárias?

3. Planejamento operacional

3.4 Comunicação



- Qual a imagem?
- Qual a mensagem?
- Quais os canais?
- Quais são os parceiros?

Quais atividades serão necessárias?

4. Impactos

- Direto: resultado dos objetivos pretendidos

Ex.: centro de cultura e atividades ensina tocar instrumento.

- Indireto: resultado não priorizado. Pessoa consegue emprego em função da nova qualificação. Família melhora sua situação financeira.



É MULTIPLICÁVEL!

Quais lugares também poderiam ser atendidos?



- Quais regiões/bairros/cidades têm as mesmas dificuldades/necessidades?
- Público parecido?
- Estrutura que permita reprodução?

POLÍTICA PÚBLICA?

É possível o projeto se tornar política pública?

- É importante estender este projeto a todos!
- É de responsabilidade do Estado dar continuidade/ampliação a este benefício!
- Quais direitos estão sendo contemplados?

BÓRA?!

APÊNDICE VI – Guia de Elaboração de Projetos



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Guia Elaboração de Projetos

1. Qual é o problema social que será resolvido? (Qual é a necessidade / oportunidade?)
2. Quem vai ser beneficiado com a solução? (Nichos da sociedade a ser atingido)
3. Como é que vai se resolver? (Quais ações serão realizadas)
 - 3.1. Planejamento estratégico
 - 3.1.1. Visão
 - 3.1.2. Missão
 - 3.1.3. Objetivos do projeto
 - 3.2. Planejamento Financeiro
 - 3.2.1. Investimento
 - 3.2.2. Custos
 - 3.2.3. Receitas
 - 3.3. Planejamento Operacional
 - 3.3.1. Localização
 - 3.3.2. Capacidade
 - 3.3.3. Equipe
 - 3.3.4. Comunicação
 - 3.4. Impactos
 - 3.4.1. Direto
 - 3.4.2. Indireto
4. Tem potencial de crescimento ou replicação? (Escala geográfica do projeto)
5. Existe a possibilidade de se tornar uma Política Pública?

ANEXOS

ANEXO I – Programa de atividades *YA First Step*

YA FIRST STEP @ Programa de atividades

Dia 1 – Criatividade e geração de ideias & marketing

- 9h15 Sessão de abertura
(Audax-IUL, ISCTE-IUL, UPAJE)
- 9h45 Apresentação do YA First Step e objetivos
- 10h00 Apresentação dos participantes e expectativas
- 10h30 Pausa da Manhã
- 10h45 *Peddy paper* ISCTE-IUL
(atividade de reconhecimento)
- 11h15 Workshop "Empreendedorismo, uma atitude"
- 13h00 Almoço
- 14h30 Workshop "Criatividade e geração de ideias I"
- 16h30 Pausa da Tarde
- 16h50 Workshop "Criatividade e geração de ideias II"
- 17h45 *Check-up idea*
- 18h15 Grupos de Reflexão
- 18h30 Término das atividades



Dia 2 – Modelos de negócio

- 09h00 Workshop "Construção de um modelo de negócio"
- 10h30 Pausa da Manhã
- 10h45 *Team-Work*
Acompanhado por mentores Audax-IUL
- 13h00 Almoço
- 14h30 Visita à Vodafone Labs Lisboa
- 15h45 Pausa da Tarde
- 16h00 *Team-Work*
Acompanhado por mentores Audax
- 17h15 Workshop "The art of pitch"
- 18h15 Grupos de Reflexão
- 18h30 Término das atividades

Dia 3 - *Speed Project* e apresentação final

- 9h00 *Energizer*
- 10h00 *Team-Work*
Acompanhado por mentores Audax-IUL
- 11h30 *Speed Project*
- 13h00 Almoço
- 14h30 Preparação das apresentações dos Trabalhos
Acompanhado por mentores Audax-IUL
- 16h00 Pausa da Tarde
- 16h15 Preparação das Apresentações dos Trabalhos
Acompanhado por mentores Audax-IUL
- 17h00 Apresentação Final dos Projetos e
Sessão de Encerramento
- 18h30 Término do Programa

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. UNESCO, BID, Brasília, 2002. 192 p.

AGENCIA USP DE INOVAÇÃO. **Edital nº1/2013 – Programa de Bolsas de Intercambio Internacional para os Alunos de Graduação da USP**. Disponível em: < http://www.inovacao.usp.br/bolsa/Edital%201_2013_programa%20de%20bolsas%20de%20intercambio%20internacional.pdf> Acesso em: 12 ago. 2014.

AGENCIA USP DE INOVAÇÃO. Disponível em: < <http://www.inovacao.usp.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

AMÉRICO, Jorge; FRANCISCO NETO, José. O genocídio em números. **Jornal Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, p. 4, 28 a 3 set. 2014.

ASHOKA. Disponível em: < <http://www.ashoka.org.br/>>. Acesso em 12 ago. 2014.

AUDAX-IUL. Disponível em: < <http://audax.iscte.pt/>>. Acesso em 11 ago. 2014.

BRASIL. Lei: LEI Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília – DF, 5 ago. 2013.

BENVENUTI, Patrícia. Mais distantes da pobreza. **Jornal Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, p. 5, 24 a 30 out. 2013.

BOSE, Mônica. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. São Paulo-SP, 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012. 182 p.

CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de; (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Lúcia R. de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

COSTA, Teresa; CARVALHO, Luiza. **Portuguese social stock exchange – assessment of sustainability**. In: Proceedings of the 7th European Conference on Entrepreneurship and Innovation 2012. England: Academic Publishing International, 20 a 21 de setembro de 2012.

COMISSÃO DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO. **Cartilha do Terceiro Setor** – Dezembro 2011. Disponível em: < http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/REVISaO%202011Cartilha_Revisao_2007_Final_Sem%20destaque%20de%20alteracoes.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE) E MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE); **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social – 2007**. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 10 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DUPAS, Gilberto. Tensões Contemporâneas entre Público e Privado. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Luís - MA, v. 35, n. 124, p. 33-42, jan./abr. 2005.

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. Disponível em: <<http://www.fc.ul.pt/pt/>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

FARREL, Larry C. **Entrepreneurship: fundamentos das organizações empreendedoras**. São Paulo: Atlas, 1993.

FILION, Louis Jacques. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas – ERA**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 6-20, out./dez 1999.

FLORENTINO, Renata; Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 1, p.205-235, jun. 2008.

GONÇALVES, Hebe. S.; BORSI, Tatiana dos S.; SANTIAGO, Marisa A.; LINO, Michelle V.; LIMA, Isabela N.; FEDERICO, Roberta G. Problemas da juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n.2, p. 217-225, 2008.

GRACIOLLI, Edilson J.; TOITIO, Rafael D. A responsabilidade social empresarial como aparelho de hegemonia. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 162-178, 2009.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Empreendedorismo no Brasil, 2013. GEM Brasil, Curitiba, 2013. 173p.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Empreendedorismo no Brasil, 2002: relatório nacional. GEM Brasil, Curitiba, 2003.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Empreendedorismo no Brasil, 2013. Relatório Executivo. GEM Brasil, Curitiba, 2013.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Report on Social Entrepreneurship 2009, Global Entrepreneurship Research Association (GERA), Santiago – Chile, 2009.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Global Report 2013, Global Entrepreneurship Research Association (GERA), Santiago - Chile, 2013.

GUTIERRES, Kellen A. **Avanços e retrocessos: o terceiro setor e os impasses para a construção democrática no Brasil**. São Paulo, 2006. Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2006. 126p.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5 ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE) E INSTITUTO PÓLIS. **Relatório Nacional do Brasil – Pesquisa sobre Juventude no Brasil** (2008). Disponível em: < <http://www.polis.org.br/uploads/1434/1434.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse dos Resultados do Censo 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA. Disponível em: < <http://iscte-iul.pt/>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

JODELET, Denise; Os Processos Psicossociais da Exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.) **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 53 – 66.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LOPES, Ruivo. Rolezinhos: a juventude grita ‘nós existimos’. **Jornal Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 24 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/27228>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

MATTOS, Amana R.; MESQUITA, Marcos R.; A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p.478-480, 2013.

MATIAS, Márcia A.; **Relação entre empreendedoras e múltiplas inteligências: um estudo com contadores de Belo Horizonte – MG**. Belo Horizonte – MG, 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010. 115p.

NOBREGA, Camila; DAFLON, Rogério. Ainda se morre de fome no Brasil. **Jornal Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, p. 7, 7 a 13 de nov. 2013.

COMIM, Flávio. Desigualdade e pobreza, um casamento consequente. **Jornal Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, p. 8, 7 a 13 ago. 2013.

NOVAES, Marcos B. C. de; GIL, Antônio Carlos. A Pesquisa-Ação Participante como Estratégia Metodológica para o estudo do Empreendedorismo Social em Administração de Empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 1 •, p. 134-160, jan./fev. 2009.

OLIVEIRA, Edson M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista FAE**, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. Franca - SP, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2003

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2014.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business Model Generation**, 2013. Disponível em: <http://www.businessmodelgeneration.com/downloads/businessmodelgeneration_preview.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

PAIVA JR., Fernando Gomes; CORDEIRO, Adriana T.; **Empreendedorismo e o Espírito Empreendedor: uma análise da evolução dos estudos na produção acadêmica brasileira**. In: EnANPAD 2002, Salvador – BA. 22 a 25 de setembro de 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

RAMALHO, Nélon A. Processos de globalização e problemas emergentes: implicações para o Serviço Social contemporâneo. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 345-368, abr./jun. 2012.

RAITZ, Tania R. e PETTERS, Luciene C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Revista Psicologia & Sociedade**; Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 408-416, 2008.

RIBEIRO, Rosana; NEDER Henrique D. **Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade**. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, vol.19, n.3, p. 475-506. dez. 2009.

SAWAIA, Bader; Exclusão ou Inclusão perversa? In: _____. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 7 – 15.

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Painel Social: Setembro de 2014**. Disponível em: < <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/704.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

SAY, Jean-Baptiste. **Treatise on Political Economy**. London: Sherwood, Neely and Jones, 1816.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1986. Coleção “Temas básicos de...”.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

VASCONCELOS, Alexandre M.; LEZANA, Alvaro G.R. Modelo de ciclo de vida de empreendimentos sociais. **Revista Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 1037-58, jul./ago. 2012.

WANDERLEY, Mariangela B.; Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.) **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 02 – 16.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.